



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM E ENSINO**



**ELIS REGINA GUEDES DE SOUZA**

**MULHERES INDÍGENAS NOS ROMANCES DE ANA LUÍSA DE AZEVEDO  
CASTRO E CLORINDA MATTO DE TURNER: DIÁLOGOS ENTRE CRÍTICA  
LITERÁRIA E FORMAÇÃO DE LEITORES**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2024**

ELIS REGINA GUEDES DE SOUZA

**MULHERES INDÍGENAS NOS ROMANCES DE ANA LUÍSA DE AZEVEDO  
CASTRO E CLORINDA MATTO DE TURNER: DIÁLOGOS ENTRE CRÍTICA  
LITERÁRIA E FORMAÇÃO DE LEITORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na área de Estudos Literários, junto à linha de pesquisa Ensino Literatura e Formação de Leitores, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Linguagem e Ensino, na área de Ensino de Literatura e Formação de Leitores.

**Orientador:** Prof. Dr. José Veranildo Lopes da Costa Junior.

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2024**

S729m

Souza, Elis Regina Guedes de.

Mulheres indígenas nos romances de Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner: diálogos entre crítica literária e formação de leitores / Elis Regina Guedes de Souza. – Campina Grande, 2024.

131 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Prof. Dr. José Veranildo Lopes da Costa Junior".

Referências.

1. Crítica e Interpretação Literária. 2. Mulheres Indígenas na Literatura – América Latina. 3. Análise Literária. 4. Formação de Leitores. 5. Estudos Literários. 6. Ensino de Literatura. 7. Castro, Ana Luísa de Azevedo, 1823-1869. 8. Turner, Clorinda Matto de, 1852-1909. I. Costa Junior, José Veranildo Lopes da. II. Título.

CDU 82.09(043)

ELIS REGINA GUEDES DE SOUZA

**MULHERES INDÍGENAS NOS ROMANCES DE ANA LUÍSA DE AZEVEDO  
CASTRO E CLORINDA MATTO DE TURNER: DIÁLOGOS ENTRE CRÍTICA  
LITERÁRIA E FORMAÇÃO DE LEITORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na área de Estudos Literários, junto à linha de pesquisa Ensino Literatura e Formação de Leitores, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Linguagem e Ensino, na área de Ensino de Literatura e Formação de Leitores.

**Orientador:** Prof. Dr. José Veranildo Lopes da Costa Junior.

Aprovada em 25 de setembro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. José Veranildo Lopes da Costa Junior – UFCG  
**(Orientador)**

Profa. Dra. Isis Milreu – UFCG  
**(Examinadora interna)**

Profa. Dra. Lívia Santos de Souza – UNILA  
**(Examinadora externa)**

Profa. Dra. Juliana Henriques de Luna Freire – UFPB  
**(Suplente)**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM E ENSINO  
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

## REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

Ata da 370 Sessão Pública de defesa de Dissertação para conferir o Grau de Mestre em Linguagem e Ensino a Elis Regina Guedes de Souza.

1. Aos 23 dias do mês de setembro do ano de 2024, às 14:00 horas, através da sala virtual Google Meet em sessão pública, a Banca Examinadora presidida pelo(a) Prof(a). Dr(a). José Veranildo Lopes da Costa Junior, (UFCG/PPGLE), orientador(a), e composta pelo(a) Prof(a). Dr(a). Isis Milreu, (UFCG/PPGLE), na qualidade de membro titular interno, pela Prof(a). Dr(a). Lívia Santos de Souza, (UNILA), na qualidade de membro titular externo, reuniu-se para julgamento da Dissertação de Mestrado do(a) discente Elis Regina Guedes de Souza, intitulada: "As Mulheres Indígenas Representadas nos Romances de Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner: Diálogos Entre Crítica Literária e Formação de Leitores".
2. A sessão foi aberta pelo(a) presidente que apresentou os integrantes da Banca Examinadora e passou a palavra ao(a) mestrando(a). Este(a) fez a exposição do seu trabalho, sendo seguida das arguições do(a)s examinadores(as).
3. Logo após, o(a) presidente da Banca Examinadora solicitou aos presentes que se retrisassem da sala virtual e voltassem em 20 minutos para ouvir o parecer da banca sobre o trabalho apresentado.
4. Após análise do mérito da Dissertação, do desempenho do(a) candidato(a) durante a apresentação e arguição do trabalho e, em conformidade com o artigo 78 do Regulamento do Curso de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, o presidente da Banca Examinadora informou ao candidato que o trabalho obteve nota 10,0(Dez) correspondente ao conceito APROVADO.
5. Nada mais havendo a tratar, Eu JOSÉ NOBERTO TAVARES JÚNIOR, SIAPE 2012324, Secretário do PPGLE, lavro e assino a presente Ata, lida e aprovada pela banca examinadora, que a assina conjuntamente, e também o(a) mestrando(a) que dá ciência do resultado.



Documento assinado eletronicamente por JOSE NOBERTO TAVARES JUNIOR, SECRETÁRIO (A), em 26/09/2024, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 82, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por ELIS REGINA GUEDES DE SOUZA, Usuário Externo, em 27/09/2024, às 07:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 82, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por ISIS MILREU, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 30/09/2024, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 82, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador 4826927 e o código CRC A7488206.

*Dedico à todas as minhas ancestrais indígenas que vieram antes de mim resistindo com seus saberes na luta em defesa dos nossos direitos e valorização da nossa cultura com suas histórias que o patriarcado não conseguiu colonizar.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus que em seu Divino Espírito Santo sempre me fortaleceu e renovando as minhas forças nas horas mais difíceis me permitiu chegar a esse momento.

As duas pessoas que mais me ajudaram nessa jornada desde que decidi fazer a seleção: Vanildo, meu amor e companheiro de vida que me incentivou e acreditou em mim, permanecendo quase um ano longe para me dar condições de estudar; e Kaio César, meu amigo/irmão, desde o cursinho preparatório para o vestibular até a pós-graduação caminhou junto comigo, abriu as portas da sua casa e da sua vida para me acolher assim que as aulas iniciaram e até quando eu precisei, eu nunca vou esquecer! Obrigada aos meus dois maiores apoiadores e patrocinadores desse sonho, sem vocês não teria sido possível.

As mulheres da minha família e meus maiores exemplos do ser mulher: minha irmã Elisângela (Langi), minha mãe Lindalva (dona Lu), minha tia Severina (tia Bi – in memoriam) e minha avó Maria (in memoriam) que com todas as dificuldades sempre tiveram uma postura muito à frente de seu tempo, advogando pela igualdade e liberdade para todas nós as mulheres da família.

Ao meu pai José (in memoriam), infelizmente não consegui ver esse momento, mas deu à vida, a saúde e a juventude para eu ter acesso ao que ele não teve. Agradeço também aos meus irmãos por se alegrarem com cada conquista minha: Washington, Welliton, Willian, Josivaldo, Juciara e Laurinha, meus sobrinhos: Guilherme, Emily, Livian, Pedro, Vitor, Jussara e Ana Vitória; e meus enteados: Waleska, Vitória e Herbert por todo apoio e incentivo para meu sucesso. Gratidão ainda a todos os demais membros da minha família, tias, tios, primas e primos.

Ao meu orientador o professor Dr. José Veranildo Lopes da Costa Junior por ter aceitado me orientar e acreditado na minha pesquisa, agradeço pela confiança depositada em mim e pela orientação precisa no direcionamento do meu trabalho de modo seguro até esse momento, sua participação nessa jornada foi fundamental.

A Banca Examinadora formada pelas professoras Dra. Isis Milreu e Dra. Lívia Santos de Souza, mulheres com trajetórias admiráveis que me inspiram, obrigada por estarem presentes na banca contribuindo de maneira significativa com tantas sugestões de leituras e aprimoramentos para o resultado final deste trabalho.

Aos docentes e funcionários da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pela formação humanizada e acolhedora em nível de graduação e mestrado (Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino – PPGLE / UFCG) que tanto me ajudaram e contribuíram

para minha formação como docente. Em especial a coordenadora do programa a professora Dra. Isis Milreu pelo respeito e gentileza demonstrados sempre.

A professora Dra. Josilene Pinheiro-Mariz e aos estudantes da disciplina *Prolegômenos para o ensino do Português como Língua Estrangeira* pela acolhida para que eu pudesse realizar meu Estágio Docência me permitindo um aprendizado e uma experiência única na educação superior, muito obrigada pela gentileza com que me receberam.

A CAPES pela oferta da bolsa no último ano da pesquisa, fundamental para a conclusão da dissertação.

Ao Programa Idiomas sem Fronteiras (Rede Andifes) da Universidade Federal de Campina Grande (IsF-UFCG) nas pessoas dos professores Dr. Almir Araújo Gomes, Dr. Daniel Gordillo Sánchez e Dra. Josilene Pinheiro-Mariz, a gestão nas pessoas de Márcia Leite e Verônica Macário por terem me acolhido com carinho e respeito, me possibilitando tanto aprendizado ao longo do tempo que atuei como professora de Espanhol.

A todos os colegas de mestrado do PPGLE, foi muito bom caminhar com vocês nesse percurso tão desafiador. Em especial as amigas que o mestrado me deu: Jordânia Dantas, Iara Soares, Railma Ferreira e Catharie Brandão.

Aos estudantes que passaram pela minha vida como professora, seja na educação básica ou no ensino superior, com vocês aprendi muito mais do que ensinei, certamente são vocês uma das principais razões de existir do meu trabalho docente e sem essa parceria nada disso valeria a pena, a educação também acontece com afeto.

E por fim, mas não menos importante agradeço as amigas de vida e luta: Ana Flávia, Luzia Mirian, Irian Karla, Raquel Espínola, dona Maria e família, Josefa Domícia, Anna Paula, Sara Guedes, Jeane Costa, Ernande Costa, Lindacir Guedes, Claudia Barroso, Janicarla Lins, Andressa Martins, Josivânia Alves, Claudio Reinke e Cleide Miranda, pessoas admiráveis, exemplos de dedicação e cuidado nas horas mais difíceis e incertas da minha vida que seguem me apoiando em tudo, muito obrigada por existirem.

## **O segredo das mulheres**

*No passado, nossas avós falavam forte  
Elas também lutavam  
Aí, chegou o homem branco mau  
Matador de índio  
E fez nossa avó calar  
E nosso pai e nosso avô abaixarem a cabeça.  
Um dia eles entenderam  
Que deviam se unir e ficar fortes  
E a partir daí eles lutaram  
Para defender sua terra e cultura.  
Durante séculos  
As avós e mães esconderam na barriga  
As histórias, as músicas, as crianças,  
As tradições da casa,  
O sentimento da terra onde nasceram,  
As histórias dos velhos  
Que se reuniram pra fumar cachimbo.  
Foi o maior segredo das avós e das mães.  
Os homens, ao saberem do segredo,  
Ficaram mais fortes para o amor, lutaram  
E protegeram as mulheres.  
Por isso, homens e mulheres juntos  
São fortes  
E fazem fortes os seus filhos  
Para defenderem o segredo das mulheres.  
Pra que nunca mais aquele homem branco  
Mate a história do índio!*

(Eliane Potiguara, 2018)

## RESUMO

Uma parte considerável da literatura colonial que retrata os povos indígenas foi escrita pelo olhar do homem branco, colonizador e europeu. Nesse contexto, percebemos como marca do projeto de poder colonial um silenciamento das vozes e apagamento da escrita de autoria feminina, no que se refere à representação dos povos indígenas na literatura latino-americana. A partir dessa reflexão, acreditamos que o processo de interpretação da história da América Latina não pode deixar de lado a reflexão sobre o papel das mulheres e as suas contribuições, sobretudo, à cultura letrada de seus países, principalmente porque suas vozes se distanciam da perspectiva canônica que assumiu uma postura patriarcal e misógina ao excluí-las desse processo. Diante disso, entendemos que as autoras recontam a história da colonização brasileira e peruana, através da perspectiva dos marginalizados e vencidos: as mulheres e os povos indígenas. Sendo assim, nossa pesquisa tem como objetivo geral: analisar as representações das mulheres indígenas latino-americanas durante o período colonial nos romances de autoria feminina do século XIX *D. Narcisa de Villar* (1859) e *Aves sin nido* (1889). Neste sentido, como objetivos específicos elencamos: 1) refletir sobre o indianismo e o indigenismo na literatura latino-americana, a partir da atuação de escritoras não canônicas; 2) examinar como as autoras Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner subvertem e rompem com os ideais do romantismo no que se refere à representação da mulher indígena latino-americana nos tempos coloniais; e 3) demonstrar como os romances analisados podem contribuir com a formação de leitores. No que se refere à metodologia, nossa pesquisa pode ser classificada como qualitativa interpretativa de cunho bibliográfico, composta de três momentos. No primeiro, com as discussões teóricas que embasam a pesquisa, apresentamos os nomes das principais mulheres que contribuíram com a escrita de autoria feminina latino-americana. Em seguida, realizamos a leitura dos dois romances que compõem o nosso *corpus*, analisando a representação da mulher indígena e suas lutas contra o machismo/autoritarismo no período colonial. No momento seguinte, apresentamos duas sequências didáticas, uma para o ensino superior e outra para o ensino médio, em que propomos uma leitura decolonial e feminista, baseada nos conceitos de hooks (2019), dos romances analisados nesse estudo. Nosso aporte teórico se fundamenta nos estudos de Barrancos (2022), Duarte (2003), Graça (1998), Guardia (2007; 2013), hooks (2018), Quintanilla (1990) e Zolin (2005), entre outros. Como resultado percebemos que esses romances nos possibilitaram ler a história do período colonial por outro viés que destaca o protagonismo das mulheres indígenas na luta e resistência à invasão europeia na América Latina. Com isso se possibilita o desmascaramento das mentiras difundidas pela história oficial sobre a colonização e a escrita, a partir do olhar ocidental e sem a participação de mulheres e indígenas que já estavam nessas terras invadidas pelos europeus. Por fim, esperamos que o estudo das obras e a abordagem das propostas em sala de aula possam contribuir para a formação de leitores críticos, levando-os a entender a importância de conhecer outras versões distintas da história latino-americana, e, conseqüentemente, colaborar com docentes na promoção de uma educação feminista contra o sexismo e a opressão das mulheres.

**Palavras-chave:** América Latina; Mulheres indígenas na literatura; Ana Luísa de Azevedo Castro; Clorinda Matto de Turner; Formação de leitores.

## RESUMEN

Una parte considerable de la literatura colonial que retrata a los pueblos indígenas fue escrita a través de los ojos del hombre blanco, colonizador y europeo. En este contexto, percibimos como marca del proyecto de poder colonial un silenciamiento de voces y un borramiento de la escritura de autoras, en lo que se refiere a la representación de los pueblos indígenas en la literatura latinoamericana. Dicho esto, creemos que el proceso de interpretación de la historia de América Latina no puede dejar de lado la reflexión sobre el papel de las mujeres y sus contribuciones, sobre todo, a la cultura letrada de sus países, principalmente porque sus voces se alejan de la perspectiva canónica que ha asumido una postura patriarcal y misógina al excluirlas de este proceso. Así, pensamos que las autoras vuelven a contar la historia de la colonización brasileña y peruana desde la perspectiva de los marginados y vencidos: las mujeres y los pueblos indígenas. Por lo tanto, nuestra investigación pretende: analizar las representaciones de las mujeres indígenas latinoamericanas durante el período colonial en las novelas de autoría femenina del siglo XIX *D. Narcisa de Villar* (1859) y *Aves sin nido* (1889). Como objetivos específicos nos proponemos a: 1) reflexionar sobre el indianismo y el indigenismo en la literatura latinoamericana, a partir de la obra de escritoras no canónicas; 2) examinar cómo las autoras Ana Luísa de Azevedo Castro y Clorinda Matto de Turner subvierten y rompen con los ideales del romanticismo en cuanto a la representación de la mujer indígena latinoamericana en la época colonial; y 3) demostrar cómo las novelas analizadas pueden contribuir a la formación de lectores. En términos de metodología, nuestra investigación se clasifica como cualitativa, interpretativa y bibliográfica, dividida en tres momentos. El primer, con las discusiones teóricas que fundamentan la investigación, presentamos los principales nombres de las mujeres que han contribuido a la escritura de autoría femenina latinoamericana. A continuación, leemos las dos novelas que componen nuestro *corpus*, analizando la representación de las mujeres indígenas y sus luchas contra el machismo/autoritarismo en el período colonial. En el momento siguiente, presentamos dos secuencias didácticas, una para educación superior y otra para educación secundaria, en las que proponemos una lectura decolonial y feminista, basada en los conceptos de hooks (2019) de las novelas analizadas en este estudio. Nuestro marco teórico se basa en los estudios de Barrancos (2022), Duarte (2003), Graça (1998), Guardia (2007; 2013), hooks (2018), Quintanilla (1990) y Zolin (2005), entre otros. Como resultado nos damos cuenta de que estas novelas nos permiten leer la historia del período colonial a través de otra perspectiva que destaca el papel de mujeres indígenas en la lucha y la resistencia a la invasión europea de América Latina. Esto hace posible desenmascarar las mentiras de las versiones difundidas por la historia oficial de la colonización, escrita desde una perspectiva occidental y sin la participación de las mujeres y los indígenas que ya se encontraban en estas tierras invadidas por los europeos. Finalmente, esperamos que el estudio de las obras y el abordaje de las propuestas en clase pueda contribuir a la formación de lectores críticos, llevándolos a comprender la importancia de conocer otras perspectivas diferentes de la historia latinoamericana y, en consecuencia, colaborar con los docentes en la promoción de una educación feminista contra el sexismo y la opresión de las mujeres.

**Palabras clave:** América Latina; Mujeres indígenas en la literatura; Ana Luísa de Azevedo Castro; Clorinda Matto de Turner; Formación de lectores.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Escritoras latino-americanas mais conhecidas do século XIX.....	25
Quadro 02 – Apresentação da temática indígena e leitura/análise da 1ª parte do romance <i>Aves sin nido</i> .....	114
Quadro 03 – Leitura e Seminários da 2ª parte do romance <i>Aves sin nido</i> .....	116
Quadro 04 – Apresentação da temática indígena e leitura/análise do romance <i>D. Narcisa de Villar</i> .....	118

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO: DA AUSÊNCIA DA LEITURA DE MULHERES NA ESCOLA À DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>UM OLHAR SOBRE A AMÉRICA LATINA COLONIAL ATRAVÉS DA CONTRIBUIÇÃO DE ALGUMAS ESCRITORAS DO SÉCULO XIX.....</b>	<b>22</b>
2.1	AS PIONEIRAS: INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA.....	22
2.2	AS CONTRIBUIÇÕES DA CRÍTICA FEMINISTA.....	32
2.3	INDIANISMO E INDIGENISMO: PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES.....	42
<b>3</b>	<b>AS MULHERES INDÍGENAS NO ROMANCE <i>D. NARCISA DE VILLAR</i> DE ANA LUÍSA DE AZEVEDO CASTRO.....</b>	<b>55</b>
3.1	<i>D. NARCISA DE VILLAR</i> SERIA UM ROMANCE INDIANISTA?.....	55
3.2	A LUTA FEMININA PELA LIBERDADE E O DIREITO DE DECIDIR SEU PRÓPRIO DESTINO.....	61
3.3	EFIGÊNIA E SEU FILHO: IDENTIDADES INDÍGENAS APAGADAS PELO COLONIZADOR.....	65
3.4	MACHISMO E AUTORITARISMO NO BRASIL COLONIAL.....	70
<b>4</b>	<b>AS MULHERES INDÍGENAS NO ROMANCE <i>AVES SIN NIDO</i> DE CLORINDA MATTO DE TURNER.....</b>	<b>77</b>
4.1	TRAÇOS DO INDIGENISMO NO ROMANCE <i>AVES SIN NIDO</i> .....	77
4.2	O PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE COLONIAL: SUBMISSÃO E RESISTÊNCIA.....	84
4.3	MARCELA E MARGARITA: MULHERES INDÍGENAS NA GÊNESE DA EXCLUSÃO SOCIAL.....	91
4.4	EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA EM TERRAS PERUANAS.....	94
<b>5</b>	<b>SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA O TRABALHO COM OS ROMANCES <i>D. NARCISA DE VILLAR</i> E <i>AVES SIN NIDO</i> EM SALA DE AULA.....</b>	<b>101</b>
5.1	<i>D. NARCISA DE VILLAR</i> E <i>AVES SIN NIDO</i> : PONTOS DE ENCONTRO ENTRE AS DUAS OBRAS.....	101
5.2	ENSINO DE LITERATURA E FORMAÇÃO DE LEITORES A PARTIR DE UMA PRÁTICA EMANCIPADORA.....	106
5.3	UMA ABORDAGEM FEMINISTA E DECOLONIAL COM A LITERATURA EM SALA DE AULA.....	109
5.4	PROPOSTAS QUE PODEM SER UTILIZADAS NA PRÁTICA DOCENTE.....	113
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>128</b>

## 1 INTRODUÇÃO: DA AUSÊNCIA DA LEITURA DE MULHERES NA ESCOLA À DISSERTAÇÃO

Durante minha trajetória como estudante de ensino fundamental e posteriormente de ensino médio não me recordo de ter contato com obras de escritoras femininas. Minha experiência como leitora se inicia com a obra *Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato, autor clássico da literatura infantojuvenil no país. As histórias que eu lia na biblioteca da escola ou nas aulas de leitura eram livros clássicos da literatura brasileira, de autoria masculina, como José de Alencar, Machado de Assis e Luís Fernando Verissimo, entre outros.

Nesse percurso da minha formação literária sempre houve uma lacuna deixada pela falta de oferta de textos produzidos por mulheres. Esses escritos não figuravam nos livros didáticos escolares ou nas recomendações de obras literárias, fato que me incomodava bastante. Havia uma exclusão dos textos de autoria feminina entre as obras literárias que eu lia. As mulheres que apareciam nos romances geralmente estavam representadas pelo olhar do outro, do sujeito homem, branco e heterossexual. As heroínas apresentadas pelos autores românticos, refiro-me especificamente a esse movimento, pois é nesse período que situam-se as obras que compõem o *corpus* da presente pesquisa, eram geralmente mostradas em sua passividade, delicadeza e submissão à sociedade e ao patriarcado, como mulheres bem comportadas e obedientes aos homens da família e as condutas sociais descritas como santas, puras, boas esposas mães dedicadas. As poucas que fugiam a esse estereótipo eram retratadas como loucas, descontroladas, demoníacas, etc.

Observando minha trajetória como estudante sempre senti falta das referências femininas na história, na arte e principalmente na literatura. Por isso, acredito que, hoje, como estudante de pós-graduação na área de ensino de literatura e formação de leitores, tenho o dever de ir ao encontro dessas vozes silenciadas pelo patriarcado que inviabilizou a circulação da escrita dessas mulheres. Esse fato não significa que elas não tenham escrito ou produzido, mas ressalta o apagamento do cânone em relação a não divulgação/recomendação dessas obras nas salas de aula da educação básica.

Essa reflexão sobre minha trajetória como leitora me ajuda a pensar como tantas obras e autoras ficaram invisíveis ao longo do tempo e como a minha história com a leitura também reflete a história de formação literária de várias gerações que nunca tiveram acesso a essa escrita. Assim, há que se pensar em quais obras constituíram o meu repertório de leitura no decorrer dos anos e como o apagamento dessas vozes das mulheres foi prejudicial à minha formação também enquanto mulher e cidadã.

Pensando nas autoras brasileiras observo que poucas conseguiram romper esse espaço predominantemente masculino e ter suas obras conhecidas, como foi o caso de Júlia Lopes de Almeida, Cecília Meireles, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, também temos autoras de gerações a frente como Rachel de Queiroz (a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras), Lygia Fagundes Telles, Lya Luft e Clarice Lispector, entre outras, como escritoras que aparecem vez ou outra nos livros didáticos adotados nas escolas.

A partir desse cenário cabe ressaltar que devido a essas barreiras para as mulheres, muitas autoras do século XIX se ocultavam sob pseudônimos masculinos para terem suas obras publicadas e lidas pelo grande público. Essas mulheres conseguiram ingressar em um mundo permeado pelas diferenças de gênero que consolidou autores homens como se a prerrogativa da escrita se resumisse a um único gênero, o masculino. Notamos que as escritoras foram muito perspicazes no enfrentamento ao cânone e ao machismo, se ocultando por meio de um pseudônimo masculino, as autoras subverteram a ordem patriarcal que impediam as mulheres de escrever e adentrarem em um espaço que até então não lhes era permitido estar.

No século XIX temos um maior número de textos escritos por mulheres em circulação assinados com pseudônimos. Autoras como Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner que tematizam esta dissertação também fizeram uso desse recurso. Ana Luísa de Azevedo Castro adotou o “Indígena do Ypiranga” para publicar seu romance *D. Narcisa de Villar*, e “Clorinda Matto de Turner” foi o pseudônimo adotado por Grimanesa Martina Mato Usandivares em seu romance *Aves sin nido*, obras que compõem o *corpus* de nossa pesquisa. Esse fato ao mesmo tempo em que permitiu a obra ser publicada e conhecida também dificultou a identificação das autoras, e, conseqüentemente, o reconhecimento entre os nomes de autoras da Literatura latino-americana.

Diante disso é necessário rever as obras que estão em destaque nas aulas de literatura pois como sabemos a literatura ocidental é marcada por preconceitos e exclusões das mulheres e demais grupos que não se enquadram no perfil do homem ocidental, uma vez que o cânone

[...] sempre foi constituído pelo homem ocidental, branco, de classe média/alta; portanto, regulado por uma ideologia que exclui os escritos das mulheres, das etnias não-brancas, das chamadas minorias sexuais, dos segmentos sociais menos favorecidos, etc. Para a mulher inserir-se nesse universo, foram precisos uma ruptura e o anúncio de uma alteridade em relação a essa visão de mundo centrada no logocentrismo e no falocentrismo (Zolin, 2005, p. 275).

Nesse sentido a desconstrução dessa perspectiva limitadora e excludente é algo urgente em um momento que temos uma sociedade cada vez mais plural com outros grupos formados

por mulheres indígenas, negras, trans e tantas outras, reivindicando suas próprias demandas. Não é possível mais conceber essa perspectiva do cânone como padrão a ser seguido para o ensino de literatura em sala de aula. Essa mudança se faz imprescindível para que as mulheres tenham seu espaço próprio, sendo indispensável que se leia essas autoras e se reconfigure o cânone.

No que se refere ao cenário de narrativas em língua espanhola conforme Milreu (2019), a partir dos anos 1980 e 1990 as obras de escritoras começam a ganhar maior visibilidade. Ainda que estas autoras não tenham ganhado a visibilidade ideal, há avanços importantes, como o *boom* de algumas narrativas escritas por mulheres, especificamente no Chile e no México com as seguintes obras: *La casa de los espíritus* (1982), de Isabel Allende (Chile), *Arráncame la vida* (1986), de Ángeles Mastretta (México), *Como agua para chocolate* (1989), de Laura Esquivel (México) e *Nosotras que nos queremos tanto* (1991), de Marcela Serrano (Chile).

Segundo a estudiosa um fato que contribuiu para esse *boom* também se deve a adaptação dos três primeiros romances mencionados para o cinema e cuja versão deu certamente às obras maior visibilidade e permitiu seu acesso a um público maior. No entanto, em se tratando da relação das escritoras com as premiações, elas ainda são pouco contempladas nos prêmios literários. Desta forma é possível constatar que

[...] apenas Gabriela Mistral (1945) ganhou o Prêmio Nobel de Literatura, sendo que foram laureadas 14 mulheres em 114 anos desta premiação. Este quadro também não é muito animador ao analisarmos os resultados do prêmio Cervantes que vigora há 40 anos. Durante este período somente 5 mulheres foram contempladas: María Zambrano (1988), Dulce María Loynaz (1992), Ana María Matute (2010), Elena Poniatowska (2013) e Ida Vitale (2018). Cabe frisar que esta premiação foi ofertada para duas escritoras espanholas, uma cubana, uma mexicana e uma uruguaia, indicando uma pluralidade cultural limitada, se pensarmos na composição da América Latina (Milreu, 2019, p. 90).

Diante desses dados fica evidente a exclusão das escritoras latino-americanas das premiações, apesar de produzirem tantas obras, raramente são contempladas conforme as palavras da pesquisadora. Quando observamos o número de mulheres que receberam prêmios o cenário permanece quase inalterado, premiando em sua maioria autores homens.

Pouco conhecidas e divulgadas essas autoras e obras terão um longo percurso a fazer para chegarem aos leitores nas aulas de literatura da educação básica, e, inclusive da educação superior. Nos cursos de Letras, por exemplo, como bem defende Milreu (2019), as obras e autoras ainda permanecem desconhecidas do grande público, já que não estão nos manuais e

livros de história da literatura de seus países nem de literatura canônica.

Embora um número expressivo de autoras latino-americanas tenha sido reconhecido por seus pares, notamos que seus escritos raramente aparecem na maioria dos manuais de historiografia literária ou em livros didáticos, bem como em acervos escolares, ou seja, ainda são ilustres desconhecidas do grande público. Logo, é necessário inseri-las nestes contextos e o primeiro passo deve ser a conquista de novos leitores (Milreu, 2019, p. 92).

Percebemos que a literatura não tem um espaço assegurado em sala de aula, especialmente na educação básica, visto que na maioria das vezes as aulas de literatura brasileira, por exemplo, estão inseridas nas aulas de Língua Portuguesa que geralmente dão ênfase ao estudo da gramática, deixando o trabalho com o texto literário em segundo plano. Nesta perspectiva Costa Junior (2017) enfatiza que

Em muitos casos, a literatura encontra, na sala de aula, um espaço reduzido a fins gramaticais e linguísticos, desconsiderando, dessa forma, as inúmeras potencialidades do TL, como por exemplo, a própria reflexão sobre o mundo atual, o descobrimento da alteridade, reflexões culturais, além das inúmeras possibilidades metodológicas (Costa Junior, 2017, p. 111).

Convém lembrar que as aulas de literatura não devem ser resumidas apenas a questões linguísticas, mas precisam fomentar reflexões que ajudem a pensar em temas relacionados a atualidade, a realidade que cerca os estudantes, aspectos culturais, dentre tantos outros assuntos importantes que podem ser discutidos a partir do trabalho com literatura em sala de aula.

Nesse sentido o estudo de obras literárias produzidas por mulheres se apresenta como um grande desafio para docentes, uma vez que são raros os materiais que trazem textos de escritoras. Porém, essa lacuna pode ser preenchida a partir dos avanços nos estudos de gênero e da crítica feminista, nos permitindo conhecer e inserir autoras latino-americanas nas aulas de literatura em todos os âmbitos, desde a educação básica até o ensino superior. Diante disso, ressaltamos que cabe também aos docentes de literatura incluir essas autoras em sala de aula para que tenhamos uma literatura mais diversificada em nossas escolas, uma vez que:

O grupo social não é simplesmente um todo homogêneo. Nele habitam vontades, saberes e posicionamentos diversificados, mas convergentes que geram as possibilidades de relações internas e com outros grupos. Através das trocas linguísticas, o indivíduo se certifica de seu conhecimento de mundo e dos outros homens, assim como de si mesmo, ao mesmo tempo em que participa das transformações em todas as esferas (Aguiar; Bordini, 1988, p.

08).

Entendemos a necessidade das trocas linguísticas de saberes para a formação do leitor, e, conseqüentemente, para a formação de uma sociedade leitora e crítica. Ao possibilitar a esses leitores participarem ativamente das mudanças sociais, por meio das múltiplas vozes que compõem a esfera social, estaremos ampliando seu repertório de conhecimento e vivência de outras culturas, visto que “[...] numa sociedade desigual, os problemas de leitura se diversificam conforme as características de classe. As soluções possíveis orientam para o pluralismo cultural, ou seja, a oferta de textos vários, que deem conta das diferentes representações sociais [...]” (Aguiar; Bordini, 1988, p. 13). Dentre essas representações que precisam figurar em nossas aulas podemos utilizar as obras produzidas por mulheres em toda a sua diversidade, as negras, as trabalhadoras, as trans, as indígenas, entre tantas outras.

Desse modo a divulgação e estudo dessas literaturas na sala de aula são de extrema importância tendo em vista que “[...] é necessário inserir esta literatura dentro dos espaços escolares para que a “reescrita” da historiografia da literatura também possa ser uma tarefa dos leitores contemporâneos e não somente da crítica especializada [...]” (Milreu, 2019, p. 94). A partir do conhecimento e leitura dessas obras daremos a possibilidade desses estudantes revisitarem e terem outra perspectiva sobre as narrativas que compõem a nossa história, enquanto povos latino-americanos. Por meio de escritoras e obras que poderão ampliar suas perspectivas de mundo e seu pensamento crítico, possibilitando um olhar mais inclusivo a respeito das questões de gênero e autoria feminina, conforme a citação a seguir:

[...] um dos desafios atuais é levar os textos literários de autoria feminina para o espaço escolar. Desse modo, estaremos atuando na dimensão política do ensino de literatura [...]. Afinal, constatamos que as mulheres estão ocupando diversos espaços na sociedade contemporânea, mas que a desigualdade entre os sexos ainda é detectável em vários âmbitos da América Latina, incidindo, por exemplo, na diferença de remuneração e da jornada de trabalho. Também é preciso lembrar as altas taxas de violência doméstica e de feminicídio que assolam a maioria dos países latino-americanos. Apesar da resolução destas questões serem cruciais para a construção de um mundo mais justo, raramente elas são discutidas nas salas de aula, um espaço que poderia contribuir para a desconstrução da ideologia patriarcal e sinalizar caminhos para a edificação de uma sociedade mais justa e democrática (Milreu, 2019, p. 95).

Assim nosso papel enquanto docentes é de mediar essas discussões sobre as desigualdades para diminuir tais preconceitos, levando nossos estudantes a reflexão e questionamentos sobre os valores postos como verdades absolutas. Em sala de aula uma de

nossas tarefas é fomentar o pensamento crítico/criativo e para isso é preciso que haja questionamento e ampliação do repertório e das vozes de lugares diferentes a fim de compreender melhor as questões que permeiam nossa sociedade, portanto,

[...] não podemos nos omitir. Por isso, acreditamos que é urgente promover estas discussões de forma adequada tanto na universidade quanto na educação básica porque entendemos que os textos literários produzidos por mulheres podem contribuir para uma melhor compreensão das questões assinaladas e, inclusive, para a sua superação (Milreu, 2019, p. 95).

Sabendo qual deve ser nosso papel como docentes comprometidos com uma história construída por múltiplas vozes, escutando as diversas possibilidades que contribuirão de modo significativo para as mudanças que queremos, seja na educação básica, seja no ensino superior. É preciso que os textos literários circulem nos diversos espaços educativos, permitindo aos leitores terem contato com autoras e obras diversificadas que apresentem outras perspectivas sobre literatura, história e arte.

Neste contexto ao destacar autoras e romances não conhecidos do público é possível ampliar o repertório acadêmico na formação de docentes de literatura com a divulgação e estudo dos romances aqui apresentados tentamos preencher algumas das lacunas deixadas pela tradição canônica que se voltou para autores já conhecidos o que impossibilitou o trabalho com outras narrativas relevantes para pensar diversas temáticas, a partir da construção de uma identidade nacional por meio da literatura nos países latino-americanos durante o período colonial. Ler e discutir as obras dessas mulheres nos ajuda a compreender suas contribuições para as literaturas de seus países e promovermos uma formação docente mais plural.

Notamos que a luta das escritoras especificamente as latino-americanas por seu espaço vem de um longo período de resistência. A literatura produzida por mulheres no século XIX pode “[...] ser lida como uma nova identidade baseada na integração da mulher à vida social e econômica, e a integração da comunidade indígena liberada dos abusos aos que era submetida [...]” (Guardia, 2013, p. 21). Essa integração da mulher na sociedade também se nota nas obras que compõem o *corpus* da nossa pesquisa, visto que as autoras Ana Luísa e Clorinda Matto trazem em seus romances esse olhar para dois grupos marginalizados: as mulheres e os povos indígenas. As escritoras procuram mostrar também como esses povos eram maltratados pelos colonizadores e donos do poder, Ana Luísa e Clorinda Matto ressaltam a importância dos excluídos socialmente para a formação identitária das sociedades latino-americanas.

Diante do exposto, e, pensando nessa lacuna deixada pela ausência da participação das

mulheres na construção da literatura nacional de seus países, nossa pesquisa ressalta a importância de analisar obras com essa temática a partir de escritoras, a fim de evidenciar a contribuição desses textos também para a construção de nossa identidade como povos colonizados.

A partir disso elaboramos a seguinte questão de pesquisa: de que modo Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner constroem as imagens de mulheres indígenas em suas narrativas? Ademais, elencamos como questões secundárias: de que forma a imagem da mulher indígena criada por essas escritoras subvertem os ideais do romantismo? Como as autoras rompem com as imagens dos povos indígenas criadas por autores do romantismo que expressam um olhar colonial sobre esses povos? Em que medida a leitura dessas obras pode contribuir com a formação leitora? As respostas a essas questões visam ampliar os estudos acerca do indianismo e do indigenismo na literatura latino-americana, por meio de uma perspectiva em que se evidencie a contribuição dessas escritoras a respeito do tema para a formação de leitores, a partir de uma análise crítica das obras que compõem o *corpus* da pesquisa.

Para responder a esses questionamentos em nossa dissertação propomos como objetivo geral: analisar as representações das mulheres indígenas latino-americanas durante o período colonial nos romances de autoria feminina do século XIX *D. Narcisa de Villar* (1859) e *Aves sin nido* (1889). Como objetivos específicos: 1) refletir sobre o indianismo e o indigenismo na literatura latino-americana, a partir da atuação de escritoras não canônicas; 2) examinar como as autoras Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner subvertem e rompem com os ideais do romantismo no que se refere à representação da mulher indígena latino-americana nos tempos coloniais; 3) demonstrar como os romances analisados podem contribuir com a formação de leitores. Posto isso, a nossa dissertação está composta pela presente introdução, que corresponde à primeira parte do trabalho e mais quatro capítulos como descreveremos a seguir.

No segundo capítulo “Um olhar sobre a América Latina colonial através da contribuição de algumas escritoras do século XIX” apresentamos as autoras pioneiras da escrita feminina na América Latina no século XIX tecendo considerações sobre a crítica feminista e sua contribuição para a visibilidade de autoras e obras. Finalizamos o capítulo com alguns apontamentos sobre o Indianismo e o Indigenismo como movimentos dentro/fora do período do Romantismo no qual as obras pesquisadas se inserem.

No terceiro capítulo “As mulheres indígenas no romance *D. Narcisa de Villar*, de Ana Luísa de Azevedo Castro” analisamos o romance *D. Narcisa de Villar* (1859) sobre a ótica

indianista e como a autora aborda a temática indígena e a situação feminina a partir das mulheres presentes em sua narrativa. Além disso, refletimos sobre a invisibilidade da obra, que praticamente não apresenta estudos e ao que tudo indica se trata da narrativa que inaugura o romance de autoria feminina em Santa Catarina, estado onde a autora nasceu.

O quarto capítulo “As mulheres indígenas no romance *Aves sin nido*, de Clorinda Matto de Turner” apresenta a análise do romance *Aves sin nido* (1889), de Clorinda Matto de Turner, e como a obra se insere na perspectiva indigenista destacando o protagonismo das mulheres indígenas criadas pela escritora peruana. A narrativa foi censurada no Peru e a autora chegou a ser excomungada pela Igreja por suas duras críticas a conduta de padres e bispos católicos.

No quinto capítulo “Sugestões metodológicas para o trabalho com romances *D. Narcisca de Villar* e *Aves sin nido* em sala de aula” tecemos algumas reflexões sobre o trabalho com as obras em sala de aula como a possibilidade de uma educação emancipadora a partir de uma perspectiva decolonial e feminista das narrativas analisadas. Assim, evidenciamos a importância de ler essas e outras autoras em sala de aula apresentando também duas sequências didáticas como propostas para o trabalho literário em sala de aula com os romances de Ana Luísa e Clorinda Matto.

Ressaltamos ainda que essa dissertação assumiu um compromisso de contribuir com a memória cultural latino-americana, a partir do legado deixado por essas duas mulheres destacando a importância dos estudos voltados aos textos de autoria feminina, os quais sinalizam que o pertencimento feminino ao universo literário foi uma trajetória marcada por lutas, receios e impedimentos, percurso semelhante nas demais esferas sociais onde as mulheres ficaram sempre à margem.

Por fim, mas não menos importante, procuramos evidenciar ao longo de nossa pesquisa que a presença das mulheres no universo artístico é importante não só como forma de autoafirmação. Mas, sobretudo, como uma maneira de entender a partir de um discurso próprio como a escrita das autoras Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner se incorporaram, conforme Sharpe (1997, s/p.), “à cultura de seus países, no que diz respeito a seus mitos, crenças, imaginários e ideologias”.

## 2 UM OLHAR SOBRE A AMÉRICA LATINA COLONIAL ATRAVÉS DA CONTRIBUIÇÃO DE ALGUMAS ESCRITORAS DO SÉCULO XIX

Neste capítulo apresentamos os nomes das escritoras latino-americanas mais conhecidas do século XIX que fizeram do ato de escrever um movimento de luta por um espaço para poderem ter suas obras publicadas. Em seguida traçamos um panorama sobre a produção de autoria feminina na América Latina a fim de compreendermos o árduo percurso que as autoras enfrentaram para terem suas obras divulgadas. A partir disso, percebemos como Ana Luísa e Clorinda Matto também contribuíram para esse percurso ao entenderem que sua escrita era um ato de resistência em um ambiente que sempre lhes foi negado esse direito. No momento seguinte destacamos algumas considerações a respeito dos conceitos do indianismo e do indigenismo na literatura latino-americana, finalizando assim a última seção.

### 2.1 AS PIONEIRAS: INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA

Ao longo da história da literatura de autoria feminina<sup>1</sup> observamos a invisibilidade das autoras nos espaços de circulação literária especialmente nos espaços coletivos. Diante da exclusão das escritoras entendemos que o processo de escrita das mulheres representou um enfrentamento ao patriarcado e uma subversão a lógica que tinha o autor homem como referência de produção literária. A resistência das escritoras contribuiu para a criação do movimento feminista ao questionar o estabelecido e interferir nas estruturas literárias e sociais hegemônicas as mulheres passaram a reivindicar seu espaço no mundo das letras, a partir do questionamento sobre o cânone, até então formado apenas por escritores homens.

No âmbito literário este enfrentamento de acordo com Zolin (2005, p. 218) pode ser entendido como “[...] um modo de ler a literatura confessadamente empenhado, voltado para a desconstrução do caráter discriminatório das ideologias de gênero, construídas, ao longo do tempo, pela cultura [...]”. Tal empenho permitiu às mulheres produzirem obras que pudessem também compor a história literária a partir dos seus lugares de fala e de seus modos de perceber e estar no mundo. Segundo Luiza Lobo (2011) à mulher sempre foi atribuído um papel definido por terceiros como aquele ser que era visto na perspectiva do

---

<sup>1</sup> De acordo com Guardia (2013, s/p.) a expressão literatura de autoria feminina se refere ao “conjunto de textos literários produzidos por mulheres”. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2013v18nesp1p15/25234>. Acesso em: 13 jul. 2024.

[...] **outro**, o excluído, o estranho é próprio da mulher que quer penetrar no “sério” mundo acadêmico ou literário. Não se pode ignorar que, por motivos mitológicos, antropológicos, sociológicos e históricos, a mulher foi excluída do mundo da escrita – só podendo introduzir seu nome na história europeia por assim dizer através de arestas e frestas que conseguiu abrir através de seu aprendizado de ler e escrever em conventos (Lobo, 2011, p. 03).

Conforme as palavras da autora por vários motivos foi retirado da mulher o direito à escrita e à leitura. As arestas que conseguiu abrir para ter acesso à literatura ocorreu por meio de lugares permitidos pelo patriarcado, na esfera religiosa e sempre com a vigilância e obediência as regras do que poderia ser lido, escrito ou pensado pelas mulheres nos conventos.

A respeito deste lugar subalternizado para as mulheres Beauvoir (2009) também corrobora que coube a mulher o papel de ser o outro, aquele que não tem assegurado o seu lugar na história, uma vez que para a ideologia patriarcal o universo “[...] sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente [...]” (Beauvoir, 2009, p. 99). Sabemos que este lugar das mulheres ainda se encontra em processo de construção por meio de muitas lutas iniciadas pelas primeiras autoras.

Não havendo explicações coerentes que justifiquem essa exclusão das escritoras, entendemos que tal omissão se deve aos preconceitos e estereótipos que se criou sobre a mulher pelo patriarcado. Em se tratando da América o enfrentamento a estes comportamentos excludentes pode ser observado desde a época colonial em que as mulheres indígenas já resistiam aos abusos dos colonizadores europeus. Desta forma, tal processo

[...] significou o começo de uma relação plena de conflitos, acordos e discrepâncias, em que a exclusão e a marginalidade das mulheres indígenas esteve na base da construção das colônias espanholas; não obstante, os vencidos conservaram até a morte suas crenças em um intenso processo de resistência que repercutiu profundamente em nossa história e em nossa cultura [...] (Guardia, 2013, p. 16).

De acordo com a citação apesar de as mulheres indígenas serem as primeiras vítimas dos colonizadores europeus, especificamente os espanhóis que colonizaram a maior parte da América, foram também as que mais resistiram, por meio da cultura, da tradição oral e das crenças que influenciaram as gerações futuras sendo fundamentais para a sobrevivência dos povos indígenas. Neste sentido, para Guardia (2013, p. 16) é preciso “[...] ler os textos escritos pelas mulheres, interpretando seus silêncios, e aquilo que criticam e interrogam da cultura tradicional, como meio de substituir o discurso falocêntrico e apropriar-se de uma identidade

que lhes tem sido negada [...]”. Portanto, se faz necessário ler os escritos também por meio do que não foi dito, aquilo que se silenciou nas narrativas das mulheres, observar as pistas, as marcas e ler com atenção a fim de compreender seus silêncios presentes nos textos.

Esse movimento de resistência e produção feminina nos países colonizados da América teve como uma de suas pioneiras a freira mexicana Sórora Juana Inés de La Cruz (1648-1695) que iniciou sua produção ainda no século XVII questionando através de seus textos as normas da sociedade e da Igreja de seu tempo. Sórora Juana defendeu o direito de mulheres poderem estudar e terem liberdade para se expressarem de forma criativa e sensível. Sobre esse aspecto Guardia (2013, p. 17) afirma que:

[...] como freira declarou sua capacidade de mulher pensante para estudar teologia e conciliar sua religiosidade com uma vida criativa; no entanto, como dramaturga fez algo mais que uma transgressão. Escrever, montar e editar comédias seculares foi um ‘crime’, ou seja, uma das maiores transgressões que uma freira enclausurada pode cometer.

Partindo desse pressuposto percebemos que mesmo diante de sua condição de submissão à Igreja Católica Sórora Juana foi uma mulher visionária ao escrever sobre temas tão complexos e proibidos para as mulheres, em especial as religiosas. Seu nome figura como a primeira escritora mexicana no período, ela é certamente uma das mais importantes pensadoras americanas, que mesmo em meio a tantos obstáculos soube mostrar seu talento, ainda que isso lhe tenha custado caro, pois a Igreja não viu com bons olhos a ousadia da freira, pressionando-a para interromper sua escrita.

De acordo com Guardia (2013) muitas outras religiosas escreveram nesse período, uma escrita em sua maioria autobiográfica tutelada pelo Tribunal da Inquisição e pelos padres confessores dessas mulheres. A estes caberia o papel de supervisionar esses textos a fim de perceber qualquer traço contra os princípios religiosos. Desse modo, se fosse percebido algum desalinhamento com os dogmas da fé católica ou com a moral, essas narrativas eram censuradas e as freiras eram proibidas de escrever, como ocorreu com Sórora Juana e tantas outras mulheres impedidas de exporem em seus textos pensamentos considerados subversivos pelo Clero.

Diante desse cenário opressor para a escrita feminina a mudança dessa realidade não era uma tarefa fácil para escritoras latino-americanas do século XIX, pois ainda prevalecia o domínio do discurso patriarcal sobre o comportamento das mulheres. Nesse contexto foi no século XIX que algumas autoras latino-americanas ganharam notoriedade rompendo o silêncio e enfrentando o patriarcado com seus textos. A partir disso se inicia um movimento de

luta pelo espaço da escrita. Para ilustrarmos alguns desses nomes apresentamos o quadro a seguir com alguns dados dessas mulheres que conseguiram ter suas obras publicadas, muitas utilizaram pseudônimos.

Quadro 01: Escritoras latino-americanas mais conhecidas do século XIX

<b>Autora</b>	<b>Nacionalidade</b>	<b>Nascimento - Morte</b>
<b>Nísia Floresta</b>	Brasil	<b>1810-1885</b>
<b>Gertrudis Gómez de Avellaneda</b>	Cuba	<b>1814-1873</b>
<b>Juana Manuela Gorriti</b>	Argentina	<b>1818-1892</b>
<b>Maria Firmina dos Reis</b>	Brasil	<b>1822-1917</b>
<b>Ana Luísa de Azevedo Castro</b>	Brasil	<b>1823-1869</b>
<b>Mercedes Cabello de Carbonera</b>	Peru	<b>1845-1909</b>
<b>Lindauro Anzoátegui</b>	Bolívia	<b>1846-1898</b>
<b>Clorinda Matto de Turner</b>	Peru	<b>1852-1909</b>
<b>Adela Zamudio</b>	Bolívia	<b>1854-1928</b>
<b>Júlia Lopes de Almeida</b>	Brasil	<b>1862-1934</b>
<b>Delmira Agustini</b>	Uruguai	<b>1886-1914</b>
<b>Gabriela Mistral</b>	Chile	<b>1889-1957</b>
<b>Teresa de la Parra</b>	Venezuela	<b>1889-1936</b>
<b>Alfonsina Storni</b>	Argentina	<b>1892-1938</b>
<b>Juana de Ibarbourou</b>	<b>Uruguai</b>	<b>1892-1979</b>

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação.

A primeira autora latino-americana que citamos, seguindo uma ordem cronológica conforme a data de nascimento, é a brasileira nascida no Rio Grande do Norte, a potiguar Nísia Floresta. A escritora estreou sua escrita no ano de 1831, no *Espelho das brasileiras*, jornal dedicado às senhoras pernambucanas que pertencia ao tipógrafo francês Adolphe Emille de Bois Garin, onde colaborava com artigos sobre a condição feminina nas várias culturas. No ano de 1832 publicou seu primeiro livro *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, assinado com o nome que tornaria a norte-rio-grandense conhecida: Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo que mostra claramente as aspirações da autora: “[...] *Nísia*, de Dionísia; *Floresta*, para ter consigo lembranças da infância passada no sítio Floresta; *Brasileira*, como uma afirmação de seu sentimento nativista; e *Augusta*, numa provável homenagem de afeto e fidelidade ao companheiro Manuel Augusto [...]” (Duarte, 1995, p. 24). Na escolha do pseudônimo a escritora demonstra suas origens e um espírito nacionalista muito forte.

A cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda também conhecida como “La Avellaneda”, viveu grande parte de sua vida na Espanha, recusando um casamento por conveniência. Sua escrita contempla poemas, romances e dramas, dentre os mais conhecidos se destacam: *As obras* (1914-1918, 4.Vol.), *Poesías selectas* (1966), publicadas na Espanha, *Sab* (1841) e *Dos mujeres* (1842), em seus textos a autora se propõe a dar destaque as pessoas exploradas devido a sua etnia e cultura. A escritora chegou a ser indicada para a *Real Academia Española* (RAE), em 1853, mas foi vetada por ser mulher<sup>2</sup> e não pode ocupar o posto, foi apenas no ano de 1979 que se aceitou a primeira mulher na instituição.

Outra autora latino-americana importante para esse movimento de luta pelos direitos femininos foi à argentina Juana Manuela Gorriti que sempre defendeu o espaço das mulheres se expressarem. Dentre suas obras podemos citar: *Sueños y realidades* (1865), *Panoramas de la vida* (1876) e *Cocina ecléctica* (1890). Juana Manuela também teve um intenso trabalho como jornalista colaborando com vários periódicos da América inclusive atuou com diretora do jornal *La Alborada del Plata* em 1877, na cidade Buenos Aires na Argentina.

Seguindo nossa linha do tempo das escritoras destacamos a brasileira Maria Firmina dos Reis, nascida no Maranhão, considerada a primeira romancista negra do Brasil, sendo uma mulher comprometida com a situação dos negros escravizados. Sua obra *Úrsula* (1859) é tida por alguns estudiosos como o primeiro romance de autoria feminina brasileira, porém, pela cronologia de publicações, a maranhense seria a segunda escritora a publicar no Brasil, ao lado de Ana Luísa de Azevedo Castro, visto que, Nísia Floresta lhes precedeu com relação à publicação de obras. Conforme Lobo (2011, p. 11) Maria Firmina dos Reis “[...] era pobre, mulata, solteira, e foi a primeira professora primária concursada no Maranhão. Adotou cerca de dez crianças, e morreu pobre, cega e esquecida na cidade de Guimarães [...]”. Infelizmente a autora teve um final de vida lamentável, apesar de sua relevante contribuição para a educação das pessoas mais pobres de seu estado.

A próxima escritora desse período nasceu em Santa Catarina, trata-se de Ana Luísa de Azevedo Castro, cuja obra é parte do *corpus* desse estudo. Segundo Muzart (2000) não há muitas informações sobre sua vida e escrita apenas que teve uma esmerada educação. Bastante jovem entregou-se com dedicação aos estudos mudando-se para o Rio de Janeiro, cidade onde se casou e fundou uma escola de ensino primário e humanidades para meninas como diretora por longos anos “[...] deu provas de talento e capacidade como preceptora, em face dos ótimos resultados

---

<sup>2</sup> Informações referente à exclusão da autora Gertrudis Gómez de Avellaneda da RAE estão disponíveis no link: <https://encurtador.com.br/fkqsQ>. Acesso em: 04 fev. 2024.

colhidos pelas educandas que lhe eram confiadas. De seu colégio, muitas jovens saíram habilitadas para o magistério público [...]” (Muzart, 2000, p. 06). A autora já contribuía efetivamente com a educação feminina e com a formação das primeiras professoras da época.

Ana Luísa de Azevedo Castro além de professora e diretora era associada da *Sociedade Ensaíes Literários*. Em 16 de abril de 1866 recebeu dessa organização o título de sócia honorária, fato raríssimo para a época, pois não era comum se conceder uma homenagem desse tipo a uma mulher. Em certa ocasião ao proferir um *Discurso*, a autora fala em tom indignado: “[...] Senhores, / No banquete das inteligências não há sexo. A mulher pode também achar nele o seu lugar, se tem forças para penetrar os seus pórticos [...]” (Castro, 1866 *apud* Muzart, 2000, p. 06). Neste sentido, percebemos que a escritora tinha ideias feministas ao defender a educação das mulheres ainda que o movimento feminista surgisse bem depois. Essa defesa também se observa em seu romance *D. Narcisa de Villar*, obra publicada pela primeira vez em folhetim no ano de 1858, no Jornal *A Marmota* do Rio de Janeiro e no ano seguinte (1859) em livro com o pseudônimo de “Indygena do Ypiranga”.

A escritora peruana Mercedes Cabello de Carbonera foi uma defensora da educação para as mulheres e os direitos femininos, dentre suas obras citamos: *Sacrificio y recompensa* (1886), *Blanca sol* (1890) e *Las consecuencias* (1890). A autora também se mostrou uma defensora dos indígenas, favorável aos nativos ante os colonizadores espanhóis. Ainda de acordo com Guardia (2013) ao publicar a obra *El conspirador* em 1892 a escritora se tornou alvo de pensadores e da Igreja Católica, a partir desse momento os principais jornais da época iniciam uma campanha difamatória chamando-a de louca. Assim, essa perseguição “[...] se repetiu todos os dias durante meses, até que foi sugerido que devesse ser internada em um manicômio [...]” (Guardia, 2013, p. 20). Neste contexto, não podendo mais suportar a pressão, em 27 de janeiro de 1900 a escritora é internada no *Manicomio del Cercado de Lima*, local onde permaneceu durante nove anos em silêncio até falecer em 12 de outubro de 1909.

A boliviana Lindaaura Anzoátegui é considerada a primeira escritora do país que ousou denunciar as condições que os indígenas da Bolívia eram tratados, além disso, a autora contestava a situação de opressão feminina e defendia a educação para as mulheres, dentre suas obras se destacam: *La mujer nerviosa* (1891), *Cómo se vive en mi pueblo* (1892) e *Cuidado con los cielos* (1893). Lindaaura foi uma exímia poeta que compunha belos versos em homenagem a seu país e a seu povo, demonstrando um sentimento bastante patriótico e nacionalista pelos povos indígenas bolivianos.

Outra autora que também defendeu a autonomia feminina e denunciou as condições dos indígenas durante a colonização foi a peruana Clorinda Matto de Turner, pseudônimo de

Grimanesa Martina Mato Usandivas, em seu romance *Aves sin nido* (1889), obra que também compõe o *corpus* dessa pesquisa. Clorinda Matto foi uma mulher muito à frente do seu tempo que usou sua escrita para colocar em evidência as denúncias de exploração sobre os indígenas do Peru. As obras *Índole* (1891) e *Herencia* (1895) apresentam duras críticas à Igreja Católica, a violência e os abusos cometidos pelos religiosos e autoridades peruanas.

Devido ao seu posicionamento crítico em relação à Igreja a resposta das autoridades foi imediata, a autora sofreu muitos ataques em artigos publicados por membros do Clero, esta perseguição contribuiu para que Clorinda Matto fosse banida do círculo de intelectualidade de seu país, em 23 de agosto de 1890 a autora peruana foi

[...] denunciada pelo arcebispo de Lima porque em *El Peru Ilustrado*, revista que ela dirigia, foi publicado um conto do escritor brasileiro Henrique Maximiliano Coelho sobre a vida de Cristo, em que aparece um Jesus mais terreno, interessado em Maria Madalena [...] o arcebispo proibiu a leitura da revista, a excomungou, e *Aves sin nido* figurou entre os livros condenados pela Igreja. Pouco depois, viajou em exílio à Buenos Aires onde morreu a 25 de outubro de 1909 (Guardia, 2007, p. 171).

Diante da polêmica envolvendo o jornal que Clorinda Matto atuava como diretora, ao editar o conto narrando um interesse amoroso de Jesus por Maria Madalena, evidenciando um lado carnal das figuras bíblicas, a autora foi severamente punida sendo proibida de retornar ao Peru e, somente em 1924, seus restos mortais puderam ser enterrados em Lima. Entendemos, a partir desta punição, como a escrita foi um exercício difícil para a mulher, que acarretava uma punição para além da vida profissional, atingindo também a vida pessoal como ocorreu com Clorinda Matto, ao criticar e questionar a autoridade da Igreja e políticos.

A escritora e professora boliviana Adela Zamudio em sua obra *Intimas* (1913) “[...] refere-se à impossibilidade do amor e do matrimônio em uma sociedade que marginaliza o sexo feminino e sujeita à submissão reprodutiva. Em contos e poesia expressou o profundo mal-estar que produzia a condição de subordinação das mulheres [...]” (Guardia, 2013, p. 20). A autora também é considerada a poeta mais famosa do país e uma das fundadoras do movimento feminista boliviano. Adela Zamudio utilizava o pseudônimo de “Soledad” uma vez que seu pensamento para a sociedade conservadora da época, lhe projetava em um local de isolamento e solidão, o seu fazer literário era incompreendido. A escritora fez muitas críticas à Igreja Católica, isso lhe rendeu perseguições e desafetos, principalmente, por defender uma educação laica sem a influência da fé católica, em sua atuação como educadora e escritora advogou pelo espaço das mulheres se expressarem e poderem estudar sem doutrinação.

Dentre as escritoras do século XIX a carioca Júlia Lopes de Almeida foi uma das mais conhecidas no seu tempo e conseguiu grande projeção na sua escrita, suas obras foram bem aceitas e a autora obteve reconhecimento com diversos textos em prosa (romances, teatros e contos) dentre os quais se destacam: *A família Medeiros* (1892), *O livro das noivas* (1896), *A falência* (1901), *Ânsia eterna* (1903), *A intrusa*, (1908), entre tantas outras. Júlia Lopes foi uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras (ABL), mas não pode ocupar um lugar na instituição. O indicado acabou sendo seu marido Filinto de Almeida, por ser mulher ela não pode adentrar esse espaço predominante masculino, ainda que a autora tivesse inúmeras obras publicadas e conhecidas. Júlia Lopes foi uma habilidosa mestra da palavra que nas entrelinhas de sua escrita advogava pelos direitos das mulheres.

A uruguaia Delmira Agustini diferente das mulheres de seu tempo teve uma boa condição financeira e apoio da família para exercer seu ofício, entre suas obras se destacam: *El libro blanco* (1907) e *Correspondencia íntima* (1969, obra póstuma). A autora, apesar de sua situação financeira e talento não pode escapar ao feminicídio, assassinada aos vinte e oito anos devido a um relacionamento conturbado com o marido que tirou sua vida e interrompeu uma trajetória brilhante de uma escritora talentosa.

A chilena Gabriela Mistral pseudônimo de Lucila Godoy Alcayaga atuou como educadora e diplomata, sendo a primeira escritora latino-americana a receber o *Prêmio Nobel de Literatura* em 1954 sua temática de escrita de acordo com Guardia (2013) sempre foi a maternidade, em seus escritos predomina a poesia, como podemos mencionar: *Sonetos de la muerte* (1914), *Desolación* (1922), *Lecturas para mujeres* (1923), *Nubes blancas y breve descripción de Chile* (1934).

A venezuelana Teresa de La Parra defendia a educação das mulheres entre as suas obras mais conhecidas são: *Ifigenia* (1924), *Diario de una señorita que escribió porque se fastidiaba* (1922), *Memorias de mamá blanca* (1929). Teresa de La Parra foi uma intelectual muito ativa criou grupos de escritoras com as quais dialogava e atuava como conferencista. Conforme Lobo (2011) sua escrita aborda “[...] a rebeldia e a inteligência como aspectos vivos e persistentes, apesar da repressão social, tornando a personagem, além de verossímil, altamente feminista, a seu modo [...]” (Lobo, 2011, p. 17). Podemos perceber que a escritora venezuelana era também uma defensora da autonomia financeira das mulheres, em suas conferências, ainda que se considerasse uma feminista “moderada”<sup>3</sup> ressaltava que as mulheres deveriam ser parceiras dos

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar, conforme Duarte (2003), que muitas mulheres no século XIX, apesar de lutarem pelos seus direitos não tinham conhecimento do feminismo como temos hoje, nem sabiam o que era esse movimento, que veio a ser conceituado bem mais à frente com os estudos feministas.

maridos e não suas propriedades.

Alfonsina Storni foi uma escritora argentina que exerceu várias funções, tais como: operária de fábrica, atriz itinerante e professora, em 1925 publicou o livro de poemas *Ocre* que lhe rendeu um importante papel na intelectualidade argentina, nos seus textos ressaltava que “[...] a mulher não estava mais disposta a tolerar os ultrapassados limites intelectuais, sociais e políticos e que se encaminhava decididamente ao alcance de sua emancipação [...]” (Guardia, 2013, p. 22). Alfonsina Storni publicou também: *La inquietud del rosal* (1916), *El dulce daño* (1918), *Irremediablemente* (1919), além das obras poéticas a autora escreveu ainda peças de teatro.

A última escritora latino-americana do século XIX que apresentamos é a uruguaia Juana de Ibarbourou, pseudônimo de Juana Fernández Morales, em 1825 a autora ganhou o título de “Juana de América”, destacando sua popularidade e a originalidade de seus versos escritos “[...] a partir da matéria das recordações da aldeia indígena da sua infância [...]” (Lobo, 2011, p. 13). Suas obras apresentavam erotismo e exuberância, exaltando a vida com os três primeiros livros da autora em estilo modernista são: o poemário *Las lenguas de diamante* (1919), a coleção de prosa poética *El cántaro fresco* (1920) e *Raíz salvaje* (1922), obras que foram muito bem recebidas pelo público e inclusive tiveram traduções para outras línguas ampliando o espaço feminino em outros países.

A partir dessa explanação sobre escritoras que estão inseridas dentro do século XIX, com exceção de Sórora Juana Inés de La Cruz, antecessora das demais mencionadas, visto que esse é o período que se situam as obras que compõem o *corpus* de nossa pesquisa e por ser nossa área de interesse e estudos, entendemos que sem o pioneirismo e a força destas mulheres não teríamos hoje esse espaço das mulheres nas letras.

Essas escritoras que tiveram suas vidas, reputações e seu talento questionado, pressionadas, agredidas essas mulheres não se curvaram ante o machismo de seu tempo, suas ideias e obras permanecem vivas e imortalizadas, inspirando as que vieram depois. Temos consciência que nesta lista ainda faltam muitas outras que talvez ainda permaneçam desconhecidas, como artistas pioneiras advogavam pelos direitos das mulheres em um tempo que não se tinha o movimento feminista como conhecemos hoje, mas suas trajetórias também contribuíram para que o feminismo se consolidasse.

Antes de prosseguirmos para a próxima seção é importante entendermos que o termo feminismo pode “[...] ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo [...]” (Duarte, 2003,

p. 152). Apesar de seu significado ser bem amplo e ter resultado em vitórias tão significativas para as mulheres, o termo ainda provoca controvérsias e algumas rechaçam o título de feminista, visto que a

[...] reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não só promoveu um desgaste semântico da palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal amada, machona, feia e, a gota d'água, o oposto de “feminina”. Provavelmente, por receio de serem rejeitadas ou de ficarem “mal vistas”, muitas de nossas escritoras, intelectuais, e a brasileira de modo geral, passaram enfaticamente a recusar tal título (Duarte, 2003, p. 151).

No entanto é inegável a importância das contribuições desse movimento para a conquista de direitos e liberdade para as mulheres, sem o feminismo nada do que temos hoje teria sido possível. Diante disso, não podemos ignorar “[...] a história das conquistas femininas, os nomes das pioneiras, a luta das mulheres de antigamente que, de peito aberto, denunciaram a discriminação, por acreditarem que, apesar de tudo, era possível um relacionamento justo entre os sexos [...]” (Duarte, 2003, p. 152). Essa perspectiva de feminismo se relaciona como o início liderado por mulheres brancas e de classe média alta.

Pensamos ser importante pontuar esse conceito que engloba a atuação das primeiras feministas brasileiras, pois a escritora catarinense Ana Luísa de Azevedo Castro pode ser inserida nesse grupo, uma vez que era uma mulher branca que teve acesso aos estudos, trabalhou, fundando sua própria escola para moças e nasceu em um estado (Santa Catarina) bem desenvolvido, na região sul do Brasil, considerada uma das mais prósperas do país, em termos econômicos, onde boa parte da população é branca, descendentes de imigrantes alemães e italianos de classe média. No entanto, mesmo em meio a esses privilégios, Ana Luísa não estava livre do apagamento e até o momento ainda permanece como uma autora pouco conhecida no que se refere a sua escrita, mais precisamente, só temos acesso ao romance analisado nessa dissertação, pois sua obra foi negligenciada e seu nome não figura em antologias ou na historiografia oficial de seu estado.

Cabe ressaltar também que esse conceito de feminismo, mencionado anteriormente, não dá conta das demais perspectivas feministas, de outras mulheres passando pelo viés racial, social e econômico, mas pensamos que seja importante situarmos a escritora conforme o seu momento de atuação. A escritora peruana Clorinda Matto de Turner pode ser incluída em outra perspectiva de feminismo já que a realidade do Peru em que ela estava inserida se difere da realidade de Ana Luísa. Clorinda Matto apesar de ser mais conhecida vivia em uma região com menos privilégio econômico, fazia parte da população indígena peruana extremamente excluída. Por

ser mulher andina sua vivência pode ser equiparada a das demais mulheres do país, uma história de lutas que foi negligenciada dos dados oficiais, conforme relata Sara Guardia, estudiosa da história das mulheres peruanas.

Durante mucho tiempo las mujeres peruanas han estado olvidadas de la historia del Perú, tal como ha sucedido siempre, en todos los países del mundo, y en todas las sociedades. El silencio que las recubre tiene razones generales y particulares ligadas a su propia situación. En primer lugar, la invisibilidad que la dominación masculina ha impuesto a las mujeres, confinándolas a un espacio privado, dedicadas a la reproducción material y doméstica, algo poco valorizado y no merecedor del discurso. De allí la debilidad de las huellas dejadas por las mujeres. El limitado interés que han suscitado permitió que no se registraran ni sus hechos, ni sus gestos, ni sus nombres. [...] Otra razón del silencio es el poco interés que el discurso histórico, fruto de una mirada dirigida hacia el pasado, ha otorgado a las mujeres. Resulta evidente que la historiografía peruana, nacida de la tradición hispánica, clerical y feudal, ha omitido a las mujeres, sean indias o españolas, de manera diferenciada pero igualmente reducidas al rango de accesorio de los conquistadores (Guardia, 2013, s/p.).

A citação é importante para refletirmos sobre as razões da exclusão das mulheres peruanas do contexto histórico e literário, independente das questões raciais e econômicas o que prevaleceu foi a questão do gênero, por serem mulheres foram apagadas da historiografia oficial. Devido à influência dos colonizadores homens brancos, machistas que não davam espaço as mulheres, ademais a Igreja também constituída por homens contribuiu para esse silenciamento imposto as mulheres.

A partir disso podemos entender as duras críticas de Clorinda Matto em suas obras, especialmente, no romance que analisamos nessa pesquisa, em que autora responsabiliza as autoridades religiosas por crimes e denuncia a hipocrisia dessa instituição que tanto mal fez as mulheres ao longo da história. Assim, por meio desse relato sobre o contexto das autoras em relação ao feminismo notamos que este foi um movimento fundamental para as mudanças sociais da atualidade, uma luta bastante árdua e contou com diversas estudiosas. Na próxima seção passamos refletir sobre os resultados dessa luta como um movimento organizado e indispensável para a vida das mulheres.

## 2.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA CRÍTICA FEMINISTA

As contribuições da crítica feminista foram e são essenciais para tirar da invisibilidade obras e autoras desconhecidas do público leitor. Essa vertente feminista se inicia nos Estados

Unidos a partir de 1970 segundo Zolin (2005) com a publicação da tese de doutorado *Sexual Politics* de Kate Millet na qual a autora questiona a escrita acadêmica voltada para uma perspectiva patriarcal, diante desse contexto a presença da mulher no universo das letras e a sua posição social que teve a influência e a colaboração do feminismo, principalmente ao constatar que “[...] o estereótipo feminino negativo, difundido na literatura e no cinema, constitui-se num considerável obstáculo na luta pelos direitos da mulher [...]” (Zolin, 2005, p. 217). Portanto, além de lutarem pelos seus direitos as feministas tinham a difícil tarefa de desconstruir essa imagem negativa e estereotipada do feminismo, ainda presente nas sociedades atuais, nas quais muitas mulheres veem o movimento de forma negativa, pois a história das mulheres latino-americanas foi marcada pela invisibilidade,

Excluidas, silenciadas, invisibles, las mujeres fueron ignoradas en el ámbito doméstico y privado; también en el económico, social, político y cultural. La mayoría de las veces fueron imaginadas, descritas o relatadas en forma parcial, y generalmente a través de un intermediario porque el registro directo estuvo supeditado a su acceso a la escritura. Recién a finales del siglo XIX se le permitió incorporarse al sistema educativo y, además, los índices de analfabetismo siempre fueron mucho mayores en la población femenina (Guardia, 2005, p. 13).

Por meio das palavras da estudiosa peruana entendemos que a grande contribuição do movimento feminista consiste em nos conscientizar sobre as origens da exclusão feminina, e, conseqüentemente, promover a mudança desta realidade para as mulheres terem seus direitos respeitados. Esse movimento foi fundamental também para as mulheres da América Latina devido ao fato de serem ainda mais oprimidas por viverem em países colonizados sob a opressão misógina e machista dos colonizadores e religiosos católicos.

Uma das principais expoentes do movimento feminista que se configura como referência para o feminismo é a escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir a partir de suas reflexões a respeito da situação da mulher, especialmente, em seu livro traduzido para o português com o título de *O segundo sexo* no ano de 1980 obra cuja primeira publicação é de 1949. No texto Beauvoir discute os papéis de homens e mulheres na sociedade a partir de uma ótica existencialista na qual o homem sempre visto como o senhor e a mulher como a escrava, a outra. A escritora questiona os lugares ocupados por homens e mulheres e como essas relações colocaram a mulher em situação de opressão e subalternidade, nesse contexto Zolin (2005, p. 224) destaca que:

[...] a mulher dar à luz é tomado como a matriz das diferenças entre os sexos. Estando impossibilitada de ir à caça e de dedicar-se a trabalhos pesados em razão das limitações físicas e dos cuidados com o bebê, ela foi privada de afirmar-se em relação à natureza, como fizeram os homens [...].

Sendo assim a opressão feminina é justificada por sua condição biológica, ou seja, por terem nascido mulheres já tinham seu destino traçado a partir do seu corpo, não sendo permitido romper as fronteiras e seguir outros caminhos; como o da escrita. Para Beauvoir (2009) caberia à mulher reverter essa opressão de um destino imposto pela sua condição biológica sendo destinada a seguir a lógica patriarcal se ocupando apenas em serem boas esposas e mães devotas. Se as mulheres não fizessem esse movimento de ruptura ninguém faria por elas, já que essa condição era favorável ao homem, portanto, elas deveriam lutar para ter sua profissão, em vez de pensar em casamento ou filhos como única possibilidade de vida, buscando também ocupar o seu lugar na sociedade, desempenhando outros papéis e funções.

Beauvoir (2009) argumenta ainda que a mulher “[...] não se reivindica como sujeito porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de *Outro* [...]” (Beauvoir, 2009, p. 26). A condição da mulher como o outro se deve ao fato entre outras questões de os homens terem o papel de criador, o Deus pai, aos reis e demais autoridades masculinas, visto que “[...] desde a Antiguidade, moralistas e satíricos deleitaram-se com pintar o quadro das fraquezas femininas [...]” (Beauvoir, 2009, p. 27). Ao se apropriarem do poder e do discurso os homens subjugaram as mulheres delegando-lhes um papel subalterno.

Diante de um cenário de exclusão social das mulheres no campo literário não foi diferente e a escrita se consolidou como uma prerrogativa de exclusividade dos escritores homens, conforme a historiografia oficial latino-americana se consta que boa parte das obras canônicas consagradas foi produzida por nomes masculinos. Em relação a narrativa contemporânea brasileira não é diferente a situação,

[...] basta observar quem são os autores que estão contemplados [...] [nas resenhas de jornais e revistas, nos programas das disciplinas, nas prateleiras das bibliotecas] como são parecidos entre si, como pertencem a uma mesma classe social, quando não têm as mesmas profissões, vivem nas mesmas cidades, tem a mesma cor, o mesmo sexo [...] (Dalcastagnè, 2012, p. 06).

Conforme Dalcastagnè entendemos que o cânone se constituiu especificamente a partir desta perspectiva tradicional de produção e acabou refletindo as relações de poder presentes na sociedade que privilegiava o gênero masculino em detrimento do feminino. Os estudos sobre

os textos literários que compõem o cânone demonstram “[...] inquestionáveis correspondências entre sexo e poder: as relações de poder entre casais espelham as relações de poder entre homem e mulher na sociedade em geral; a esfera privada acaba sendo uma extensão da esfera pública [...]” (Zolin, 2005, p. 217). Assim, escrita e poder estão diretamente relacionados com as obras que são consideradas canônicas ou não, em uma sociedade que tem a figura masculina como central e a mulher como a subalterna, a produção feminina não será valorizada.

A crítica feminista se constituiu como um contraponto a esse sistema excludente que priorizava a perspectiva masculina como expressão da literatura e dos estudos literários. O cânone passou a espelhar as relações de poder que estabeleciam o lugar que cada um ocupava na sociedade “[...] se as relações entre sexos se desenvolvem segundo uma orientação política e de poder, também, a crítica literária feminista é profundamente política na medida em que trabalha no sentido de interferir na ordem social [...]” (Zolin, 2005, p. 218). Devido à desigualdade nas relações sociais entre homens e mulheres a crítica feminista também precisou apresentar um viés político, já que para inserir autoras e obras na tradição literária era preciso questionar e modificar ideologias excludentes e desiguais entre os sexos. A partir dos apontamentos da crítica feminista passou-se a um processo de

[...] desnudamento que visa despertar o senso crítico e promover mudanças de mentalidades, ou, por outro lado, divulgar posturas críticas por parte dos(as) escritores(as) em relação às convenções sociais que, historicamente, têm aprisionado a mulher e tolhido seus movimentos [...] (Zolin, 2005, p. 218).

A conscientização dessas questões relacionadas ao cânone representou um avanço devido às lutas do feminismo e possibilitou o surgimento da crítica feminista. Assim as mulheres passaram a assumir esse papel de críticas e estudiosas das obras escritas por homens e outras mulheres atuando como questionadoras e revisoras do cânone tradicional no âmbito teórico/crítico.

Diante disso entendemos que as mulheres não querem ser um mero objeto do discurso de sujeitos que não partilham das suas angústias e seus sofrimentos, as autoras buscam romper com os discursos da tradição masculina nos quais a mulher ocupou, à sua revelia, um lugar secundário em relação ao ocupado pelo homem, permanecendo na marginalidade e na submissão. Portanto, o intuito de ampliar o espaço feminino e desconstruir a subalternidade da mulher, não se aplica somente à literatura, mas principalmente à esfera social em todos os campos de atuação, não se tratando apenas de uma mudança no âmbito literário. Para Zolin (2005, p. 218) “[...] a crítica feminista trabalha no sentido de desconstruir a oposição homem x

mulher com as demais oposições associadas a esta [...]”. Essa mudança de perspectiva da crítica representa uma revisão social da situação de exclusão feminina do mundo da escrita que há séculos perdura no Brasil e reforça a luta das mulheres para se tornarem protagonistas de sua própria história, conforme podemos compreender esse enfrentamento a partir das quatro ondas do feminismo que

Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente) se avolumam em direção ao clímax – o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar (Duarte, 2003, p. 152).

Neste contexto com todas as suas nuances como ressalta a estudiosa a primeira onda feminista se inicia nos anos oitocentistas com os movimentos abolicionistas, no período temos como precursora do movimento a escritora Nísia Floresta que inaugura a escrita sobre o feminismo no país com sua obra *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832), nessa obra a autora discute baseada nos moldes do Iluminismo:

[...] os ideais da mulher de igualdade e independência, configurados pelo direito à educação e à vida profissional, bem como o de serem consideradas como de fato são: seres inteligentes e capazes, portanto dignas de respeito. Trata-se, no entanto, de uma manifestação isolada, já que não se encontram registros de outros textos do gênero publicados na época, excetuando-se alguns artigos esparsos em periódicos, o que denuncia que Nísia Floresta consistiu em uma exceção em meio às mulheres brasileiras sem voz de seu tempo (Zolin, 2005, p. 221).

De acordo com a citação notamos que a luta pela educação feminina foi uma das bandeiras mais importantes das primeiras escritoras que advogavam pelos direitos das mulheres. Em um tempo que as demais mulheres não tinham essa oportunidade de fala as que conseguiam escrever, como foi o caso de Nísia Floresta, traziam o tema para a reflexão ao questionar as injustiças e a privação da educação para o sexo feminino.

Na segunda onda do feminismo brasileiro em meados de 1870 as reivindicações feministas estavam voltadas para a ampliação da educação para as mulheres e já se falava do voto feminino. Neste momento conforme Duarte (2003, p. 156) o movimento era mais jornalístico do que literário e se tinha uma profusão de jornais dirigidos por mulheres com destaque para “[...] *O sexo feminino* dirigido pela incansável Francisca Senhorinha da Mota

Diniz, de longa vida e muito sucesso, as pesquisas revelam que o periódico teve três fases [...]”. A primeira etapa estava compreendida entre 1873 e 1875, em Campanha da Princesa, Minas Gerais, com tiragem de oitocentos exemplares e assinantes em diversas cidades. Já o segundo momento se iniciou no Rio de Janeiro entre 1887 e 1889, com a mudança da fundadora para esse estado junto com sua filha Elisa. Por fim, na terceira fase de 1890 a 1896, o jornal mudou de nome para “[...] *O quinze de novembro do sexo feminino* e passou a defender com mais ênfase o direito das mulheres ao estudo secundário e ao trabalho e a denunciar a educação mesquinha oferecida às meninas [...]” (Duarte, 2003, p. 156). Além de Francisca Senhorinha, outro nome importante nesse movimento foi o da jornalista Josefina Álvares de Azevedo

[...] que com mais ênfase vai questionar a construção ideológica do gênero feminino e exigir mudanças radicais na sociedade. *A família*, o jornal que dirigiu de 1888 a 1897, primeiro em São Paulo depois no Rio de Janeiro, destacou-se principalmente pelo tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina, por questionar a tutela masculina e testemunhar momentos decisivos da história brasileira e das investidas das mulheres na luta por mais direitos (Duarte, 2003, p. 157).

Nas palavras da estudiosa é possível entender a importância da contribuição de Josefina Álvares para a emancipação das mulheres por seu perfil de combate em 1878 a jornalista conseguiu encenar uma peça intitulada *O voto feminino* no Teatro do Recreio no Rio de Janeiro, para depois publicar em livro “[...] o que faz dela uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e à cidadania no país [...]” (Duarte, 2003, p. 159). Com essa proeza Josefina Álvares entrou definitivamente para a história do feminismo brasileiro.

A terceira onda feminista começa no século XX tendo sido marcada pela defesa enfática do voto feminino e a reivindicação do direito aos cursos superiores e acesso aos diversos campos de trabalho para as mulheres. Segundo Duarte (2003) o primeiro nome dessa fase foi o da bióloga Bertha Lutz se tornando uma grande liderança na luta pelo direito de mulheres votarem. Ademais das palestras Bertha escrevia discursos para a *Revista da Semana* nos quais denunciava a opressão feminina e propunha a criação de associações para organizar os esforços em prol das mulheres.

Além de Bertha Lutz outras mulheres contribuíram significativamente nesse momento, dentre as quais se destacaram: a estudante de direito Diva Nolf Nazário; as escritoras Maria Lacerda de Moura; Ercília Nogueira Cobra e Rosalina Coelho Lisboa, a primeira mulher a conquistar o prêmio no concurso literário da Academia Brasileira de Letras. Nessa fase Gilka Machado com seu livro de poemas eróticos *Meu glorioso pecado* (1918) causou um grande

escândalo pela temática e por enfrentar o conservadorismo da sociedade; a autora paranaense Mariana Coelho, com o livro *A evolução do feminismo* (1933) também foi um nome importante. E, por fim, Rachel de Queiroz com seu livro *O quinze* (1930) causou espanto inclusive entre escritores como Graciliano Ramos que chegou a duvidar que a autora do livro fosse realmente uma mulher jovem, com isso a cearense conseguiu atingir relevância e chamar atenção para a produção de autoria feminina. O último nome da terceira onda é o da advogada Adalzir Bittencourt organizadora da primeira *Exposição do Livro Feminino* no Palace Hotel do Rio de Janeiro por conseguir a atenção da imprensa para a causa feminista na época.

Finalmente a quarta onda do feminismo no Brasil teve início em 1975 com a luta voltada para a liberdade sexual feminina os jornais da época tratavam de temas como: “[...] anistia, o aborto, a mortalidade materna, as mulheres na política, o trabalho feminino, a dupla jornada e a prostituição, trazendo ainda muitas matérias sobre a sexualidade, o preconceito racial, a mulher na literatura, no teatro e no cinema [...]” (Duarte, 2003, p. 166). Ademais, desses temas polêmicos para o período, inclusive alguns deles ainda são tabus na atualidade, foi nesse momento que ocorreu a vinda da feminista norte-americana Betty Friedan ao Brasil pela articulação da importante feminista brasileira Rose Marie Muraro, juntas elas causaram um grande alvoroço por suas ideias a respeito do prazer e do corpo feminino e foram duramente combatidas pelos conservadores da época.

Nesse contexto na literatura se destacaram nomes importantes como: Nélida Piñon, a primeira mulher a presidir a Academia Brasileira de Letras, algumas escritoras que também enfatizaram em seus textos importantes reflexões para as mulheres, dentre as quais se pode destacar: Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti, Lya Luft, entre outras. Além das obras publicadas por essas autoras diversas iniciativas também contribuíram para a quarta onda, principalmente, a criação e institucionalização de estudos sobre a mulher feita pelas feministas das universidades. Essas conquistas possibilitaram a propagação dos espaços femininos na academia e permitiram que tivéssemos acesso aos nomes e biografias das pioneiras que iniciaram o movimento feminista no Brasil, preenchendo uma lacuna a respeito dessas mulheres apagadas pelo patriarcado.

Após esse breve panorama sobre o feminismo brasileiro passamos a algumas considerações sobre o feminismo peruano que se inicia tardiamente, pelo menos de modo organizado como movimento. Conforme Barrancos (2022) apenas em meados do ano de 1911 com a conferência pública intitulada “O feminismo” no marco da Sociedade Geográfica se atinge uma repercussão significativa na mídia e se tem uma manifestação sobre o tema em espaço público, nesse contexto a conferencista María de Jesús Alvarado passa a ser conhecida

como a primeira feminista peruana. No entanto, antes disso, outros nomes foram importantes para a luta feminista no país e surgem mulheres muito fortes ao apresentarem resistência aos valores impostos pelo machismo vigente na sociedade.

[...] Não se pode deixar de mencionar *Micaela Bastidas*, a companheira de Tupac Amaru II, que mostrou tanta convicção e sofisticação que acabou cruelmente sacrificada; a ela se somam *María Parado de Bellido*, que ingressou na luta pela independência e também pagou com sua vida, e *Ventura Callamaqui*, que conseguiu organizar sua própria comunidade indígena em apoio aos patriotas. Tampouco se pode deixar de evocar a aguerrida *Francisca Zubiaga y Bernales* — “La Mariscala” [A Marechala] —, figura determinante entre as lideranças protagonizadas por seu marido, o presidente general Agustín Gamarra [...]. Essa galeria de mulheres certamente heroicas deveria ser completada com as inumeráveis anônimas que ainda esperam reconhecimento [...] (Barrancos, 2022, p. 125).

Essas foram algumas das primeiras feministas que lutaram pela liberdade e os direitos femininos em um tempo que não se tinha uma luta organizada, mas suas contribuições ajudaram a contar a história das mulheres peruanas. Ainda que não tenham o devido reconhecimento, seus feitos e coragem permaneceram como referência para as outras gerações futuras. Segundo Barrancos (2022) no século XIX houve um importante grupo de mulheres letradas influenciadas principalmente por movimentos feministas em outros países, a exemplo da Argentina, se destacaram nomes como: Juana Manuela Gorriti, Clorinda Matto de Turner, Mercedes Cabello de Carbonera e Elvira García y García. Percebemos que essas mulheres foram muito importantes para a defesa dos direitos das mulheres e a educação foi uma das principais prioridades defendidas pelas primeiras feministas peruanas.

Como já mencionado a primeira feminista que se tem conhecimento na defesa pública dos direitos das mulheres através da sua escrita foi María Jesús Alvarado atuando na elaboração do programa feminista, cujas reivindicações do programa escrito por Alvarado estão:

[...] 1) dar maior amplitude e facilidades à educação da mulher, desenvolvendo seu intelecto e capacidades da mesma maneira que o homem; 2) dar acesso aos empregos públicos e profissionais liberais, para que possa subsistir por seus próprios esforços, melhorando sua condição econômica e social; 3) que sejam concedidos os mesmos direitos civis concedidos ao homem, libertando a mulher casada da dependência do marido a que a lei a submete, privando-a dos direitos de que goza como solteira; e 4) que sejam outorgados os direitos políticos para poder intervir diretamente no destino nacional, como membro inteligente e apto que é do Estado (Barrancos, 2022, p. 126).

O programa pensado por Alvarado representou um grande avanço para que o feminismo se consolidasse como um movimento que lutava pelos direitos das mulheres. Essa defesa de

direitos femininos não se limitou apenas ao sexo feminino, pois a autora também defendeu os povos indígenas do Peru. Além disso, no ano de 1914 junto com María Irene Larragoitia fundou uma organização intitulada *Evolução Feminina*; a instituição permitiu às mulheres escrever e propor algumas reformas jurídicas como “[...] a participação das mulheres na direção de sociedades de beneficência pública [...]” (Barrancos, 2022, p. 126). Com essa maior participação as mulheres poderiam assumir o cargo de diretoras para iniciar de fato o desenvolvimento de uma política de educação feminina no país a partir da criação da *Escola Moral e Trabalho*, destinada a jovens pobres que podiam aprender gratuitamente atividades como mecanografia, taquigrafia, contabilidade, artesanato e idiomas, entre outras.

De acordo com Barrancos (2022) esses movimentos sofreram duras repressões durante o período ditatorial especialmente em 1925. María de Jesús Alvarado foi presa diversas vezes e sua gráfica foi destruída, com isso a feminista foi obrigada a se exilar na Argentina, onde foi bem acolhida e escreveu seu romance *Nuevas cumbres* (1925). No país seguiu trabalhando como professora até que com o golpe de 1930 foi censurada passando a sobreviver de trabalhos de confeiteira e somente em 1936 Alvarado pode retornar ao Peru.

Os debates sobre o sufrágio chegaram a ocorrer na Constituinte de 1932, porém as lutas desse período não avançaram porque foram enfraquecidas devido a divergências dentro dos próprios movimentos feministas nas quais haviam grupos conservadores ligados ao catolicismo que se confrontavam com as feministas mais radicais. Além disso, conforme Barrancos (2022) algumas defendiam a parceria com os homens para combater as injustiças sociais provocadas pelo patriarcado, obviamente essa aliança foi prejudicial à luta feminista minando as forças e dividindo as mulheres. Nesse cenário surgem outras associações em 1941: o *Comitê Nacional Pró-Direitos Cívicos e Políticos da Mulher*, a *Associação Feminina*, e a *Universitária Associação de Advogadas Trujillanas*.

Finalmente no ano de 1955 as mulheres conquistaram a possibilidade de votar, no entanto, esse direito tinha restrições “[...] somente poderiam votar maiores de 21 anos e alfabetizadas, além de casadas a partir de 18 anos, se soubessem ler e escrever. Nas eleições de 1956, chegaram aos assentos parlamentares uma senadora e sete deputadas [...]” (Barrancos, 2022, p. 129). A conquista do voto não significou um avanço na vida das mulheres uma vez que muitas eram analfabetas e o direito ficou restrito a um grupo de mulheres letradas e com acesso à educação. Nas eleições tiveram mulheres eleitas para ocuparem cargo de senadora e deputadas, fato que pode ser entendido como a ocupação de um espaço que sempre foi do masculino, portanto, alguma evolução para as mulheres na vida política. Ao longo da história das lutas feministas no Peru especialmente nos anos de 1970 os feminismos foram reavivados e essa

[...] onda renovadora encontrou muitas mulheres estimuladas pelo desejo de enfrentar os valores patriarcais. Uma delas não era peruana: nascida na Noruega, chegou ao Peru acompanhando seu esposo; tratava-se de *Helen Orving*. Junto com outras inquietas, dentre as quais se encontravam *Cristina Portocarrero, Ana María Portugal, Rosa Dominga Trapasso, Timotea Galvin, Hilda Araujo, Narda Henríquez, Lourdes Zegarra, Rosa María Salas, Rosario Pérez Fuentes, Lía Morales, Carmela Mayorga, Elizabeth Andrade, Ana María Miranda, Elena e Violeta Sara-Lafosse e Silvia Loayza*, procuraram analisar a condição das mulheres, indagar conceitualmente a problemática feminina e colaborar na formação de associações que lutaram por direitos (Barrancos, 2022, p. 129).

Podemos perceber que a partir desse período o feminismo passou por modificações significativas com uma nova mentalidade, mais revolucionária e disposta a se impor com maior consciência sobre o sistema de opressão que as subjugava. Esse foi um movimento coletivo no qual nomes de mulheres se destacaram ao perceberem que não poderiam contar com os homens, mesmo assim as feministas se uniram para lutar por seus direitos e por igualdade.

Em 1983 ocorreu em Lima um evento importante para o movimento feminista latino-americano: o *II Encontro Feminista da América Latina e do Caribe* que reuniu cerca de seiscentas mulheres com oficinas em que se discutiam diversas questões relacionadas às mulheres, a partir disso, houve uma profusão de associações e lutas ocorridas no país pelos direitos femininos,

[...] não há dúvida de que os feminismos peruanos impulsionaram a agenda latino-americana, e se assistiu em pouco tempo a uma completa renovação das demandas. As dimensões do corpo e da sexualidade, a dissidência com os marcos normativos heterossexuais e a luta pelo aborto, que originou inúmeras mobilizações, resultaram em acentuado empenho de diversos grupos feministas que existiram para além dos limites da capital, Lima, estendendo-se sobretudo aos centros urbanos do interior. A ação das feministas pôde chegar também a grupos de mulheres indígenas, apesar das dificuldades para a articulação entre mundos tão diversos [...] (Barrancos, 2022, p. 131).

A partir disso podemos destacar a contribuição dos feminismos do Peru visto que não foi um movimento linear ou estanque e apresentou-se várias fases que contribuíram para a mudança na vida das mulheres não apenas do país mas também da América Latina, mesmo que ainda tenha ocorrido de modo tardio em relação a outros países. Essas conquistas também foram destacadas no aniversário de vinte e cinco anos do *Centro da Mulher Peruana Flora Tristán* no ano de 2004 e diversas autoras relataram em uma publicação conjunta que:

[...] Graças ao feminismo, no Peru ganhou visibilidade a desigualdade vivenciada pelas mulheres, foram obtidas mudanças normativas e institucionais em seu favor, avançou-se no reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos e se exerce uma vigilância permanente da vigência e cumprimento dos direitos humanos das mulheres. Esse papel vigilante se estende à institucionalidade democrática, marco no qual é possível uma agenda das mulheres (Barrancos, 2022, p. 131).

A citação reflete o reconhecimento das lutas do feminismo ao longo dos anos como sendo fundamentais para muitas das conquistas que as mulheres peruanas têm na atualidade. Ademais, colocou em evidência as denúncias sobre as desigualdades entre os sexos garantindo o respeito aos direitos humanos femininos através de uma agenda de políticas públicas voltadas para as mulheres do Peru. Se nota como o movimento feminista no país foi de grande importância na defesa e na conquista de espaço e visibilidade para as questões reivindicadas pelas primeiras feministas, cuja luta e coragem foram essenciais para as gerações futuras.

Nesse sentido em se tratando de literatura vale lembrar aqui as palavras de Elódia Xavier (1999, p. 20) para a qual cabe à crítica feminista “[...] interferir no estabelecido, questionando hierarquias, valores, enfim, o tão propalado cânone, para uma revisão mais justa [...]”. Assim, será possível uma mudança nos valores tradicionais e hegemônicos que ainda estão presentes na literatura e na sociedade reivindicando um maior espaço para escrita de autoria feminina. A crítica feminista permanece empenhada em ampliar esses lugares para as mulheres na história literária ao demonstrar sua capacidade de produzir um discurso e uma literatura própria sem a interferência do viés patriarcal.

### 2.3 INDIANISMO E INDIGENISMO: PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES

No que se refere à representação da figura do indígena percebemos que seu auge ocorre durante o Romantismo no século XIX, período que surge um movimento de valorização literária da imagem do indígena conhecido como *indianismo* que ocupou um espaço privilegiado na literatura desta época.

Abre-se ao romantismo brasileiro, agora, a perspectiva, fascinante no momento, do indianismo. Seus fundamentos históricos e sociais estavam lançados. Elaboravam-se os estéticos. De assunto, o índio ia tornar-se herói. [...] O indianismo encontraria receptividade enorme no mundo dos leitores. Atendia os anseios de afirmação, que a Independência, ainda recente, vinha impor e estimular (Sodré, 1982, p. 230).

Assim o indianismo passou a tratar o indígena como grande destaque que até aquele momento aparecia na literatura como figura secundária de forma a dar-lhe o lugar de protagonista e herói literário. As luzes do romantismo se direcionavam para o habitante local considerado um modelo perfeito para a representação de um ideal de nacionalidade com o colorido local trazia consigo esse anseio dos autores do período.

O interesse pela figura do homem americano resultava da necessidade que tanto os colonizadores quanto os jesuítas tinham no indígena nos primeiros tempos da colonização. Os povos originários seriam úteis para trabalhar na lavoura do colonizador e fazer parte do rebanho cristão e da missão evangelizadora dos padres da Companhia de Jesus. No entanto, ao mesmo tempo em que as atenções se voltavam para o indígena o negro continuava marginalizado sem direitos, tratava-se de um “[...] conceito que se esmerava em ver no índio o homem bom por natureza, bom por origem, dotado de bondade natural [...] em contraposição, o negro seria ruim, ruim por natureza, ruim por origem, dotado de ruindade natural [...]” (Sodré, 1982, p. 257). Esse era o estereótipo racista sobre o negro e muito distante da imagem de herói nacional personificado no indígena.

Essa perspectiva do indígena como sendo bom e inocente tem no Romantismo o seu ápice visto que desde a primeira descrição das terras brasileiras feita pelo escrivão português Pero Vaz de Caminha já se ressaltava claramente essa perspectiva sobre o indígena confirmada a partir de suas observações: “[...] a bondade do índio, seu natural inocente, sua vida despida de problemas, a fidelidade das esposas, a simplicidade do amor feminino, totalmente destituído de entraves, a beleza corporal, a saúde, a longevidade [...]” (Sodré, 1982, p. 259). Essa ideia é corroborada pelos escritores que viriam a abordar a temática indígena durante o período criando-se assim o mito do “bom selvagem” projetado no indígena local.

De acordo com Sodré (1982) foi a partir da publicação do livro *Elogio da loucura* (1511) de Erasmo de Roterdão que os autores do período romântico influenciados pelo mito do “bom silvícola” passaram a projetar no indígena esse ser “bom” por natureza em uma sociedade onde os homens viviam felizes em sua condição natural e louvam “[...] a inocência da vida selvagem e criticam os efeitos das invenções e de tudo o que vinha, naquela época, perturbar o ritmo da civilização europeia [...]” (Sodré, 1982, p. 260). Assim, autores como Rousseau, Montesquieu, Voltaire e Diderot influenciados pelos relatos dos viajantes e dos primeiros cronistas da colonização também mencionavam essa bondade natural do indígena como modelo a ser seguido elevando-o a uma imagem de um ser superior aos europeus em valores morais e éticos.

Neste sentido vale ressaltar a situação vivenciada na Europa: a ambição pelo lucro, a elevação veloz da burguesia e o aumento dos divórcios e da infidelidade que contribuíram para

reforçar em boa parte dos escritores utópicos e idealistas a imagem do indígena com sua bondade natural desprovido de interesse material e da América como sendo o paraíso perdido. As novas terras seriam então um lugar idealizado e muito diferente do que existia na Europa e o indígena tinha todas as qualidades louváveis aos homens bons, a sociedade local era um exemplo aos civilizados europeus, por isso,

O indianismo, a rigor, constituiu uma tendência generalizada do romantismo. Não ocorreu apenas em nosso país. A valorização do índio, conforme foi verificado, é muito mais antiga do que o aparecimento da escola romântica. Há um momento, no Brasil, entretanto, em que o romantismo se traduz em indianismo (Sodré, 1982, p. 266).

O indianismo possibilitou aos autores criarem o indígena literário que naturalmente era visto como um espelho do real encontrado pelos colonizadores europeus. Na importância concedida pelos primeiros escritores brasileiros ao indígena é possível perceber que “[...] se existiu manifestação típica do pensamento nacional, foi o indianismo um de seus exemplos mais expressivos. Valorizando o indígena, os românticos traduziam a realidade do país [...]” (Sodré, 1982, p. 269). Desse modo, o indianismo representou também as aspirações românticas por uma identidade nacional e a busca por um brasileiro legítimo projetado no homem americano.

Esse sentimento nacional acabou por colorir a literatura e alguns jornais da época que davam certo enfoque as línguas locais dos indígenas adotando inclusive nomes indígenas como o *Tamoio* e o *Caramuru*, entre outros. Em oposição a D. Pedro I que não era favorável ao uso de línguas nativas. Iniciava-se, assim, uma repulsa ao estrangeirismo tão presente na cultura nacional. Uma das medidas tomadas pelo Imperador para combater tal movimento nacionalista foi proibir o ensino da língua tupi ministrada nos colégios jesuítas como uma forma de conter essa nacionalidade que surgia. O escritor José de Alencar, no ano de 1865 se opondo ao fim do ensino da língua nativa argumentava que “[...] o conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura [...]” (Sodré, 1982, p. 275). No entanto, mesmo com a defesa de alguns escritores as línguas locais foram sendo substituídas pela língua do colonizador europeu.

O movimento indianista representava uma tentativa de autonomia literária sem influência da cultura portuguesa valorizando os elementos locais. O “[...] indianismo se apresentava à nossa mente revoltada contra a hegemonia literária portuguesa, que era o nosso classicismo, como o nosso natural recurso de reação espiritual nacionalista [...]” (Sodré, 1982, p. 277). Porém, conforme o autor é possível observar que apesar de os escritores buscarem uma

figura com traços tipicamente nacionais na construção da personalidade do herói indígena se nota

[...] algumas das características ordinariamente atribuídas aos nossos indígenas e que os fazem menos compatíveis com a condição servil — sua “ociosidade”, sua aversão a todo esforço disciplinado, sua “imprevidência”, sua “intemperança”, seu gosto acentuado por atividades antes predatórias do que produtivas — ajustam-se de forma bem precisa aos tradicionais padrões de vida das classes nobres. E deve ser por isso que, ao procurarem traduzir para termos nacionais a temática da Idade Média, própria do romantismo europeu, escritores do século passado, como Gonçalves Dias e Alencar, iriam reservar ao índio virtudes convencionais de antigos fidalgos e cavaleiros (Sodré, 1982, p. 276).

Assim há uma contradição na busca da expressão nacional e mesmo tentando estabelecer uma identidade nacional os escritores brasileiros não foram capazes de renunciar aos valores e ideais do colonizador, a expressão nacional tão almejada acabou refletindo valores e ideais do europeu da Idade Média. Mesmo assim, o indígena foi escolhido como símbolo nativista não por acaso, mas por representar para os escritores um indivíduo dotado de toda a liberdade. Sodré (1982, p. 278) afirma que “[...] fora ele o adversário do português colonizador – ele que, dono da terra, e livre nessa terra, opusera-se ao domínio luso, lutara contra ele, e fora derrotado combatendo [...]”. Esse movimento nos mostra que mesmo “[...] tentando apaziguar literalmente conflitos sangrentos [o indianismo] acaba reproduzindo uma lógica mental e política, a mesma lógica que deu origem ao extermínio e ao genocídio [...]” (Graça, 1998, p. 77). O que deveria ser motivo de exaltação da figura do indígena contribuiu também para o seu extermínio, portanto, temos uma distorção na imagem do indígena na tentativa de representar um herói nacional com traços ocidentais que em nada representava o indígena latino-americano e favoreceu seu apagamento.

É possível constatar conforme Graça (1998, p. 146) que “[...] o romance indianista brasileiro tende a reservar um fado cruel aos personagens indígenas, sejam eles de que gênero forem, épicos, trágicos [...] a morte parece o único destino possível para o herói indígena [...]”. O destino reservado ao indígena é o apagamento de sua tradição, de sua cultura, para abraçar uma fé, uma verdade que não era a que conhecia imposta como um modelo a ser seguido. Nessa perspectiva o romance indianista “[...] mesmo quando expõe gritantemente a pureza e a nobreza, como em Alencar [...] o que diz por sob as palavras é: um ser puro como este não merece ser extinto — mas será [...]” (Graça, 1998, p. 149). Esse extermínio do indígena como menciona Graça (1998) está presente nos personagens indígenas Peri e Iracema dos romances indianistas

de José de Alencar que têm finais trágicos e amores irrealizáveis mesmo no plano literário.

O indígena exerceu o protagonismo literário nas obras do período, porém esse destaque não significou o fim da escravidão e dos maus-tratos a que estavam submetidos os povos originários. A realidade indígena aproximava-se mais de uma perspectiva indigenista que diferentemente do indianismo procurava mostrar o indígena em sua condição de escravização. Essa perspectiva indigenista de denunciar as penosas condições dos povos originários da América Latina estão presentes narrativas de algumas autoras do período, por exemplo, nos dois romances que compõem o *corpus* dessa dissertação: *D. Narcisa de Villar*, de Ana Luísa de Azevedo Castro e *Aves sin nido*, de Clorinda Matto de Turner, os quais propõem uma leitura que se diferencia dos autores canônicos referente as representações de indígenas e colonizadores dando enfoque as contradições do processo colonizatório.

A perspectiva inicial propagada no restante da Europa sobre a América foi bem semelhante à de Pero Vaz de Caminha, já que o navegador europeu Cristóvão Colombo em sua chegada à América foi influenciado pelo mito do bom selvagem como relatou em suas cartas. Colombo acreditava que havia chegado ao paraíso terreno aquele evocado bíblicamente no imaginário dos homens, a “Atlântida” perdida, na descrição dos primeiros navegantes uma terra de prosperidade e onde não existia pecado nem maldade e ali o homem encontraria a alegria: “[...] lá está o Paraíso terrestre, onde ninguém pode chegar, salvo por vontade divina [...]” (Queiroz, 1962, p. 14). Ao fazer tal afirmação Colombo certamente tinha o interesse de valorizar sua “descoberta” notando também na paisagem da América “[...] traços bíblicos denunciadores da origem edênica [...]” (Queiroz, 1962, p. 14). A beleza da terra encanta o navegante até mesmo o canto do rouxinol não lhe passou despercebido.

A impressão que ele teve sobre o habitante local que encontrou na América foi a melhor possível “[...] belo, virtuoso e hospitaleiro. Desconhecedor dos vícios da civilização europeia deveria, certamente, ser melhor e mais feliz que o civilizado [...]” (Queiroz, 1962, p. 15). A partir desse perfil reforça-se o mito sobre a bondade natural dos povos originários, o indígena personificava no pensamento europeu o ideal de ser humano porque a perfeição estava representada naquela figura encontrada e descrita por Colombo. Ao descrevê-lo dessa maneira, o europeu buscou alusões no “[...] baú das reminiscências clássicas o homem natural [...]” (Queiroz, 1962, p. 15). Assim, o indígena das novas terras corresponderia ao pensamento utópico do homem primoroso e tão diferente do modelo de homem ocidental. O habitante local foi elevado à condição mitológica pelos cronistas, missionários, católicos e calvinistas devido a sua fama e a imagem do “bom selvagem” se tornou tema de diversas páginas literárias principalmente na França.

Nesse contexto o movimento indianista no continente americano – a partir do Romantismo que vai tonalizando-se por vários países, expandindo o nexos espanhol – alcançando muito sucesso em Cuba e Porto Rico, independentemente, da situação de colônia. Um dos países que também se destaca é a Argentina “[...] como cabeça do movimento romântico hispano-americano. Com *La cautiva* acreditou-se fundada a literatura nacional [...]” (Queiroz, 1962, p. 56). A obra trazia a figura do indígena americano mesmo que este não ocupasse o tema central do poema “[...] o indígena, elemento exótico exigido pela escola, tingido de sangue o tranquilo cenário dos amores dos jovens. É um elemento da natureza [...]” (Queiroz, 1962, p. 58). Assim, sua função era apenas colorir a paisagem invariável das terras americanas.

Na Colômbia o indianismo foi iniciado por José Eusebio Caro com a obra *Em la boca del último inca* exaltando a nobreza do abolido reino peruano. O indígena nessa produção é mostrado em sua docilidade por apresentar também um ideal mítico do homem americano. Entre os escritores venezuelanos Queiroz (1962) destaca José Ramón Yepes, na perspectiva desse poeta o indígena era descrito envolto em lendas e tradições como um herói extraordinário. Yepes buscava mostrar uma imagem positiva do indígena criticando a conduta dos colonizadores e enaltecendo os povos indígenas latino-americanos.

Em relação ao Uruguai as obras de Adolfo Berro, Magariños Cervantes e Juan Zorrilla de San Martín mostravam acentuado interesse pela figura do habitante local. A partir do movimento indianista surge a busca por uma identidade própria, pela autonomia política e literária da América Espanhola, o movimento indígena do “[...] Romantismo europeu aconselha a volta à tradição medieval. A América supre-lhe a falta arrancando o índio ao esquecimento. A moda? O indianismo. A anti-moda? O hispanismo. O ressentimento aparece, pois, na raiz do movimento indianista [...]” (Queiroz, 1962, p. 22). O indígena americano surge no cenário até então desconhecido, com o indianismo todas as atenções se voltam para o nativo e nesse momento ele deveria figurar como herói nacional opondo-se aos europeus.

Em tal cenário buscando uma história de glórias Alonso de Ercilla y Zúñiga chega ao “Novo Mundo” como homem da corte e de poeta lírico passa a se entregar à luta dos indígenas no Chile contra os espanhóis. O poeta “[...] assiste ao nascimento épico de uma nação moderna e propõe-se a narrá-lo ao mundo em oitavas heroicas [...]” (Queiroz, 1962, p. 27). A luta dos valentes araucanos na *guerra do Arauco* foi retratada por Alonso de Ercilla no poema *La Araucana* (1574-1589) como

A louvação dos destemidos araucanos anuncia o aparecimento de uma consciência americana. Colocolo, Caupolicán, Lautaro e Tucapel, eis os

selvagens que o poema de Ercilla mitificou. Colocolo tem o “saber de experiências feito”. Caupolicán, *áspero, riguroso y justiciero*, dirige os destinos da comunidade. O *industrioso, sabio, presto* Lautaro enriquece o mito do bom selvagem. Tucapel, o audaz, dissipa valentia. Servem todos ao ideal de glorificação de uma raça (Queiroz, 1962, p. 28).

A descrição do poeta exaltando as virtudes dos mapuches contrariava a ideia do bárbaro odioso apresentada por alguns cronistas. O episódio da *guerra do Arauco* ainda foi tema de muitos outros poetas e escritores, porém sem o mesmo sucesso de Ercilla e seus versos muito contribuíram para a valorização da figura do indígena como herói literário.

A valorização da bravura dos indígenas e sua luta contra os colonizadores europeus também podem ser observadas segundo Queiroz (1962) nos versos do poeta equatoriano José Joaquín de Olmedo “[...] ¡Guerra al usurpador! ¿Qué le debemos? / ¿luces, costumbres, religión o leyes...? / ¡Si ellos fueron estúpidos, viciosos, / feroces y por fin supersticiosos! ¿Qué religión? ¿la de Jesús?... ¡Blasfemos! / Sangre, plomo veloz, cadenas fueron / los sacramentos santos que trajeron [...]” (Queiroz, 1962, p. 48). Neste aspecto o poeta além do elogio aos povos originários apresenta duras críticas aos colonizadores europeus.

A partir dos versos de protesto do poeta equatoriano percebemos que a causa indígena aponta para outro rumo: a inevitável e violenta guerra entre indígenas e espanhóis como uma tentativa de resistir ao massacre que sofriam os indígenas através da luta desigual com saldo negativo para os habitantes locais. Temos assim a perspectiva do indigenismo que diferentemente da idealização proposta pelo indianismo apresenta outra perspectiva sobre as condições do indígena real: as lutas, os sofrimentos e a brutalidade a que estavam submetidos pelos colonizadores.

Nesse momento começam a surgir divergências na descrição do indígena por parte de alguns poetas e escritores, entre eles Juan María Gutiérrez que ainda estava “preso” aos moldes indianistas e pintou seu indígena com traços de ternura e amante apaixonado. No entanto, a partir dessas contradições e lutas entre indígenas e colonizadores a maior parte dos autores mostra a imagem do indígena como bárbaro, cruel e sedento de vingança, entre esses escritores se destaca:

José Hernández, que ao brindar-nos com o conceito negativo do selvagem, paga tributo à época. Na constante perseguição ao *perro indio*, o gaúcho expande o ódio de raiz que o atormenta. Findo o período de luta pela independência poderia descansar à sombra da liberdade que valorosamente ajudara a conquistar. Mas, não. O índio desafia-o. O gaúcho não peleja então para reconquistar sua independência, mas para arrebatá-la ao índio (Queiroz,

1962, p. 64).

Autores e obras enfatizavam a realidade dos indígenas de perseguição e sofrimento, mesmo tendo conquistado a independência da Espanha, continuariam a serem perseguidos pelos colonizadores locais, seus aliados durante a guerra que libertaram as colônias das mãos da Coroa Espanhola, passando esse período os dominadores desejavam a perpetuação do seu poder e impunham outra escravidão aos povos indígenas.

A partir disso com as guerras entre a Coroa Espanhola e as colônias americanas a imagem do “*noble selvaje*” já não é mais unanimidade entre os escritores europeus e “[...] reminiscências medievais unem numa mesma criatura o homem e a besta [...]” (Queiroz, 1962, p. 16). Após a primeira impressão que tiveram os ocidentais sobre um paraíso terreno habitado por seres divinos tem-se uma perspectiva muito diferente sobre a América através de um

[...] quadro hostil de um continente habitado por selvagens odiosos que se opõem tenaz e ferozmente à espada e à cruz. Bárbaros e sanguinários, assemelham-se a animais. Daí a necessidade de submetê-los. A escravidão ser-lhes-á proveitosa. Para isso a Providência Divina colocou-lhes no caminho os bravos espanhóis. [...] *Noble selvaje*, como o viam alguns ou *perro indio*, como queria Gonzalo Fernández de Oviedo (Queiroz, 1962, p. 16).

Desfeito o mito do “bom selvagem” a figura do indígena provocou contradições e diferenças entre o imaginário e o indígena real, os autores europeus se dividiram a respeito da representação do homem americano: alguns o defendiam, outros o acusavam. Começava a existir considerações entre homem livre e escravo: “[...] a rainha Dona Isabel viu nele o vassalo, digno de respeito. Entretanto, a *encomienda* o escraviza, desconhece-lhe sentimentos, nega-lhe o uso da razão [...]” (Queiroz, 1962, p. 17). Nessa fase já não temos mais a imagem de nobreza atribuída pelos primeiros navegantes e escritores ao indígena latino-americano.

É nesse cenário que surgem as figuras de Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de las Casas. Sepúlveda era favorável à escravidão a partir de uma concepção aristotélica na qual apontava “[...] a *torpeza de entendimiento y costumbres inhumanas y bárbaras* dos indígenas americanos, opina: *será siempre justo que tales gentes se sometan al imperio de príncipes y naciones más cultas y humanas* [...]” (Queiroz, 1962, p. 17). No entanto, sua apreciação é contestada pelo frei Bartolomé de las Casas considerado “el Quijote de la fraternidad humana” sacerdote dominicano que não concordava com a ideia da servidão e escravização “natural” proposta por Sepúlveda.

A árdua defesa feita por las Casas a respeito dos indígenas levou a Coroa Espanhola a

considerar diferentes procedimentos de colonizar e doutrinar os povos originários. Bartolomé de las Casas se tornou o grande defensor das *mansas ovejas*, no entanto, sem sucesso, não conseguiu protegê-los da cobiça e do jugo imposto pelos espanhóis, o frei pode ser considerado como um

Indigenista autêntico, fez da defesa do indígena oprimido o ideal de sua vida. O caráter profundamente humano da pregação do Apostolo das Índias assume sentido universal quando quatro séculos mais tarde as Nações Unidas a repetem, quase literalmente: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São todos dotados de razão e consciência e podem agir uns para com os outros com espírito de fraternidade” (Queiroz, 1962, p. 99).

Em muitos escritos de las Casas especialmente em seu livro *Brevísima relación de la destrucción de las Indias Occidentales* (1552) se nota sua crítica aos métodos de colonização e opressão sofrida pelos indígenas. A Igreja mostrava-se interessada no destino dos indígenas americanos apenas porque reconhecia que eles eram capazes de compreender a fé cristã. Por isso, através de leis, bulas, éditos e cédulas, Roma e Espanha também se posicionavam diante da condição de exploração dos indígenas sem que isso significasse de fato alguma mudança concreta na situação vivenciada nas colônias americanas.

A invasão espanhola se fundamentou em dois extremos “[...] índio exalçado, *nobre selvagem*. Índio vilipendiado, *cão sujo*. Duas faces de uma figura. Duas interpretações de uma raça. Duas programáticas literárias: indianismo e indigenismo [...]” (Queiroz, 1962, p. 19). Portanto, nesse momento temos a contradição dos movimentos, um indianista que mostrava um indígena mítico e dotado de bondade natural alçado ao patamar de herói nacional, mas que em nada demonstrava a sua situação vivenciada na colônia. O outro movimento indigenista que enfatizava a situação do indígena real despido do exotismo e da imaginação lendária, mostrava e denunciava a violência e a destruição. Nesta perspectiva Queiroz (1962) afirma que deixando de lado certas particularidades pátrias “o problema do indígena” se assemelha em toda a América Latina como um cenário que permanece inalterado

Quatro séculos de sofrimento, miséria e abandono constituem doloroso depoimento sobre a condição do índio americano. A mestiçagem e a mortalidade alta eliminam-no. Além disso, a civilização *desindianiza*, no dizer de Ángel Rosenblat. Surge o novo índio. Convocam-no para entregar à posteridade o patrimônio cultural recebido dos seus maiores. Carrega sobre os ombros frágeis todo o passado da América pré-colombiana. Para enfrentar o presente e o futuro, traz nas veias sangue europeu e, às vezes, oriental (Queiroz, 1962, p. 21).

Nas palavras da autora temos uma imagem real sobre o indígena americano a partir da perspectiva indigenista enfatizando a realidade de vida e sofrimento desses povos que perdura até o momento presente sem terem seus direitos assegurados. Constatamos que a visão do indigenismo em muito se diferenciou da imagem romantizada do indianismo ao considerar apenas as qualidades exteriores como a formosura, a coragem e o heroísmo, baseando-se apenas na concepção do “bom selvagem”, mas que não se preocupou de fato com a situação vivenciada pelos povos indígenas e o genocídio.

Após o declínio do movimento indianista apareceu o movimento do indigenismo que se voltava para o indígena de forma consciente e centrada nas realidades vivenciadas pelos povos nativos. Dando-lhes o lugar principal na História da população latino-americana, resgatando-os das margens e fantasias criadas pelos escritores românticos desde a chegada dos europeus ao continente. Nas palavras de Queiroz (1962, p. 95) o indigenismo pode ser entendido como uma corrente mais concreta que “[...] fuge às considerações estéticas, ao exotismo, ao espetáculo. Indaga pelo homem. Nem mito, nem símbolo, nem herói. Criatura triste e miserável, espoliada e explorada pelos brancos, esquecida pela civilização. O índio, *como ele é* [...]”. Portanto, o indigenismo representou uma forma de ver o indígena como se apresentava distanciando-o da perspectiva idealizada do “bom selvagem” ou do “perro índio”, como propunham os escritores. O indigenismo reivindicava a observação da realidade sobre as condições de vida dos povos indígenas que permaneciam explorados pelos europeus.

A partir disso o foco principal do indigenismo estava nas questões relacionadas aos aspectos: sociais, econômicos, psicológicos e morais, além da consciência continental, buscando reivindicar os direitos humanos para a existência e permanência dos indígenas em seus territórios. Assim, para que “[...] o indígena deixasse de ser um espinho cravado na carne da América, seria necessário: 1) incorporá-lo ao complexo sistema social, econômico e político, e 2) encontrar um ponto de união e equilíbrio para os dois processos culturais que coexistem, mas não convivem [...]” (Queiroz, 1962, p. 97). Dessa forma a corrente indigenista procurou lutar pelos direitos dos povos indígenas enquanto donos legítimos das terras americanas e dotados de uma cultura própria de saberes ancestrais e de um modo de vida diferente dos europeus.

Entre os colonizadores essa contradição também estava presente visto que eram poucos os administradores que cumpriam rigorosamente o dever de não maltratar os indígenas. Don Francisco de Toledo era um destes e em sua administração colonial tinha várias medidas de

proteção aos indígenas. Dessa forma todos esses fatos contribuíram para que o indigenismo se iniciasse como um movimento em favor do homem latino-americano, muitos escritores seguindo os passos do Frei las Casas passaram a relatar as crueldades cometidas pelos colonizadores contra os indígenas e conseqüentemente, as obras deram maior enfoque a condição de colonizado/escravizado.

Segundo Queiroz (1962) foi a partir de 1789 que o indigenismo se expandiu com mais fervor a partir das ideias da Revolução Francesa, de liberdade, igualdade e fraternidade; sendo norteadoras dos simpatizantes ao movimento de valorização do indígena. No entanto, a maior ênfase do indigenismo veio a ocorrer somente entre os anos de 1910 e 1918, a partir da Revolução Mexicana o indígena passou a figurar na literatura não mais como nos moldes indianistas, mas como personagem forte e guerreiro que lutou e permaneceu resistindo ao apagamento de sua cultura.

Porém, mesmo com essa sensibilização à causa indígena a situação ainda era muito desumana uma vez que “[...] os poderosos roubaram-lhe a terra. Obrigaram-no a vagar em busca de trabalho. Começa aí sua odisseia, sem glória e sem louros. A fome, o chicote, as injustiças esperam-no a cada volta do caminho [...]” (Queiroz, 1962, p. 133). Como isso observa-se que apesar do movimento indigenista estar em evidência naquele momento não significou uma mudança efetiva na condição de escravizado dos indígenas que permaneciam sobre a vigilância e tortura nas mãos dos colonizadores.

Esse cenário desolador para os indígenas só começa a ter mudanças mais significativas a partir da criação do Instituto Indigenista Interamericano em 1940 que propõe algumas ações buscando dialogar com os vários seguimentos da sociedade na tentativa de criar políticas sociais de inclusão e valorização das populações locais. Neste momento os indigenistas passaram a se preocupar com a instrução dos indígenas ao entenderem a educação como uma forma eficaz para superar as diferenças e diminuir os preconceitos equiparando o conhecimento e a tradição. Além dos direitos básicos os povos originários tinham como pauta uma condição de vida melhor, reivindicavam

[...] tierras, educación, servicios, vigencia de sus prácticas culturales y respecto a sus ritmos y modos de desarrollo. Aunque nunca se quiso mirar así, todas estas luchas fueron sus formas de hacer la política, entendida ésta como intervención de la vida de la sociedad y disputa por su futuro [...] (Quintanilla, 1990, p. 29).

Assim, a partir da conscientização de seus direitos os grupos indígenas procuraram se

organizar em busca de uma solução para melhorar suas condições de vida. O movimento do indigenismo teve grande contribuição para conscientizar e reivindicar os direitos dos povos originários procurando garantir sua sobrevivência pessoal, social e cultural. Apesar de existirem movimentos que lutaram pelas questões dos povos originários, muito há ainda para fazer, por exemplo: a reconstrução da história dos povos originários ao entendermos que

No hay ni hubo conquista, sino invasión. Ante la invasión el indio ha resistido y luchado; su permanencia es la prueba absoluta de que no ha sido conquistado. El mestizaje no es fusión ni conduce a una nueva cultura; las culturas nacionales dominantes son occidentales, expresan al invasor, al colonizador (Batalla, 1990, p. 192).

Observamos que mesmo ante a invasão os povos indígenas permaneceram resistindo para impedir a destruição de sua cultura e de sua história. Além disso, o autor mostra que a cultura dominante que se expressou foi sempre a que dava ênfase ao invasor, a civilização ocidental não representou uma civilização americana e a “[...] América tiene su civilización propia, la india, que casi cinco siglos de dominación no han aniquilado; pervive soterrada en el pueblo indio, en su memoria colectiva, en su praxis cotidiana y en la historia recuperable [...]” (Batalla, 1990, p. 193). A revisão dessa história é fundamental para que se reconheça a legitimidade e o valor da cultura nativa como sendo aquela que realmente representa os povos indígenas.

A verdadeira civilização da América se constitui a partir dos povos indígenas que já habitavam nesta terra antes da chegada dos europeus. No entanto, “[...] La historia ha sido escrita y enseñada por el invasor. Es su historia; en consecuencia, es falsa [...]” (Batalla, 1990, p. 194). Nessa perspectiva, o ponto de vista da história oficial também foi falseado de acordo com os interesses de uma perspectiva criada para favorecer os detentores do poder: os colonizadores e contadores da história oficial com o intuito de apagar a história dos povos indígenas que já estavam aqui e que lutaram há séculos pelo seu espaço. Compreendemos assim, a importância do movimento indigenista para o resgate e a valorização dos povos indígenas como uma forma de rever a verdadeira face da invasão europeia às terras americanas e fica evidenciado que há outra versão da história: a dos povos indígenas que

Es al revés, como el momento de la rueda de la fortuna en que se invierten las posiciones. Los héroes de aquella son los villanos en ésta, sus méritos son su oprobio, sus mayores logros el punto más alto de su ignominia. Estábamos

leyendo el libro de cabeza abajo y habíamos aprendido a entenderlo así. De pronto, en su posición correcta, emerge el texto con su “otra” coherencia (Batalla, 1990, p. 195).

De acordo com o trecho citado o autor propõe uma revisão da história oficial entendida de modo contrário aos acontecimentos que sucederam na América partindo de um contexto de apagamento da cultura indígena. Essa revisão possibilitará outros estudos e abrirá “[...] la puerta a los historiadores excluidos, marginales y heterodoxos. El valor de las obras, a fin de cuentas, [...] aportan para reivindicar el pasado indio y denunciar la opresión y la mentira coloniales [...]” (Batalla, 1990, p. 195).

Nesse intuito de revisar a história contada pelos colonizadores a literatura se torna uma aliada ao inserir outras vozes e perspectivas a partir do olhar de quem foi colonizado e sofreu os abusos desse processo e narrará outra versão sobre os fatos vivenciados. As narrativas de Ana Luísa e Clorinda Matto nos ajudam a entender essa outra perspectiva sobre a colonização latino-americana, conforme observaremos na análise das obras nos capítulos seguintes da presente dissertação, percebemos que as autoras deslocam o foco narrativo para contarem outra versão desse período a partir do olhar dos povos indígenas.

### 3 AS MULHERES INDÍGENAS NO ROMANCE *D. NARCISA DE VILLAR*, DE ANA LUÍSA DE AZEVEDO CASTRO

Neste capítulo nos dedicamos a analisar o romance *D. Narcisa de Villar* (1859) da escritora brasileira Ana Luísa de Azevedo Castro. Na primeira seção destacamos alguns traços do indianismo presentes na obra da autora catarinense como também a postura crítica da escritora em relação ao tratamento dado aos indígenas brasileiros. A segunda parte está voltada para a luta da feminina por seu espaço, especificamente, da protagonista Narcisa que não aceita a postura dos irmãos em relação a sua vida. Na seção seguinte refletimos sobre o apagamento da identidade indígena de Efigênia e seu filho silenciados pelos colonizadores na obra. Na última parte analisamos o machismo e o autoritarismo sobre as mulheres no romance sem direitos ou possibilidades de decidirem seus próprios destinos.

#### 3.1 *D. NARCISA DE VILLAR* SERIA UM ROMANCE INDIANISTA?

A obra *D. Narcisa de Villar* foi publicada pela primeira vez em folhetim em 1858 no Jornal *A Marmota* do Rio de Janeiro, no ano seguinte 1859 foi lançado o livro pela tipografia Paula Brito. Como muitas outras escritoras do século XIX a autora ocultou-se sob o pseudônimo de Indygena do Ypiranga “[...] Desvelada sua identidade, Ana Luísa de Azevedo Castro fala hoje de igual para igual com suas irmãs de letras, escribas e leitoras, que continuam a ler, escrever e contar histórias. [...] E a fazer História” (Lajolo, 2000, p. 01). De acordo com a citação entendemos a importância da escritora catarinense como uma voz que se lançou na escrita do período colonial para também dar a sua contribuição na história literária do Brasil a partir de seu romance.

Nessa perspectiva de outro olhar sobre a época colonial brasileira a narrativa *D. Narcisa de Villar* (2000), de acordo com alguns teóricos se configura como uma obra indianista, pois tem em sua trama a temática dos povos originários, além de apresentar personagens indígenas com uma crítica muito contundente à colonização portuguesa, a qual é mostrada pela ótica nativa. Além de assinalar a preocupação da autora com a questão indígena, segundo afirma Muzart o romance “[...] pode ser considerado indianista, pelo tema e pelo enfoque das personagens. Nota-se a nítida preferência pelos índios – povo infante, gente de coração sensível – e o desprezo pelos conquistadores, déspotas, bárbaros, tiranos, cruéis [...]” (Muzart), 2000, p. 08). Ao colocar os colonizadores como antagonistas e tecer duras críticas ao processo colonizatório, a partir de uma defesa dos indígenas, Ana Luísa se aproxima também de uma

perspectiva indigenista que reprova a conduta dos portugueses antagonistas do romance. Os protagonistas da obra são: a jovem portuguesa D. Narcisa de Villar, Leonardo, um indígena/mestiço e sua mãe, a indígena Efigênia. Os indígenas são retratados como bons e nobres ocupando o protagonismo da narrativa e são auxiliados pela jovem branca.

A narrativa se inicia em primeira pessoa com uma narradora que faz remissão a uma ilha localizada no arquipélago da Barra de São Francisco Xavier chamada “Ilha do Mel” um lugar inabitado cheio de mistérios onde “[...] ninguém se aproxima dela à noite, porque dizem que a ilha é mal-assombrada, e muitos afirmam terem ali visto visões medonhas, capazes de matar de susto a uma dúzia daqueles bons lavradores [...]” (Castro, 2000, p. 23). Tal descrição nos remete as descrições feitas pelos primeiros colonizadores que chegaram as terras latino-americanas, para alguns desses se tratava de um local habitado por seres imaginários. Esses mitos também se fazem presentes no romance, pois as duas indígenas já idosas tia Simôa e mãe Micaela costumavam contar histórias de lendas indígenas enquanto se aqueciam na fogueira nas noites frias de Ponta Grossa, entre essas histórias mãe Micaela descreve a lenda da “Ilha do Mel”. A partir disso, a narradora do romance passa a contar uma história que ouviu de outra pessoa, no caso mãe Micaela, conforme nos relata que a indígena

[...] começou a sua história do modo por que a vamos expor; porém como nos é impossível referi-la com o tom e termos característicos com que ela me contou, perdoe-nos o leitor que a substituamos pela nossa linguagem, guardando, todavia, certas expressões que pertencem inteiramente à narradora (Castro, 2000, p. 25).

A narradora do romance de Ana Luísa passa a contar aquilo que ouviu através da tradição da oralidade na qual histórias iam passando de uma geração para outra, já que ainda não se tinha nessa época maior acesso a outras formas de conhecimento escrito, como livros e jornais, por exemplo.

Percebemos ainda que Ana Luísa se utilizou do foco narrativo para ir direcionando a narrativa à medida que apresentava suas críticas e uma postura comprometida com as causas que defendia: os direitos das mulheres e dos povos indígenas, além da reprovação a conduta criminosa dos governadores da colônia brasileira. Na sequência, após situar o local da narrativa, Ponta Grossa, na Vila de São Francisco Xavier, a narradora faz uma crítica à escolha dos governadores das colônias do Brasil ao afirmar que “[...] o gabinete português enviava a estes lugares homens a quem queria proteger, e de quem esperava grandes vantagens, pelo muito que arrecadassem [...]” (Castro, 2000, p. 27). A partir das palavras da narradora se nota que a

intenção de Portugal visava apenas às vantagens que poderiam tirar das terras e as riquezas com a exploração das regiões brasileiras e dos habitantes locais.

Na representação dos colonizadores há um destaque para as figuras dos Senhores de Villar: D. Martim, D. Luís e D. José, fidalgos portugueses que exerciam “[...] um poder despótico, os únicos sentimentos que despertavam nesses espíritos tão impressionáveis que podiam fazer voltarem ao bem, eram os de aversão e vingança [...]” (Castro, 2000, p. 28). Temos assim, a imagem dos colonizadores lusitanos e desde o início do romance se apresenta uma tendência que se seguirá por toda a narrativa: a dura crítica à colonização portuguesa e seus representantes, como se percebe na sequência com a apresentação D. Martim de Villar, um dos

[...] tiranos mandados ao Brasil em quem recaía a má escolha do governo português. O bárbaro tratamento e despotismo que ele exercia sobre seus numerosos administradores faziam-no odiar por essa gente de coração tão sensível e a quem eles chamavam selvagens [...] (Castro, 2000, p. 28).

Observamos no trecho supracitado uma crítica à postura do colonizador D. Martim de Villar como também uma denúncia do perverso tratamento dado aos indígenas vistos pelos fidalgos portugueses como “selvagens”, os quais na percepção da narradora eram considerados como uma “gente de coração tão sensível”. Como se sabe a romancista não é a primeira a considerá-los assim uma vez que essa descrição da bondade e pureza do indígena já era mencionada desde o relato do cronista português Pero Vaz de Caminha, para o qual “[...] a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior, com respeito ao pudor [...]” (Caminha, 2008, p. 115). A perspectiva do escrivão português contribuiu para a construção de uma imagem mitificada do indígena durante o período colonial. No entanto, essa fantasia difundida por alguns escritores europeus se distancia da narrativa de Ana Luísa à medida que a autora relata como eram tratados os indígenas pelos portugueses vistos como uma

[...] espécie nascida para a submissão e trabalho, e suas penas nenhuma sensibilidade achariam naquela alma dessecada pela ambição [D. Martim], que presumia com desdém, que os pesares não deviam tocar a entes incapazes de refletir. Na sua opinião, os Índios de sua colônia eram os mais ditosos. Não lhes faltava o pão, tinham roupa para cobrir-se e tarefa dobrada (Castro, 2000, p. 28).

Notamos na denúncia da narradora o que pensavam os fidalgos portugueses especialmente D. Martim sobre a situação dos indígenas, a romancista critica a ambição

desmedida dos europeus para explorar e escravizar os indígenas. É neste cenário que chega D. Narcisa de Villar a irmã de D. Martim vinda de Lisboa para morar com os irmãos na colônia, uma vez que sua mãe havia falecido e agora órfã a menina não tinha mais ninguém além dos tiranos irmãos e apesar de ainda ser muito jovem já apresentava uma personalidade distinta:

D. Narcisa de Villar, que assim se chamava a menina, não tinha mais que doze anos, porém seu talhe era tão delgado que se lhe não daria mais do que oito. Sua fisionomia era doce e meiga; parecia que a dor a tinha tocado muito cedo, porque seu sorriso era sempre melancólico, e seu semblante pensativo. Bem má companhia vinha a inocente criança buscar, porque seus irmãos muito pouco interesse mostravam por ela (Castro, 2000, p. 29).

Na citação é apresentada a simplicidade da protagonista Narcisa como uma menina dócil e sofrida em contraponto a conduta criminoso dos irmãos que não seriam companhia para a jovem e devido à falta de interesse e paciência dos tiranos a moça foi entregue aos cuidados dos indígenas escravizados que serviam a fazenda dos Villar. No início sofreu muito, porém com o passar do tempo se acostumou a não ter mais contato com os irmãos, visto que “[...] havia entre as Índias que a serviam uma que se fazia notável pelo seu caráter. Chamava-se ela Efigênia e tinha filho de nome Leonardo [...]” (Castro, 2000, p. 30). As atitudes de Efigênia permitiram a Narcisa se sentir acolhida e protegida pelos indígenas.

A conduta de Efigênia comoveu Narcisa e com a convivência a moça percebeu o quanto a indígena “[...] era inteligente e afável, e amava extremosamente seu filho, e de tal modo se afeiçoou à menina, que não podia um momento afastar-se dela sem tristeza [...]” (Castro, 2000, p. 30). A partir da fala da narradora se nota um traço indianista na obra, pois ao fazer um enaltecimento à bondade de Efigênia percebemos a evidente intenção de mostrar a indígena com “[...] a consideração da nobreza dos sentimentos e da beleza dos gestos. [...] O estado de pureza, a que aspira. [...] Cumpre elevá-lo à condição de herói [...]” (Queiroz, 1962, p. 56). Há uma elevação da figura indígena ao *status* de heroína na narrativa por apresentar sentimentos nobres demonstra que

O indianismo correspondeu a um desejo de exaltação do aborígene, dando forma [...] a um sentimento nacional. [...] A vontade de encontrar nos índios virtudes de que o povo brasileiro se pudesse orgulhar, ou melhor, que não devesse aos portugueses. [...] Essa foi, de fato, uma expressão puramente literária (Sodré, 1982, p. 254).

Essa descrição romantizada na qual o indígena é apresentado com grandes qualidades

como a generosidade e a bondade se distancia da perspectiva negativa que se tinha durante o período. Nesta perspectiva cabe ressaltar que a visão heroica não era uma unanimidade entre os autores da época para alguns colonizadores e religiosos e a figura do indígena provocava contradições. Se um grupo de escritores como Ana Luísa percebia nele qualidades para transformá-lo em protagonista de suas narrativas, outro grupo se propunha a depreciar sua figura retratando-o como “pária”, “bárbaro” e “cão sujo”. Porém, no romance *D. Narcisa de Villar* (2000) Ana Luísa procura contrariar essa tendência de desvalorização como podemos constatar na descrição do indígena Leonardo que também protagoniza a obra:

[...] o negro de seus olhos expressivos e belos, dava à sua fisionomia o cunho de uma beleza de superior distinção. Suas formas elegantes se retraçavam por uma vestimenta de algum luxo para sua condição. Tinha um calção curto, justo ao corpo, conforme a moda de então, meias que lhe subiam até os joelhos e sapatos com grandes fivelas. Seu gibão de belbutina arrocado com botões de prata caia-lhe negligente dos ombros, deixando à mostra seu belo colete branco que lhe cobria todo o peito. Trazia um chapéu branco de castor, de abas largas que lhe ocultava graciosamente parte da cabeça, descobrindo-a de outro lado donde saíam longos anéis de cabelos pretos e lustrosos, que se espalhavam à vontade pelos ombros. O exterior do mancebo era altivo e agradável ao mesmo tempo, e ninguém o podia ver sem sentir-se tocado de admiração (Castro, 2000, p. 35).

Na citação se percebe uma exaltação as qualidades físicas e morais de Leonardo e uma evidente intenção de elevar a figura do indígena a um nível de nobreza na sua superioridade de caráter em relação à imagem apresentada sobre os senhores de Villar. A partir disso, notamos que Ana Luísa segue a tendência indianista do período colonial ao delinear em seu protagonista traços que contribuam para a elevá-lo a condição de um herói brasileiro valoroso ocupando o papel de representante da nação americana e sendo considerado o modelo perfeito dos povos originários, para

Indicar que o Brasil podia subsistir sem o português, e que podia viver de seus elementos próprios dos que estavam na tarefa de colonização mas não eram lusos, constituía um tema excelente e peculiar à época [...] só o índio servia como fundamento para uma temática rica e agressiva [...] (Sodré, 1982, p. 278).

Durante o período colonial no Brasil foi projetado no indígena às qualidades necessárias a um herói nacional, já que os portugueses não preenchiam os requisitos para tal papel devido a crueldade apresentada no tratamento dado aos povos locais, além de não serem filhos legítimos

das terras brasileiras. Esse movimento de valorização do indígena teve no indianismo seu auge e com as contribuições de poetas e romancistas alcançou grande sucesso. Há também uma viva negação ao elemento europeu e a literatura se voltava para o nacionalismo buscando no próprio país a inspiração ao rejeitar a influência da literatura portuguesa no Brasil.

Ao exaltar o heroísmo do protagonista a narradora destaca a coragem de Leonardo ao propor e executar a fuga com Narcisa para que esta se livrasse do casamento arranjado pelos irmãos. O casal foge de canoa e diante de uma tempestade em que a água começa a invadir a embarcação “[...] Leonardo mostrou uma coragem sobre-humana, porque sem perda de tempo procurou alijá-la dessa carga importada do reino da morte [...]” (Castro, 2000, p. 96). Na descrição das qualidades de Leonardo percebemos que a narradora enfatiza novamente que o jovem não era um simples escravizado, mas um herói com qualidades excepcionais que salvou a vida da protagonista. Em seguida o casal avista um rochedo e como o mar estava novamente sereno conseguem desembarcar em terra firme, especificamente em uma ilha deserta

[...] ambos deram um grito de espanto e de surpresa, reconhecendo o lugar!... Estavam na *Ilha do Mel*, [...] a tempestade os havia feito retroceder! Deus se servira desse meio para chamar a si esses dois jovens, tão perseguidos sempre pelo orgulho e pela soberba [...] (Castro, 2000, p. 97).

Após reconhecerem a “Ilha do Mel” Narcisa ainda estava muito assustada com a tormenta do mar, porém, Leonardo procurava tranquilizá-la afirmando que ali estariam seguros e protegidos da tempestade. No entanto, a narradora já nos antecipa o final trágico que espera pelos protagonistas ao afirmar que Deus os chamaria para si. Tal perspectiva pode ser confirmada pela descrição do local que remete a uma perspectiva edênica do paraíso cristão: “[...] o teto era um grosso rochedo que parecia tão estável e seguro, que não se abalaria mesmo com as águas do dilúvio [...]” (Castro, 2000, p. 100). Na descrição, ao mencionar o dilúvio, a autora deixa transparecer também uma provável influência dos primeiros relatos dos cronistas do período colonial sobre a América ser o paraíso terreno.

Em muitos desses textos podemos verificar sempre uma alusão ao Paraíso perdido, conforme mencionou Cristóvão Colombo, muito impressionado com a beleza das terras americanas comparando a América ao Paraíso o jardim do Éden “[...] Colombo rende homenagem às velhas convenções eruditas a respeito da existência geográfica do Paraíso terrenal. Pressente na paisagem americana traços bíblicos denunciadores da hipótese edênica [...]” (Queiroz, 1962, p. 14). Entretanto, essa perspectiva idealizada contrastava com a crueldade com a qual foram tratados os povos indígenas americanos e reforça também um viés indigenista

da obra ao denunciar esse tratamento despótico destinado aos povos originários. Esse despotismo no romance se estendia à mulher conforme observaremos na seção seguinte à crueldade com que os senhores de Villar tratavam a irmã vendida como mercadoria em um casamento arranjado sem seu consentimento.

### 3.2 A LUTA FEMININA PELA LIBERDADE E O DIREITO DE DECIDIR SEU PRÓPRIO DESTINO

A narrativa de Ana Luísa além de apresentar características do indianismo também traz uma defesa em relação à condição das mulheres, especialmente a protagonista D. Narcisa de Villar que inclusive nomeia o romance. Ainda que seja uma mulher branca Narcisa vive uma condição de subordinação e obediência total aos senhores de Villar. Observamos que durante todo o romance a narradora faz questão de diferenciar a jovem dos seus irmãos homens, descritos sempre de modo negativo e como cruéis. A moça é caracterizada aos moldes românticos com traços de rainha que encantam a todos, numa evidente valorização à mulher reivindicando um lugar de igualdade em uma sociedade machista como a do tempo colonial. Para além da beleza física Narcisa aparece como um ideal de mulher que reforça sua identidade local ainda que seja portuguesa de nascimento seus traços são comparados aos elementos locais:

Seu pescoço alvo e longo como o da gaivota de nossas margens, era ornado de colares de diamantes, cujos laços lhe cobriam o alvo colo; seus cabelos pretos e lustrosos como as asas da jacutinga, eram suspensos no alto da fronte por flores de pedras de muito custo. Seu talhe fino e esbelto como o do beija-flor, era desenhado pelas longas e profundas pregas de seu vestido de cabaia azul com flores de prata; seus pés calçavam uns sapatinhos de cetim branco, de salto, que tornavam ainda mais majestoso o andar de rainha. Ah! que era a mais bela virgem de todo o *bairro*! (Castro, 2000, p. 32).

Por meio da descrição da protagonista a autora procura dar destaque à mulher representada em Narcisa dotando-a de ares de superioridade tanto de coração como de beleza física. Ainda com relação à apresentação da protagonista notamos que embora seja estrangeira se apresenta traços de uma identidade nacional, uma vez que é apresentada a partir da comparação com elementos da paisagem brasileira. Além disso, as características da protagonista visam mostrá-la em sua pureza em oposição à força bruta e alma corrupta dos seus irmãos. Em Narcisa a presença de cores como azul e branco, no vestido e no sapato, respectivamente, conferem à protagonista traço que remetem à imagem da Virgem Maria

idealizada na moça como exemplo de virtude e santidade que dentro do ideário romântico a mulher/heroína precisava ter.

Nesse contexto a narradora destaca que os irmãos da protagonista tinham decidido casar a moça com um coronel português amigo de D. Martim, um homem muito rico e nobre da corte portuguesa vindo ao Brasil para conhecer a noiva. Tal casamento já havia sido acertado há tempos atrás, cabe ressaltar que Narcisa ignorava todos esses fatos. Com propósito de apresentar a irmã ao coronel mandaram chama-la a casa grande, muito aflita com o chamado e sabendo de sua condição de submissão ante os irmãos a jovem não tinha outra opção e ao chegar à casa dos irmãos a aparência de Narcisa os surpreendeu:

Quando a moça apareceu no salão, seus irmãos, que quase lhe eram estranhos, ficaram surpreendidos de tanta beleza e majestade e olharam entre si admirados. O tempo que havia decorrido, havia feito da menina uma mulher e a resignação naquele coração, tão cedo sofredor, lhe havia sublimado a beleza [...] (Castro, 2000, p. 32).

A exaltação à figura da protagonista demonstra sua força ao destacar a admiração que ela despertou nos irmãos que a abandonaram desde que chegou à colônia e se não fossem os cuidados de Efigênia nem teria sobrevivido. Na fala da narradora temos a acusação do abandono dos irmãos Villar “quase estranhos” a irmã, já que a tinham deixado aos cuidados de outros se eximindo de suas responsabilidades e movidos pela ambição somente com a moça adulta se deram conta de sua existência.

Em meio à aflição daquelas presenças tão desagradáveis Narcisa sentiu-se desolada e longe de seus fieis amigos Efigênia e Leonardo, pois não sentia em companhia dos irmãos o acolhimento e o carinho que lhes despertavam os indígenas, a protagonista comparava “[...] todos esses grandes senhores, que ela via diante de si enfatuados de sua nobreza e fortuna, aos seus amigos que só possuíam a nobreza que dá a virtude, o filho de Efigênia merecia ter nascido príncipe! [...]” (Castro, 2000, p. 35). Diante de tal pensamento compreendemos a distância social existente entre o mundo dos “nobres” Villares em relação aos indígenas escravizados e sem os bens materiais nem a descendência das tradicionais famílias portuguesas. Aos indígenas só lhes restavam trabalhar e obedecer sob ameaças e açoites dos brancos ditos “civilizados”. Diante desse cenário violento e opressor para a população indígena e a irmã por ser mulher e ocupar um lugar subalterno na sociedade Narcisa foi negociada em um casamento sem ao menos saber, como podemos observar na cena seguinte em que Leonardo é quem lhe confidencia o plano dos irmãos Villar:

[...] Saiba pois que no dia em que a deixei, fui encarregado pelo Sr. Martim de ir à vila levar uma carta ao Sr. Vigário, e de outra a uma senhora, a qual segundo ouvi dizer achar-se à aqui, perto da semana próxima. [...] – Senhora, eles querem casá-la; tenho certeza, que esses convidados são para acompanhá-la até o dia da cerimônia, respondeu Leonardo, afogando-se em pranto! (Castro, 2000, p. 49).

A partir da confissão de Leonardo a jovem passou a ter certeza das intenções dos irmãos ao lhe apresentar ao coronel Pedro Paulo quando a chamaram à casa grande dias antes. Notamos ainda que o indígena se desesperou tomado de grande aflição revelando seus sentimentos pela jovem. Diante da possibilidade de perder a mulher amada Leonardo demonstra seu sofrimento por entender os obstáculos que impediam a realização dessa união em uma sociedade preconceituosa como a que viviam era impossível que se aceitasse tal relacionamento e Narcisa também não tinha domínio de sua própria vida. Por ser mulher era considerada como um ser inferior que deveria se sujeitar as vontades dos irmãos sem questionamentos. Nessa condição de inferioridade o sentimento de Narcisa é bem distinto da ambição dos irmãos e a jovem relata seu despreendimento as convenções sociais e a ideia de classes, riquezas e títulos, conforme sua conversa com Leonardo:

Pois bem, Leonardo, a filha do nobre Sr. de Villar a irmã do poderoso D. Martim, desprezaria todas as riquezas do mundo todo o fausto e grandeza de pomposos títulos, se em troco lhe fosse permitido gozar ignorada da única sociedade que convém ao seu coração. E, se lhe fosse também permitido a escolha de um esposo, ela diria preferindo-te a todos os homens: – eis aqui aquele que eu escolho para companheiro da minha vida (Castro, 2000, p. 55).

Apesar de no seu íntimo a protagonista desprezar as convenções sociais de seu tempo Narcisa sabia que seu destino já estava determinado pelos irmãos com a intenção de lucrar ainda mais com esse casamento não pensaram em momento algum nos sentimentos da irmã considerada como um ser incapaz de decidir por si qualquer questão. Nessa passagem ainda notamos a crítica da autora ao machismo que dominava a vontade feminina impedindo que mulheres fizessem suas próprias escolhas,

[...] a situação da mulher no mundo (a de oprimida) lhe nega a expressão normal de humanidade e frustra seu projeto humano de autoafirmação e autocriação. Enquanto os homens são encarregados de “remodelar a face da Terra”, apropriando-se dela, impondo-lhe sua marca, à mulher é vedada a

possibilidade de ação (Zolin, 2005, p. 224).

Essa situação de opressão impediu a mulher de se expressar e manifestar sua vontade e suas escolhas não podendo decidir a própria vida como ocorreu na ficção com protagonista de Ana Luísa. No entanto, mesmo em condição de desvantagem a moça resolveu confrontar as ordens do irmão após ser informada de seu casamento com coronel Pedro Paulo; afirmando que não se casaria com o nobre, pois não o amava, a isso seu irmão lhe respondeu: “– Ora, [...] trata-se por ventura de amor em um casamento? [...]” (Castro, 2000, p. 69). Percebemos com o protesto de Narcisa a crítica da autora aos casamentos arranjados e sobre os quais a mulher nada podia fazer nem ao menos manifestar sua opinião, simplesmente não era consultada. Narcisa ainda argumenta mais uma vez: “– Senhor, não trate desse modo o destino da mulher; não queira roubar o único bem que esse ente sensível pode achar no sacrifício da liberdade de sua vida inteira [...]” (Castro, 2000, p. 69). Sabendo o fardo que muitos casamentos representavam para a mulher com uma vida inteira de renúncias, a jovem não aceitou esse destino de ter que conviver ao lado de um homem que não amava e se tratava apenas de um negócio entre famílias ricas para perpetuarem suas fortunas. Diante das recusas do irmão e do desprezo que dava aos seus argumentos Narcisa demonstra sua indignação:

–Ah! exclamou a moça exaltando-se: não me consultaram; sou eu a única que tudo ignoro [...] porque dispuseram de mim como um fardo, que se mercadeja!... Se querem agora a minha presença, é para que o comprador veja melhor a qualidade do estofado que ajustou pelo preço que se chama *dote*! Ah! e querem, depois de toda esta profanação ao mais sagrado de todos os atos da vida da mulher, que haja casamentos felizes?... Irrisão!... (Castro, 2000, p. 70).

Na fala indignada de Narcisa temos a reprovação de uma prática muito comum à época: os casamentos feitos apenas por interesses financeiros e aristocráticos e a autora expõe na fala de sua protagonista a indignação à condição que estavam submetidas às mulheres do século XIX. Sendo a escritora uma mulher da palavra demonstra um pensamento crítico corajoso para o tempo, uma vez que Ana Luísa utilizou sua obra para denúncia abertamente o tratamento despótico dado às mulheres que eram vendidas como mercadorias e não tinham direito a decidir sobre seus corpos. Nesse sentido, percebemos que a autora antecipa uma discussão sobre os destinos da mulher que não podia decidir sobre si, principalmente no caso da mulher brasileira oprimida pelo patriarcado.

Ainda nessa perspectiva se para Narcisa o casamento deveria ser guiado pelas demandas do coração para o irmão dela o importante era manter pelo matrimônio a fortuna da família, no

pensar de D. Martim a mulher era mesmo um fardo: “[...] mulheres, mulheres! É bem pesada carga para um homem! Esta pequena, para sustentar os seus caprichos, julgo que aceitaria o Convento [...]” (Castro, 2000, p. 71). Conforme o trecho se percebe quais eram os únicos destinos de uma mulher: o casamento escolhido por algum homem da família ou o Convento, também sob a tutela de um homem da Igreja, mesmo sob os protestos da irmã, D. Martim conclui o “negócio” e junto com os irmãos já tinha acertado tudo com o pretende/comprador:

[...] o coronel Pedro Paulo, rico nobre, e de bom nome, que de tão longe vinha pedir a mão de D. Narcisa de Villar; esta aliança que vinha achar tão forte apoio na vontade de D. Martim, o fez dispor de sua irmã, como senhor, e não era preciso para a *conclusão* desse negócio o consentimento inútil, como pensava ele, d’ uma menina que mal sabia o que fazia. De mais, sua irmã, criada no isolamento, havia adquirido o caráter dócil e brando das pessoas só acostumadas à obediência (Castro, 2000, p. 43).

Presas a um sistema social regido pelo patriarcado Narcisa foi obrigada a assinar os papéis de seu casamento e sendo “[...] a única de seu sexo [que no salão] se achava, inspirava-lhe tanto susto, que a donzela cheia de pavor obedeceu a tudo sem hesitar sem indagar mesmo o motivo [...]” (Castro, 2000, p. 42). D. Martim julgava sua irmã igualmente aos indígenas escravizados de sua colônia obrigados a obedecer e cumprir as ordens dos senhores sem que fosse necessário qualquer tipo de satisfação ou explicação os irmãos já tinham decidido e a moça deveria apenas assinar.

Com a assinatura do contrato de casamento Narcisa tem seu destino decidido pela ambição dos homens da família que não pensaram em momento algum em lhe consultar sobre o próprio casamento. Entendemos que a autora ao trazer esse tema para sua narrativa evidencia uma prática social de seu tempo como uma forma de criticar e denunciar tal situação a partir da luta da protagonista para se livrar dessa opressão, ressaltando, mais uma vez, a perspectiva de defesa da liberdade de escolha para as mulheres presente na obra em que a protagonista apesar de assinar os papéis do casamento não iria aceitar tal união. A opressão dos antagonistas sobre a irmã se estendia ainda aos indígenas e Efigênia e Leonardo também foram perseguidos pelos senhores de Villar em uma lógica cruel que evidencia o apagamento de suas identidades e o silenciamento a eles imposto como refletiremos na seção seguinte.

### 3.3 EFIGÊNIA E SEU FILHO: IDENTIDADES INDÍGENAS APAGADAS PELO COLONIZADOR

O apagamento da identidade indígena também está presente na narrativa de Ana Luísa de Azevedo Castro e inicialmente a autora demonstra essa invisibilidade de modo sutil por meio da catequese e dos ensinamentos que Narcisa se propõe a realizar com Leonardo. A doutrina da fé cristã era uma preocupação desde o início da colonização da América e para esse trabalho foram incumbidos os padres jesuítas, conforme observamos tal preocupação já estava expressa em uma carta escrita pelo padre Manoel da Nóbrega:

O Irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer os índios desta terra, os quais têm grandes desejos de aprender e, perguntados se querem, mostram grandes desejos. Desta maneira ir-lhes-ei ensinando as orações e doutrinando-os na Fé até serem hábeis para o batismo [...] (Nóbrega, 1999, p. 48).

É possível compreender a ênfase dada ao trabalho de catequizar e ao mesmo tempo impor ao indígena a cultura europeia como uma forma de “civilizá-lo” e educá-lo para a doutrina cristã. Tal iniciativa representou um apagamento da cultura e da identidade indígena e Leonardo, o filho da indígena Efigênia, desde criança por não conviver com os povos originários já se apresentava como alguém apto para obedecer aos princípios cristãos por ter características consideradas importantes para esse processo de apagamento, tais como:

[...] doçura, humildade e obediência o tornavam tão digno aos olhos de sua ama, que cada dia ela se ocupava com mais ardor da tarefa de o educar. Quanto aos sentimentos que inspiravam ao menino as ações de sua senhora, chegavam à idolatria [...] ele reconhecia nela essa linguagem do céu que tinha aprendido no Evangelho. [...] Ela era para ele aquele Deus, em lhe ensinava a crer [...] (Castro, 2000, p. 30).

A devoção de Leonardo por Narcisa não lhe permitia questionar tais ensinamentos e a aceitação pacífica dos valores cristãos apreendidos representavam a destruição de sua identidade nativa. Desde que ele e sua mãe chegaram às terras de D. Martim já perderam logo de início os seus nomes indígenas e foram “batizados” com nomes que nada tinham a ver com sua cultura: Leonardo (nome de origem europeia) e Efigênia (nome de origem grega) representavam a imposição de uma nova cultura como uma identidade que ignorava totalmente suas origens.

Outro traço que evidencia essa “nova” identidade de Leonardo também se faz presente na descrição feita pela narradora sobre a personalidade e os modos do indígena que claramente

se assemelhava mais a um distinto cavalheiro português do que a um indígena: “[...] não andava vestido como seus companheiros de escravidão; suas roupas eram elegantes e seus modos distintos [...]” (Castro, 2000, p. 31). Nota-se que há na descrição de Leonardo atributos e valores dos brancos.

Em determinado momento da narrativa Efigênia informou a Narcisa que Leonardo se encontrava gravemente ferido pois tinha sofrido uma tentativa de assassinato de um dos irmãos da jovem por ter se recusado a cumprir uma ordem tirânica dos senhores de Villar. Após o atentado para salvar a vida de seu filho Efigênia resolveu fazer uso de técnicas medicinais que aprendeu a manusear com seus ancestrais por meio de “[...] ervas, de cujo suco deu uma bebida a seu filho, pondo uma parte delas sobre a ferida [...]” (Castro, 2000, p. 46). Ao socorrer Leonardo a mãe indígena recorreu aos ensinamentos e ritos aprendidos na infância em sua aldeia valendo-se do poder das ervas que sabia manipular e com isso conseguiu devolver a vida a seu filho: “[...] graças às ervas de Efigênia, o enfermo ficou livre de perigo [...]” (Castro, 2000, p. 47). Na descrição da cura de Leonardo por meio da sabedoria ancestral a autora demonstra um sincretismo religioso ao exaltar também os saberes ancestrais ao mesmo tempo em que ressalta os valores da fé cristã em oposição a essa valorização dos saberes nativos. Em outras narrativas do período se percebe uma satanização dos saberes ancestrais inclusive como fizeram os religiosos da Igreja Católica em seus escritos demonizavam os ritos indígenas e foram os grandes responsáveis pelo apagamento da cultura e tradições originárias.

Na sequência da narrativa temos um embate de Efigênia com D. Martim no momento em que ele resolveu ir pessoalmente à casa de Narcisa buscá-la para à “casa grande”, Efigênia o enfrentou em favor de Narcisa e foi agredida: “– Rústica, sai, disse o senhor de Villar erguendo-se com furor e levando os punhos às faces da Índia [...]” (Castro, 2000, p. 65). Essa cena demonstra como era o tratamento que D. Martim dava aos indígenas mesmo que estes fossem prestativos e dedicados como era o caso de Efigênia que criou sua irmã desde pequena Narcisa interviu para impedir que ele continuasse agredindo a mulher lembrando-lhe que foi Efigênia quem se ocupou da sua educação e cuidados desde que a jovem chegou à colônia.

Por sua vez D. Martim não se comoveu em nada com os apelos de Narcisa e ainda a repreendeu por defender a indígena: “– O que me admira, senhora, é a sua paciência! Deve ser mais austera para com os seus escravos [...]” (Castro, 2000, p. 65). Mesmo que Narcisa afirmasse que a atitude de Efigênia ao enfrentar D. Martim resultava do cuidado que tinha para com a jovem e que a indígena era generosa o fidalgo não acreditava na bondade dos indígenas: “– Não acredito em dedicação de escravos. O que supõe dedicação, senhora, é pura malícia. Algum fim tem esta mulher, que a obriga a representar este papel [...]” (Castro, 2000, p. 65). A

partir da fala do irmão de Narcisa se nota que os valores dos povos indígenas sempre eram invalidados e sua palavra desacreditada. O fidalgo a julgava como dissimulada e interesseira e não reconhecia suas qualidades.

Efigênia tentou impedir D. Martim de levar Narcisa à casa grande, porém, sem êxito ele continuou a agredi-la: “– Ainda esta mulher? disse o *homem grande*: retira-te daqui, demônio, ou te esmago como a uma vil serpente. Deu-se jamais uma semelhante ousadia? [...]” (Castro, 2000, p. 72). A indígena o enfrentava para defender Narcisa que se encontrava em prantos e não desejava acompanhá-lo, mas não tendo escolha a jovem foi levada pelo irmão. Efigênia ficou inconformada e nada podia fazer para defender a moça e pensando na dor de seu filho ao saber de tamanha injustiça lamentava: “– Meu filho, meu filho, como te consolarei! Ah bárbaro! nem mesmo a tua irmã poupaste! Será mais uma vítima que pedirá vingança no céu! [...]” (Castro, 2000, p. 73). Nessa cena relatada temos a desqualificação da mulher indígena por parte do colonizador comparada ao demônio e a serpentes sempre vista com uma imagem negativa pelo homem branco ante a falta de argumentos para justificar sua crueldade ele utilizou a violência para fazer valer sua vontade sobre o destino das mulheres da casa.

Já nos momentos finais da narrativa após a fuga do casal de protagonistas que posteriormente são capturados pelos senhores de Villar o jovem Leonardo apesar de sua luta corporal contra os irmãos de Narcisa e o coronel acabou sendo assassinado por D. Luís. Nesse instante Efigênia chegou ao local onde aconteceu o crime e fez uma revelação sobre a paternidade de Leonardo: “– Suspende, monstro! disse ela encarando o assassino com majestade, não cometas um novo crime, não mates teu filho! [...]” (Castro, 2000, p. 115). Porém, D. Luís fingiu não entender a afirmação da indígena sobre ele ser pai de Leonardo e considerou um atrevimento por ela ser uma escrava como ousava acusa-lo assim na frente de todos, Efigênia não se intimidou e trouxe à memória os acontecimentos que comprovavam sua afirmação:

– Sou a filha do Cacique da Tribo Tupi, que deu-te hospitalidade nas praias desertas da Juréia, onde havia a tua nau naufragado, e onde por meu pai foste livre não só da morte, como de cair em poder dos Botocudos, cuja crueldade não te havia poupar: mas em vez de reconhecer o benefício, seduziste sua única filha e a abandonastes depois de a perder. Sabendo ela então que um fruto do seu desgraçado amor alimentava-se no seu ventre e conhecendo o desprezo e a execração a que esse pobre inocente seria votado desde o seu nascimento por toda a Tribo, correu após teus passos. Errante andou muito tempo, crendo achar-te em cada dia que ela via o sol. Seu filho nasceu nesta triste lide [...] (Castro, 2000, p. 115).

Com a revelação da indígena há o relato da violência sexual sofrida por Efigênia ao

acreditar na “bondade” do homem que destruiu sua vida e não tendo outra opção a mulher passou a vagar sem destino certo. Na fala da mãe de Leonardo podemos perceber quão cruel e misógina era a sociedade do seu tempo em que mesmo sendo a vítima a mulher era obrigada a carregar sozinha todo o peso do crime contra ela cometido. Assim, entendemos que o processo colonizador foi extremamente violento principalmente com as mulheres “[...] vítimas primeiras da misoginia europeia [...] as indígenas [...] perdem o direito sobre os filhos, sobre os seus corpos, sendo obrigadas a gastá-los em trabalhos forçados. Humilhadas e ofendidas [...]” (Mendonça, 2012, p. 89). D. Luís continuou a insultar Efigênia como uma forma de violentá-la novamente ao tentar fazê-la passar por mentirosa afirmando que ela queria defender Narcisa e encobrir o erro cometido para livrar a jovem da punição que sofreria.

Essa lógica de duvidar das mulheres fazendo-as passar por loucas ou mentirosas é um argumento muito recorrente aos machistas que atacam a dignidade da mulher ao duvidar de sua palavra. No entanto, a mãe de Leonardo apresentou provas de sua denúncia: “[...] tirou do peito, onde trazia pendente a uma corrente de ouro, um medalhão que representava o semblante de uma mulher ainda moça e bela, e cujos olhos exprimiam nímia bondade [...]” (Castro, 2000, p. 117). Os senhores de Villar reconheceram que se tratava do retrato de sua mãe, porém, mesmo diante de tantas evidências D. Luís continuou negando a verdade afirmando que Efigênia roubara-lhe o medalhão e seus dois irmãos apoiavam a sua falsa versão dos fatos num pacto entre os homens brancos para desmoralizar a mulher indígena que teve sua voz silenciada e suas denúncias desacreditadas.

A cena apresentada traz uma acusação à conduta dos portugueses que se aproximavam dos indígenas apenas enquanto precisavam deles para depois os trair e escravizar como fizeram com Efigênia destruindo sua cultura, sua aldeia e sua família já que a indígena nunca pode retornar ao seu lugar de origem, assim “[...] a tirania praticada contra os indígenas durante a colonização mostra que é evidente o fato de o índio ter sido despojado de sua história e banido de sua terra [...]” (Rêgo, 2004, p. 36). Efigênia e Leonardo foram destituídos de sua aldeia e tiveram suas vidas e identidades destruídas pelo colonizador e de donos das terras passaram a escravizados.

Apesar da revelação da verdade a indígena foi desacreditada e sua palavra de nada valia ante a palavra de um nobre seu filho seria apenas mais um mestiço desprezado pelos fidalgos e ignorado pelos membros de sua aldeia: “[...] afrontei a ignomínia, fui negada por aquele que me deve mais que a vida, sofri os escarros do insulto e do vitupério, eu, a nobre filha de um Cacique! Tudo fiz por ti, meu filho querido! [...]” (Castro, 2000, p. 118). Leonardo representava a condição dos mestiços americanos que não têm assegurado seu lugar na

sociedade uma vez que “[...] o desprezo ou a aversão dos que o cercam fazem-no sentir-se diferente. Mundo exterior e interior o condenam. A sociedade repudia-o porque tem sangue de índio [...]” (Queiroz, 1962, p. 178). Diante dessa condição o mestiço era duplamente excluído tanto pelos brancos como pelos próprios indígenas.

Leonardo foi rejeitado pelas duas raças contando apenas com o amor e a proteção de sua mãe que para evitar que o filho sofresse a aversão por parte dos indígenas de sua aldeia fugiu levando-o para a colônia onde o jovem também foi maltratado pelos homens brancos. Conforme Rêgo (2004, p. 101) “[...] na dolorosa condição de marginalidade, representada no texto, é encontrado o mestiço que retrata [...] as etnias que conceberam o povo brasileiro, como também a imagem da mulher enquanto protagonista de sua própria história [...]”. O protagonismo feminino de Efigênia ressalta sua força ao enfrentar a todos para preservar seu filho do ódio e da vingança da aldeia, no entanto, não conseguiu evitar que este fosse ultrajado e morto pelos brancos, sobretudo, por ser quem era: um mestiço, sem bens, títulos ou honras o que reforça a condição de marginalidade que estavam submetidos os povos indígenas americanos. Nesse aspecto a narrativa de Ana Luísa se aproxima do movimento indigenista ao mostrar o assassinato da protagonista com resquícios de crueldade apenas por não se adequar ao padrão de uma sociedade branca racista.

A morte do jovem indígena representa o preço a ser pago por romper os valores sociais da época ao se relacionar com uma mulher branca na condição de um indígena e a barreira racial que não pode ser transposta pelos protagonistas. Por outro lado temos em Efigênia um exemplo de resistência que apesar de todas as violências sofridas não foram suficientes para que ela desistisse e até o final da narrativa seguiu enfrentando a misoginia e a crueldade dos colonizadores. Assim, também fizeram as mulheres indígenas do continente americano lutando contra o processo de apagamento de suas culturas e guardando na memória os ritos e as tradições nativas para ajudar a recontar a história da nação americana.

### 3.4 MACHISMO E AUTORITARISMO NO BRASIL COLONIAL

O romance de Ana Luísa traz críticas ao comportamento dos homens da família Villar a respeito de suas atitudes com irmã D. Narcisa pois os irmãos a tratavam com indiferença quando criança e na fase adulta a viam como uma mercadoria que podia ser negociada em casamento para aumentar suas fortunas. A jovem nunca foi consultada sobre nenhuma decisão referente à sua vida e um dos momentos mais angustiantes para a protagonista é descrito na cena de seu

casamento arranjado com o coronel Pedro Paulo em que a narradora retrata os sentimentos de Efigênia e Narcisa em oposição à alegria de D. Martim:

Enquanto o rico senhor de Villar iluminava a sua esplêndida morada, para dar a mais brilhante aparência a uma festa mundana, a pobre e humilde mulher [Efigênia] também iluminava um altar da melhor maneira que podia, para tornar mais solene, o sincero culto que ela ia render à Divindade, e seus pensamentos eram rogos ao céu, em auxílio de uma desgraçada menina (Castro, 2000, p. 75).

A narradora apresenta duas concepções sobre o casamento de Narcisa: enquanto seu irmão estava feliz e satisfeito com o negócio que havia feito; Efigênia implorava a Deus pela sorte da moça. Na sequência da cena do casamento temos a expressão do sofrimento da órfã através da descrição da narradora “[...] Quem se não compadecia da *pobrezinha!* Era D. Narcisa de Villar, que aparecia em sua noite de bodas como vítima para o sacrifício, diante dessa multidão de insensatos que folgavam com suas penas, que achavam prazer no que era a sua desgraça! [...]” (Castro, 2000, p. 76). Diante do casamento imposto a jovem não conseguia lutar contra o autoritarismo dos irmãos sendo obrigada a se casar com um desconhecido.

A única saída que lhe ocorreu foi acabar com a própria vida como ela confessou a Leonardo: “[...] antes que o sacrifício se consuma, eu estarei morta; irei sem mancha depositar minha coroa de martírio no seio de Deus; mãos impuras não profanarão meu corpo. Lá no céu vou te esperar, lá onde não haverá obstáculos [...]” (Castro, 2000, p. 80). Leonardo tentava livrar Narcisa daquele casamento que seria causa de tanta infelicidade para ambos e finalmente conseguiu convence-la a fugirem para longe dos irmãos seguindo em uma embarcação pelo mar o casal fugiu e por algum tempo avançaram com o plano sem serem percebidos.

No entanto ao descobrirem a fuga da irmã os senhores de Villar ficaram enfurecidos “[...] cheios de ódio, jurando morte àquela que ousara arrostar assim a sua vontade despótica, dispuseram-se a procurá-la no mar, ainda que já houvesse três horas de intervalo [...]” (Castro, 2000, p. 91). A fuga das moças com o homem amado é um traço usual no Romantismo do século de XIX e muitas das moças “[...] já não se sujeitando, com a doçura de outrora, à escolha de marido pela família, fugiam romanticamente com os namorados, [...] homens de situação inferior à sua e até de cor escura [...]” (Sodré, 1982, p. 234). Nas palavras de Sodré temos uma explicação para um evento social ocorrido no romance de Ana Luísa de Azevedo Castro no episódio da fuga de D. Narcisa com Leonardo, porém, como no plano real no universo ficcional os transgressores não sairão ilesos pela afronta as regras sociais estabelecidas pelo patriarcado.

Logo os irmãos de Narcisa e o coronel Pedro Paulo chegaram à “Ilha do Mel” e ao entrarem na gruta surpreenderam a jovem nos braços de Leonardo, cheios de ódio e desejo de vingança eles almejavam acabar com a vida da irmã pela desonra causada ao nome dos senhores de Villar. Nesse momento D. Martim era o mais enfurecido, principalmente ao reconhecer o indígena como suposto raptor da irmã, mas “[...] Leonardo olhava para o irmão de sua noiva, com olhar seguro e impassível. Esse jovem não se parecia com os seus companheiros de infortúnio, e os Villares mal o conheciam [...]” (Castro, 2000, p. 104). Observamos a coragem do jovem, mesmo sabendo de tudo que o esperava não se “curvou” diante dos senhores de Villar demonstrando sua resignação em defender a vida de Narcisa. Todavia, passado o primeiro momento, D. Martim tomado pelo ódio manifestou sua fúria contra essa união:

– Quem te permitiu, insolente, assim te exprimires com teu senhor! Com que direito te dizes esposo desta senhora? Acaso esqueces a distância que vai de ti a ela? sabes, ignorante, que ela é a nobre filha de um fidalgo cujos avós honram a história com sua nobreza e feitos de armas, e tu és o semi-selvagem que fiz educar cristãmente? Infame, terás bem depressa, o castigo da tua insolência! [...] (Castro, 2000, p. 107).

No discurso de ódio de D. Martim se percebe que os indígenas não tinham nenhum valor perante os brancos e ao ressaltar a “distância” social fica evidente que Leonardo jamais poderia ser considerado em igualdade com um homem da nobreza. Na sequência a esse ataque os fidalgos procuravam de todas as formas diminuir o indígena por ele não ter os títulos que um homem precisava para fazer parte de sua família. Indignado com a fuga o fidalgo enfrenta Leonardo:

– O crime que por tua boca acabas de confessar é tão grande que tu mesmo não o podes compreender. Estás longe, rapaz, de conheceres a delicadeza dos sentimentos das pessoas de nossa hierarquia e se foras um fidalgo, bater-me-ia contigo, e seria a nossa espada quem vingaria a minha honra; porém tu só deves ser morto como um cão [...] (Castro, 2000, p. 110).

Os nobres portugueses não consideravam Leonardo porque era um escravo que não pertencia à “raça” dos brancos e que por esse motivo não fazia jus a direito de defesa sendo executado como um ser desprezível e traidor. Vendo que os irmãos não cediam e estavam dispostos a matar Leonardo, então Narcisa resolveu os enfrentar e abrir mão de seus laços de família com os senhores de Villar afirmando que mesmo sendo uma “[...] fidalga fez-se plebeia, a nobre filha do poderoso Sr. de Villar perdeu seus foros e não é mais do que a humilde e pobre

noiva de um homem obscuro [...]” (Castro, 2000, p. 112). A jovem renegava os fidalgos como seus irmãos e lembrava todas as maldades que estes cometeram contra ela:

[...] Abandonada por vós fui, na minha orfandade em terra estrangeira; tivestes a crueldade de me condenar ao isolamento; a mim, pobre criança, que contava apenas onze anos! Dois corações caridosos me tomaram em sua afeição [...] lembraste-vos de mim, quando por cálculos de vosso interesse me quisestes vender a títulos, pompas e riquezas sem número, que vinham encher o vosso orgulho [...] Nem um momento, a felicidade do meu coração veio lembrar-vos que a mulher vendida no casamento, nem sempre acha ventura no ouro de seu preço [...] (Castro, 2000, p. 112).

Nas palavras de Narcisa percebemos a sua revolta contra os irmãos que a abandonaram aos cuidados de outras pessoas que ela nem conhecia. A autora novamente coloca na fala da protagonista uma crítica à hipocrisia da sociedade que tratava a mulheres como fardos ao denunciar o abandono familiar mesmo entre pessoas nobres e a mulher era sempre tida como um ser inferior e indigna de afeto e cuidado. Em seu último gesto de rebeldia Narcisa procurava mostrar que não eram apenas o ouro e o poder que deveriam interessar a uma pessoa/mulher.

Após as árduas palavras proferidas pela moça seus irmãos ficaram chocados e com mais ódio quando D. Martim de Villar começou a insultá-la: “[...] Mulher infame, que barateaste pelo vil preço da desonra o nome ilustre de teus pais! eu te acompanharei, mas será para fazer do teu indigno cadáver o pasto dos abutres [...]” (Castro, 2000, p. 113). No entanto, mesmo ante a ameaça proferida pelo irmão Narcisa não se intimidou: “[...] os laços que me prendiam ao círculo em que nasci, estão quebrados para sempre [...]” (Castro, 2000, p. 113). A jovem enfrentava os irmãos para compartilhar a mesma sorte reservada ao indígena Leonardo: a morte inevitável em nome de algo bem maior que os interesses dos irmãos.

Narcisa não conseguiu impedir que os irmãos avançassem contra Leonardo começando uma luta desigual dos quatro homens contra o jovem durante algum tempo o rapaz resistiu “[...] sem armas, somente guiado pela sua coragem, e pelo desejo de viver para o amparo do anjo que adorava, não podia por muito tempo vencer os golpes de mãos adestradas ao jogo das armas [...]” (Castro, 2000, p. 114). Em um momento de descuido do indígena os quatro homens “[...] lançaram-se a ele e o derrubaram com quatro cutiladas que o traspassaram de um lado a outro [...]” (Castro, 2000, p. 114). Apesar disso Leonardo ainda encontrou forças para acertar uma pedra no crânio do coronel Pedro Paulo e em seguida os dois corpos caíram no chão, sendo o fim do embate entre os pretendentes de Narcisa ambos mortos pela sede de vingança e ambição dos senhores de Villar.

Ao final a narradora relata também o assassinato de Narcisa pelos irmãos “[...] com as próprias tranças de seus negros cabelos a sufocam... Sem muito esforço dos malvados, a donzela caiu sem vida, como a tenra avezinha é esmagada pelas patas do quadrúpede! [...]” (Castro, 2000, p. 121). O casal pagou o preço mais alto pela transgressão de uma conduta social na qual uma mulher branca jamais poderia se unir a um homem indígena, confirmando assim, a impossibilidade de união entre as duas raças como algo inaceitável mesmo na ficção, visto que

[...] nem mesmo no plano imaginário a sociedade brasileira parece disposta a construir uma nação mais plural. O mito da democracia racial sai arranhado quando se chama para o debate outro elemento, o patriarcalismo. Dito de maneira rude, nossa pátria racial é capaz de aceitar o caldeamento entre brancos e índias, jamais entre brancas e índios. Da mesma maneira, aceita-se a relação entre brancos e negras, mas dificilmente entre negros e brancas (Graça, 1998, p. 34).

Conforme as palavras do estudioso se pode constatar que a sociedade brasileira do período colonial além de extremamente racista era ainda mais cruel quando se tratava do sexo feminino sendo incapaz de aceitar que uma mulher branca se relacionasse com um indígena ou um negro. A regra pesava muito mais se fosse à mulher que decidisse viver um relacionamento fora dos “padrões sociais” e em se tratando da narrativa o desfecho dos protagonistas nos confirma que “[...] o romance indianista brasileiro tende a reservar um fado cruel aos personagens indígenas, sejam eles de que gênero forem, épicos, trágicos [...] a morte parece o único destino possível para o herói indígena [...]” (Graça, 1998, p. 146). A autora traz para sua obra um retrato da sociedade do século XIX sobre o destino dos povos indígenas e das mulheres que contrariavam as regras sociais estabelecidas eram presas ou mortas.

Porém, ainda que a autora tenha adotado na sua narrativa um retrato mais próximo ao que ocorria na sociedade quando uma mulher ousava desobedecer à ordem dos homens da família era punida como ocorreu com Narcisa, no entanto essa conduta dos irmãos é reprovada pois eles receberam a justa punição e Ana Luísa não deixa impune os crimes dos senhores de Villar que ao seu modo cada um dos vilões recebeu o merecido castigo morrendo tragicamente:

D. Martim de Villar morreu de uma moléstia desconhecida. Um verme que se criou no nariz desse ambicioso, o matou cheio de sofrimentos [...]. Seu irmão, D. José de Villar, foi acometido de melancolia. Um dia viram-no deixar a casa taciturno e pálido, e nunca mais a ela voltou. [...] D. Luís [teve] um ataque apoplético [...] e quando esperavam que sua saúde ia restabelecer-se foi atacado de alienação [...] e depois de muito trabalho o encontraram morto, inteiramente desfigurado, com corpo cheio de dentadas de animais (Castro,

2000, p. 123).

A punição dos antagonistas pode ser entendida como uma forma de a autora fazer justiça aos povos indígenas nas pessoas de Efigênia e Leonardo e as mulheres representadas por Narcisa que sofreu com todo autoritarismo e machismo por parte dos colonizadores na narrativa. A escritora por meios desse desfecho dos irmãos malvados reprova suas condutas, pois sendo eles os mantenedores dos preconceitos raciais, sociais e de classe no romance, não passaram ilesos pelas injustiças cometidas. Assim, Ana Luísa de Azevedo Castro vale-se do amor entre os protagonistas para criticar a estrutura social vigente na narrativa na qual as relações conjugais eram consideradas transações comerciais e as mulheres apareciam como mero instrumento de comercialização.

No romance os indígenas foram exaltados em uma narrativa escrita por uma mulher que teve a coragem de enfrentar os convencionalismos de sua época para dar voz e destaque aqueles que sempre ocuparam as margens da história: as mulheres e os povos indígenas “[...] aliadas, aparecem as denúncias ao machismo e ao racismo. A escritora escolhe os oprimidos como sua principal temática: a mulher e o índio [...]” (Muzart, 2000, p. 13). Na opção da autora em dar destaque as mulheres notamos que ela procura dar visibilidade àqueles que estiveram à margem da sociedade colocando-os como protagonistas de um enredo que demonstra a força desses dois grupos que lutaram para terem seus direitos assegurados.

Para vários estudiosos a obra é considerada um romance indianista por adotar uma abordagem que em diversos momentos está baseada nos moldes do indianismo romântico do período. Há outros episódios da narrativa em que temos também uma perspectiva indigenista, principalmente, no que se refere ao tratamento dado aos colonizadores: a crítica enfática à colonização, as denúncias de maus-tratos aos indígenas, a exploração, os abusos sexuais contra a indígena Efigênia, a violência com que eram tratados e a exposição do racismo, demonstram como Ana Luísa também estava comprometida em trazer esses temas para sua obra, como observamos ao longo do romance a autora busca evidenciar tais situações que se passavam nas colônias brasileiras.

Por fim, se a linguagem tem uma profunda relação com o sujeito que a produz, no caso da escrita produzida por mulheres “[...] quando articulam um discurso, este traz a marca de suas experiências, de sua condição; práticas sociais diferentes geram discursos diferentes [...]” (Xavier, 1991, p. 13). O discurso da mulher escritora leva em conta sua vivência, sua maneira de ver o mundo a partir de um lugar, secularmente, à margem de onde as mulheres procuraram falar contra submissão do sexo feminino à ordem social vigente ao se posicionar contra a

exclusão e o confinamento conforme notamos na narrativa escrita por Ana Luísa de Azevedo Castro uma das várias escritoras que permaneceram na invisibilidade canônica por tanto tempo silenciada pelo machismo daqueles que sempre disseram o que podia ser escrito e publicado.

Apesar desse contexto algumas mulheres conseguiram romper essa opressão e tiveram suas obras publicadas não sem polêmicas e perseguições como aconteceu com a escritora peruana Clorinda Matto de Turner que trinta anos após a publicação de *D. Narcisa de Villar* (1859) publicou o romance *Aves sin nido* (1889) abordando a temática indígena que analisaremos no capítulo seguinte desta dissertação.

## 4 AS MULHERES INDÍGENAS NO ROMANCE *AVES SIN NIDO*, DE CLORINDA MATTO DE TURNER

O presente capítulo é dedicado à análise do romance *Aves sin nido* (1889) da escritora peruana Clorinda Matto de Turner. Na primeira seção apresentamos algumas características do movimento indigenista na obra. A partir do segundo momento observamos o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade colonial peruana e na terceira parte do capítulo nos detemos às personagens indígenas da obra e como suas vidas são marcadas pela ambição, e, conseqüentemente a violência por parte dos poderosos e autoridades do povoado, colocando essas mulheres na base da exclusão social. Por fim, na última seção analisamos como os processos de colonização e exploração podem se apresentar de diversos modos e por instâncias distintas da sociedade tendo a violência como instrumento para consolidação dos seus poderes.

### 4.1 TRAÇOS DO INDIGENISMO NO ROMANCE *AVES SIN NIDO*

Como observamos anteriormente o indigenismo se configura como um movimento mais amplo em relação às questões sociais e culturais dos povos indígenas, a partir disso entendemos que sua perspectiva está mais próxima à situação real vivenciada pelos indígenas. Para além de uma corrente literária o indigenismo no Peru foi uma atividade política e social preocupada com as condições de vida, o território e a preservação das tradições dos povos originários,

Como otros movimientos similares, el indigenismo peruano se define por su voluntad de “volver a las raíces” y revalorizar las tradiciones autóctonas y las peculiaridades nacionales. Evidentemente en el área andina, y concretamente en el Perú, esa búsqueda de la identidad diferencial tenía que acudir el indígena como fuente de creación artística y de reflexión científica e ideológica [...] (Cornejo Polar, 2005, p. 29).

Notamos que a obra de Clorinda Matto traz esse viés de crítica aos colonizadores ao apresentar uma imagem dos povos indígenas como sendo uma nação exemplar e que deveria ser valorizada e respeitada ao mesmo tempo em que denuncia as condições degradantes vivenciadas, como um panorama que traz a paisagem andina como referência e com isso a autora conclama a simpatia aos indígenas que lutam pelos seus direitos. Esses são alguns aspectos que observamos no romance *Aves sin nido* (1889) na edição<sup>4</sup> de 2004 adotada por nós

---

<sup>4</sup> O critério de adoção dessa edição se deu por ser a única que conseguimos fazer a compra da edição física, pois a

nessa pesquisa.

A narrativa se passa no povoado fictício de Kíllac no Peru onde vivem indígenas, pessoas da sociedade não indígenas e autoridades locais: políticos, gente da alta sociedade e religiosos que são os antagonistas da obra. Como protagonistas temos a família indígena formada pelo casal Juan Yupanqui e Marcela e suas duas filhas Margarita e Rosalía; o casal don Fernando Marín e sua esposa Lucía; temos também Manuel, jovem estudante de direito e “filho” do governador de Kíllac. Logo no início da obra no Proêmio a autora destaca a importância do gênero romance e da literatura para recontar a história de um povo e denunciar os vícios e desvios de conduta das autoridades.

Clorinda Matto destaca que nos países latino-americanos como o Peru seu romance poderá contribuir para que se observassem as condutas das autoridades: “[...] ¿Quién sabe si después de doblar la última página de este libro se conocerá la importancia de observar atentamente el personal de las autoridades, así eclesiásticas como civiles, que vayan a regir los destinos de los que viven en las apartadas poblaciones del interior del Perú? [...]” (Matto de Turner, 2004, p. vii). Desde o início da narrativa a autora defende uma conduta justa e coerente por parte das autoridades em relação aos indígenas, portanto a obra tem o objetivo de tornar evidente os crimes cometidos contra os indígenas. A escritora entendia o poder da escrita e por meio da literatura buscou atrair a simpatia dos leitores para a situação dos indígenas e denunciar as injustiças cometidas pelas autoridades. Ainda no Proêmio Clorinda Matto declara sua admiração aos povos indígenas e o conhecimento que tinha sobre suas tradições devido à convivência com os nativos como podemos ler nas suas palavras:

Amo con amor de ternura la raza indígena, por lo mismo que he observado de cerca de sus costumbres, encantadoras por su sencillez, y la abyección a que someten esa raza aquellos mandones de villorrio, que, si varían de nombre, no degeneran siquiera del epíteto de tiranos. No otra cosa, son, en lo general, los curas, gobernadores, caciques y alcaldes (Matto de Turner, 2004, p. viii).

A autora evidencia a quais autoridades se refere e faz questão de demonstrar sua indignação com as condutas dessas pessoas que ocupam cargos altos mas são incapazes de qualquer atitude em favor dos povos andinos do Peru. Clorinda Matto apresenta características dos indígenas como a simplicidade e outros costumes encantadores em oposição à tirania e opressão das autoridades do país que os perseguiram.

---

maior parte das que encontramos estava disponível apenas a versão digital do romance e como queríamos o livro físico optamos por essa. Um detalhe que reforça a dificuldade de acesso a obra é que tivemos bastante dificuldade para adquiri-la, foram meses procurando até encontrar essa edição em espanhol, como era nosso objetivo em trabalhar com a obra em espanhol, a língua em que foi escrito pela autora.

O romance de Clorinda Matto pode ser lido como uma vertente indigenista na sua defesa enfática aos indígenas e na reprovação a conduta dos poderosos do local. Como vimos desde o Proêmio a autora demonstra sua reprovação ao modo que os povos indígenas eram tratados. No primeiro capítulo do romance se apresentam críticas a hipocrisia e a vida imoral que levavam os religiosos, especificamente, um antigo bispo do local chamado don Pedro de Miranda y Claro de “[...] quien la gente deslenguada hace referencias no santas, comentando hechos realizados durante veinte años que don Pedro estuvo a la cabeza de la feligresía [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 01). A narradora indica que a maior autoridade religiosa do povoado não era uma pessoa que agia como deveria sendo um sacerdote. O bispo Claro estava envolvido em muitas coisas reprováveis dentre elas o fato de ter uma vida repleta de luxo e mordomias enquanto explorava a população mais simples como também a cumplicidade nos atos de corrupção praticados pelas demais autoridades locais.

Podemos perceber que são muitas as formas de opressão seja pelo poder financeiro, religioso ou familiar nesse cenário a violência seguia sendo o modo que os poderosos utilizavam para consolidar a exploração contra os indígenas. A partir disso se “[...] desorganiza o universo dos ameríndios, antes de eliminá-lo completamente. Introduce a exploração da mão de obra no mundo indígena [...] transfigura-lhe o *habitat* [...]” (Mendonça, 2012, p. 100). Essa imagem de destruição dos indígenas está presente na obra à medida que eles se convertem em escravos perdendo também suas crenças e professando a fé imposta pelos opressores.

A adoção da fé cristã pelos indígenas pode ser percebida na fala de Marcela em conversa com Lucía Marín que tinha chegado há pouco tempo em Kíllac com seu marido don Fernando Marín. A indígena suplica em nome da Virgem Maria informando que ela e Juan precisavam pagar o imposto às autoridades e não tendo o dinheiro Marcela pedia ajuda à esposa de don Fernando:

— *En nombre de la Virgen, señoracha*, ampara el día de hoy a toda una familia desgraciada. Ese que ha ido al campo cargado con las *cacharpas* del trabajo, y que pasó junto a ti, es Juan Yupanqui, mi marido, padre de dos muchachitas. ¡Ay *señoracha!*, él ha salido llevando el corazón medio muerto, porque sabe que hoy será la *visita del reparto*, y como el cacique hace la faena del sembrío de cebada, tampoco puede esconderse porque a más del encierro sufriría la multa de ocho reales por la *falla*, y nosotros no tenemos plata (Matto de Turner, 2004, p. 04).

No primeiro encontro entre as protagonistas o relato de Marcela nos ajuda a entender que os indígenas estavam em uma situação difícil. Obrigados a contrair o empréstimo (*reparto*)

e passado o prazo não tendo como pagar o preço ficaria mais alto como ocorre com a família de Marcela, pois algum tempo depois dessa conversa ela é informada que os cobradores levaram sua filha mais nova Rosalía como garantia.

Esse fato deixa Lucía e don Fernando chocados ao ouvirem o relato de Marcela já que eles eram novos no povoado e não conheciam esse tipo de prática local: “[...] — Como tú no eres de aquí, *niñay*, no sabes los martirios que pasamos con el cobrador, el cacique y el *tata cura*, ¡ay!, ¡ay! [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 05). A denúncia de Marcela relata os abusos que os indígenas sofriam das três autoridades locais: agentes do governo, da Igreja e inclusive o próprio cacique que mesmo sendo indígena em troca de vantagens se aliava aos governantes para perseguir seus próprios parentes. A situação precária que se encontrava a família Yupanqui pode ser entendida a partir da

[...] dependência econômica, fruto do problema agrário da terra e da exploração da mão de obra, o indígena camponês ocupa um lugar fragilizado na sociedade. Ao reconhecer esta situação, os homens ditos de poder, clérigos, governantes e latifundiários, abusam ainda mais desse sujeito através dos empréstimos que são cobrados futuramente com juros altos [...] (Rigon, 2020, p. 61).

Além do abuso econômico submetido às famílias indígenas pela dependência e exploração que eram vítimas as mulheres também estavam sujeitas às violências sexuais. Conforme percebemos na personagem Marcela ao contar a Lucía que iria prestar “serviços gratuitos” na casa paroquial, ainda que não explicita claramente a denúncia a indígena temia muito por ter que ir pois como estava com a dívida teria que “[...] entrar de *mita* a la casa parroquial, dejando mi choza y mis hijas, y mientras voy, ¿quién sabe si Juan delira y muere? ¡Quién sabe también la suerte que mí espera, porque las mujeres que entran de *mita* salen... mirando al suelo! [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 05). Marcela sabia que as mulheres indígenas que trabalhavam na casa paroquial eram obrigadas a servirem aos padres como amantes, por isso temia tanto. Essa situação colocava a mulher em condição de escrava das autoridades da Igreja e a religião contribuía para reforçar a superioridade masculina em detrimento das mulheres

Esa Iglesia que venera a María desprecia a las mujeres [...] no por efecto del credo religioso sino porque está conformada por un clero misógino que no ocultó su hostilidad contra las mujeres. Desprecio amparado en una supuesta superioridad de los hombres que les permite asumir a sus esposas como una suerte de esclavas, “un utensilio doméstico”, envileciendo así la relación

marital. En el colmo del rebajamiento moral, las víctimas pierden hasta la conciencia de su lamentable condición, no abrigan ni el deseo de sacudir el yugo ignominioso (Guardia, 2013, p. 232).

De acordo com as palavras de Guardia (2013) a Igreja foi uma das principais responsáveis por legitimar a opressão das mulheres e os religiosos se amparam na suposta superioridade do homem para tornarem as mulheres suas escravas, isso foi feito de um modo que parecesse tão “natural” que muitas mulheres não se deram conta do quanto estavam sendo oprimidas e usadas. Além dos direitos eles perderam também a consciência da situação de dominação a que estavam subjugadas. Ainda que as indígenas fossem os principais alvos da misoginia do Clero elas não eram as únicas a sofrer abusos dos religiosos pois no romance a narradora também apresenta relatos de abusos sofridos por mulheres de famílias nobres que diante do machismo social e do medo não ousavam fazer qualquer tipo de denúncia contra os religiosos.

A personagem Lucía toma a iniciativa de ajudar Marcela diante da situação de dívida e com sua perspicácia convoca uma reunião com os credores da indígena em sua casa para intervir em favor da família Yupanqui. No entanto, ao ter contato com os algozes de Marcela Lucía logo percebe suas intenções conforme nos relata a narradora ao descrever as impressões da mulher sobre o padre Pascual:

Su edad frisaba en los cincuenta años, y sus maneras acentuaban muy seriamente los temores que manifestó Marcela cuando habló de entrar al servicio de la casa parroquial, de donde, según la expresión indígena, las mujeres salían *mirando al suelo*. [...] Para un observador fisiológico el conjunto del cura Pascual podía definirse por un nido de serpientes lujuriosas, prontas a despertar al menor ruido causado por la voz de una mujer (Matto de Turner, 2004, p. 11).

Na descrição percebemos a conduta reprovável do padre Pascual e como seu comportamento destoava do que era esperado de uma autoridade religiosa. Essa postura é reprovada pela narradora ao confirmar as denúncias de Marcela quanto aos abusos e assédios que sofriam as mulheres indígenas que prestavam serviços na paróquia de Kíllac. Ainda no que se refere aos antagonistas temos também a figura do governador de Kíllac don Sebastián que se enfurece com o pedido de Lucía em favor dos indígenas:

— ¿Conque Juan, eh? Francamente, ya veremos si vuelve a tocar *resortitos* el pícaro indio – continuó don Sebastián pasando por alto las palabras de Lucía,

y con cierta sorna amenazante que no pudo pasar inadvertida para la esposa de don Fernando, cuyo corazón tembló de temor. Las cortas frases cambiadas entre ellos habían puesto en transparencia el fondo moral de aquellos hombres, de quienes nada debía esperar, y sí temerlo todo (Matto de Turner, 2004, p. 13).

A conduta das autoridades é condenável ao apontar a normatização da exploração dos indígenas quando confrontados por uma mulher os poderosos consideram absurda a cobrança por justiça, principalmente, por se tratar de uma forasteira recém-chegada à cidade que não deveria se interferir nos “costumes” locais, pois para os poderosos os indígenas eram malandros e preguiçosos e não teriam nenhum tipo de benefício. Este enfrentamento da personagem Lucía às autoridades também pode ser entendido como um traço do indigenismo que convoca à luta e ao desmascaramento dos crimes cometidos contra os indígenas. Diante desse cenário se nota que o romance indigenista busca compreender essa luta para além do universo indígena desnudando esse conflito que tem como base uma cultura que normaliza a subordinação dos nativos,

[...] la novela indigenista (y el indigenismo como totalidad) no debe comprenderse en relación exclusiva con el mundo indígena, como la revelación o el esclarecimiento de esa realidad o como la reivindicación de sus intereses sociales y la revalorización de su cultura: tiene que comprenderse, más bien, como un ejercicio cultural que se sitúa en la conflictiva constitución (Cornejo Polar, 2005, p. 69).

Nessa perspectiva de compreensão da condição dos indígenas a partir de uma novela indigenista podemos entender que a atitude de Lucía não agradou as autoridades de Kíllac, uma vez que ela expôs a hipocrisia dos poderosos do povoado no tratamento aos indígenas e a insatisfação ao serem confrontados pode ser percebida na fala de don Sebastián em conversa com o padre Pascual:

[...] — No faltaba más, francamente, mi señor cura, que unos foráneos viniesen aquí a ponernos reglas, modificando costumbres que desde nuestros antepasados subsisten, francamente [...] Y deles cuerdas a estos indios, y mañana ya no tendremos quien levante un poco de agua para lavar los pocillos [...] (Matto de Turner, 2004, p. 20).

As palavras do governador ressaltam sua condução criminosa plenamente normalizada pelas demais autoridades principalmente pelo padre que corrobora as opiniões de don Sebastián: “[...] — ¡Querer que se supriman los repartos, diciendo que es injusticia!; ¡ja! ¡ja! ¡ja! — contestó

el cura riendo con sorna y arrojando el pucho del cigarro, que había consumido en unos cuantos chupones de aliento [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 20). Por meio das falas do governador e do padre se evidenciam seus comportamentos criminosos e a certeza da impunidade naturalizando suas condutas imorais em relação aos indígenas.

Assim, através de uma obra de ficção a autora advoga em favor dos indígenas mostrando que seu romance traz uma perspectiva indigenista de denúncia e crítica à posição adotada pelos colonizadores locais. A crítica da narrativa está representada nas figuras do governador e do padre, respectivamente, as autoridades política e eclesiástica que deveriam combater as injustiças, no entanto, eram os primeiros a praticá-la sem a menor preocupação. Essa postura de Clorinda Matto em seu romance pode ser entendida como um testemunho real da situação dos povos indígenas do Peru pois

[...] La novela indigenista no es sólo un testimonio literario más o menos certero o más o menos “interno”, del mundo indígena; más que eso, aunque obviamente también siéndolo de algún modo, la novela indigenista es la representación literaria más exacta del modo de existencia del Perú (Cornejo Polar, 2005, p. 69).

A partir disso a narrativa de Clorinda Matto se distânciava de algumas perspectivas canônicas que apresentavam o colonizador como amigo dos indígenas ou ainda como seus protetores. No romance *Aves sin nido* a autora optou por expor as fraturas desse processo colonizatório mesmo que a obra se situe no contexto posterior ao período colonial. As estratégias de dominação e exploração dos indígenas ainda eram as mesmas mudaram os colonizadores, no entanto, o processo continuava vigente negando aos indígenas os seus direitos subjugados sob a tutela dos governos e da Igreja. Nesse contexto Clorinda Matto com uma posição de indigenista combativa utilizou sua literatura para nos apresentar através de um recorte fictício como os povos latino-americanos eram tratados e a precariedade que viviam.

Diante dessa realidade a autora escolhe os vencidos como os heróis de seu romance e são eles que lutam por justiça e buscam incansavelmente seus direitos. As principais aliadas dos povos indígenas no romance são as mulheres, muitas vezes estereotipadas como fracas e submissas mas as personagens femininas da autora peruana não seguem essa perspectiva de debilidade propagada pelo patriarcado. A condição de submissão feminina não é algo novo ainda é bastante recorrente na sociedade e pode ser explicada entre outras razões pelo fato de a mulher ter sido imposta a condição de ser o Outro,

Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana (Beauvoir, 2009, p. 34).

Neste sentido apesar de essa situação objetificada ser uma realidade imposta a muitas mulheres do século XIX as personagens do romance fogem a essa determinação de ser outro buscando a libertação de modo a transcender essa objetificação imposta pelo patriarcado a partir de uma tomada de consciência e de uma atitude de enfrentamento a essa situação. Um exemplo dessa transcendência ocorre quando Marcela toma a iniciativa de denunciar sua situação a Lucía que se propõe a enfrentar os poderosos de Kíllac e devolver a liberdade à indígena e a sua família.

#### 4.2 O PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE COLONIAL: SUBMISSÃO E RESISTÊNCIA

O romance de Clorinda Matto de Turner apresenta desde as primeiras páginas uma perspectiva que foge à tradição canônica sobre a literatura do período colonial pois a autora elenca como protagonistas de sua obra as mulheres tanto indígenas quanto não indígenas e são elas que fazem o enredo caminhar, suas ações desencadeiam os conflitos se opondo aos poderosos do povoado e contrariando o papel social designado a elas pela sociedade patriarcal. Algumas mulheres na obra de Clorinda Matto fogem à regra de uma suposta submissão feminina e enfrentam seus algozes pois a autora estava comprometida com a defesa dos direitos das mulheres à medida que questiona suas relações sociais com os homens na obra com a iniciativa de uma

[...] reconstrucción del pasado femenino supone un cambio de paradigma, reformular las categorías del análisis histórico, y por lo tanto reescribir la historia desde una alternativa contestataria con nuevos modelos interpretativos. En buena cuenta, asumir la historia social desde una dimensión que considere que las relaciones entre los sexos son construcciones sociales, y que por lo tanto las relaciones desiguales entre hombres y mujeres son producto de ciertos mecanismos que expresan las contradicciones inherentes a toda formación social (Guardia, 2005, p. 20).

Segundo a estudiosa é preciso observar as questões sociais que permeiam a sociedade

como por exemplo a relação desigual entre homens e mulheres é uma construção social e não pode ser entendida como natural ou biológica. Além disso, as mulheres da narrativa fogem a imagem de vítimas passivas do machismo personificado nos homens poderosos (políticos e religiosos).

Algumas conseguem fazer esse enfrentamento diretamente pelo conhecimento ou pela posição social outras se mantêm mais submissas por medo pois aprenderam que deveriam ser assim, mas de algum modo ao longo da narrativa todas enfrentaram seus algozes. Para melhor exemplificar esse enfrentamento elencamos três grupos: o primeiro é composto pelas mulheres mais oprimidas dentro da narrativa, o segundo formado pelas mulheres que não aceitam a submissão e enfrentam os opressores e, por fim, o terceiro com as mulheres que projetam na educação um modo de superação dessa opressão.

Neste contexto as mulheres que fazem parte do primeiro grupo são: dona Petronila, Melitona, Marcela (indígena) e Martina (indígena). Dona Petronila a esposa do governador local é descrita pela narradora como “[...] el tipo de la serrana de provincia, con su corazón tan bueno como generoso, pues que obsequia a todo el mundo, y derrama lágrimas por todo el que muere, conózcalo o no [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 30). Por meio da fala da narradora percebemos que dona Petronila é uma mulher bastante generosa e mais passível a ter um comportamento submisso ante a sociedade e a família e essa será sua conduta durante a narrativa, casada com um homem ambicioso e sem muita instrução é captada pela ideologia patriarcal para ser uma boa esposa e uma dedicada dona de casa. Em determinado momento a narradora lamenta a falta de uma educação adequada para dona Petronila “[...] con educación esmerada, habría sido una notabilidad social, pues era una joya valiosa perdida en los peñascales de Kíllac [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 30). A citação retrata a defesa da autora à instrução feminina visto que Clorinda Matto acreditava que por meio do acesso à educação as mulheres poderiam mudar suas realidades principalmente se conscientizarem do seu lugar no mundo.

No entanto, a personagem retratada pela autora é mais uma das mulheres que não tiveram acesso à educação vivendo um relacionamento abusivo que lhe negava esse direito. Nesta perspectiva dona Petronila também enfrentava o machismo dentro casa, podemos perceber isso em uma das passagens da narrativa que retrata a cena de uma agressão física que ela sofreu do marido por contrariar sua forma de pensar: “[...] — ¡Mujer de los diablos...! Aura no... Francamente, ¡nadie me ensilla...! [...] — Nadie me manda, ¿eh? [...] Y cayó otra silleta junto a doña Petronila, que huía el cuerpo de un lado a otro, enjugando sus lágrimas con el extremo de su pañolón [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 95). Na cena descrita don Sebastián chega embriagado e discute com dona Petronila depois a agride. Durante a vida ela viveu uma

relação de submissão e humilhações em uma posição subalterna e sua voz foi silenciada pelo marido, pela Igreja e pela sociedade.

Outra mulher que também é maltratada e objetificada é Melitona uma das amantes do padre Pascual que aparece poucas vezes na obra e sempre é tratada com palavras negativas que rementem à imagem da mulher pecadora que levava o homem ao mau caminho: “[...] — Calle, mujer de mis pecados – contestó el cura con ira manifiesta golpeando el suelo con el pie. [...] ¡Calla, demonio! [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 50). Pelo tom das palavras do padre notamos que Melitona é apenas mais uma que ele usa para satisfazer seus desejos sexuais.

Além disso, o padre atribui à Melitona a culpa por sua conduta errada e pecadora já que ele como sacerdote não deveria manter essa postura ao invés de assumir o erro ele culpa a mulher. Em outro momento padre Pascual a utiliza como “isca” para descobrir o que deseja saber “[...] — Vete, pues, Melitonita; tú que eres mujer debes ser harto de curiosa; infórmate de lo que en realidad ha pasado anoche en este vecindario [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 53). Novamente a mulher é estereotipada como “curiosa e intrometida” e por isso conseguiria descobrir o que ele desejava saber.

Uma das protagonistas da narrativa a indígena Marcela também ocupa muitas vezes esse lugar de submissão ainda que seja dela a atitude de pedir ajuda a Lucía e denunciar os abusos cometidos pelas autoridades ao casal Marín. Podemos perceber esse comportamento mais submisso de Marcela durante um diálogo com o padre Pascual que é extremamente desrespeitoso: “[...] — Y tú, roñona [farsante], ¿cuándo haces *la mita*? ¿No te toca ya el turno? [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 31). O modo como o padre Pascual trata Marcela é muito grosseiro se referindo a ela com adjetivos machistas em um total desprezo pela mulher ao sugerir que ela venha “servir” a casa paroquial e passe a ser sua amante, mesmo sendo casada, na perspectiva do padre abusador ela é apenas mais um corpo a ser violado para satisfazer seus desejos e essa é mais uma forma de oprimir e subjugar as mulheres indígenas como ocorria desde a chegada do europeus ao continente americano.

Es desde este punto de vista que se debe ver la violación de las mujeres indígenas, como un tipo violento de conducta que tiene el propósito de subyugar y oprimir [...] la violación de las mujeres indígenas era una parte integrante del impulso de sujeción que caracteriza toda conquista (Guardia, 2013, p. 79).

Essa sujeição de Marcela ao longo da narrativa acaba fazendo dela uma das primeiras vítimas da vingança dos poderosos de Kíllac. Em gratidão ao casal Marín que empresta o

dinheiro para resgatar a filha “sequestrada” pelas autoridades a indígena e seu marido Juan enfrentam os bandidos que foram contratados pelas autoridades para executar Lucía e don Fernando visto que o casal havia se tornado um obstáculo aos planos de poder e dominação do governador e do padre sobre os indígenas locais. Tal atitude será punida, no entanto, as vítimas acabam sendo os Yupanqui:

El primer cadáver que encontraron fue el de un indio, a cuyos pies estaba una mujer bañada también en sangre y lágrimas, gritando con desesperación:  
— ¡Ay! ¡Han muerto a mi marido! ¡Habrán muerto también a mis protectores!  
Juan y Marcela acudieron desde los primeros tiros en auxilio de la casa de don Fernando.  
Juan cayó traspasado por una bala que, entrándole por el pulmón derecho, salió rompiendo la segunda costilla y rozando el hígado. Marcela, con una herida también de bala en el hombro, arrojaba un chorro de sangre, y junto a ella yacían tres cadáveres de indios indefensos (Matto de Turner, 2004, p. 52).

Com a descrição do assassinato de Juan e demais indígenas percebemos que são deles as primeiras vidas a serem sacrificadas para ampliar o poder daqueles considerados os grandes notáveis de Kíllac: o governador don Sebastián e o padre Pascual mandantes do atentado. No entanto, o plano não saiu como o previsto e os indígenas foram os que pagaram com suas vidas pela lealdade ao homem branco. Apesar de ter sobrevivido num primeiro momento no decorrer da obra a indígena Marcela acaba morrendo também devido a complicações por conta dos ferimentos.

O atentado não resultou somente em problemas para a família Yupanqui, do lado dos algozes era tramado entre eles para culpar outros indígenas pelo ocorrido e o escolhido foi o sineiro Isidro Chiampí casado com Martina, que vendo seu marido preso pelos fatos passados resolveu pedir ajuda aos poderosos da cidade para soltar Isidro. Porém, eles a enganaram e não pensavam em fazer nada para tirar o indígena da cadeia como podemos averiguar nos seus comentários:

[...] — Ratón, caíste en la ratonera — díjose riendo Escobedo, y en seguida se preparó para ir en busca de Estéfano Benites, para comunicarle el negocio que había arreglado, de que partirían por mitad, dejando las cuatro vaquillas exentas del embargo decretado, pues aparecerían como propiedad de Escobedo o de Benites [...] (Matto de Turner, 2004, p. 110).

A fala pejorativa dos comparsas de don Sebastián demonstra como Martina também é

mais uma mulher oprimida pelo machismo e acaba sendo explorada e usada pelos homens que detêm o poder em Kíllac. Sua palavra não tinha valor para eles, mesmo a mulher acreditando que essas pessoas eram seus aliados e poderiam lhe ajudar em um momento de aflição fato que não se confirma visto que ela perdeu as vacas e o marido seguiu preso.

Contrapondo essa imagem de submissão ou manipulação temos o grupo das mulheres que vão para o embate direto contra os opressores: uma dessas figuras é a personagem Lucía que não se omite vendo a injustiça com a família de Marcela: “[...] Después de su entrevista con Marcela, Lucía se entregó a combinar un plan salvador para la situación de la pobre mujer, que era hartó grave, atendidas sus revelaciones [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 09). A personagem Lucía estava empenhada em fazer justiça agindo para impedir que a tirania das autoridades permanecesse ditando as regras em Kíllac mesmo sofrendo represálias ela não se intimida. Um dos momentos mais emblemáticos desse enfrentamento ocorre durante o velório de Marcela onde estão presentes os responsáveis pela morte da indígena e seu marido, nesse momento em uma conversa don Sebastián tenta apaziguar os ânimos, porém, Lucía expõe a hipocrisia do governador e denuncia às consequências do crime cometido por ele e seus comparsas:

- El error también tiene remedio, francamente, mi señora — aventuró a decir don Sebastián.
  - Es claro, cuando ese error no ha traspasado los dinteles de la eternidad, don Sebastián; tenemos siete heridos, cuatro muertos y la desventurada Marcela próxima a expirar, dejando a sus hijas, en suma, huérfanas, viudas...
  - ¿De qué modo rectificará ustedes esos errores? — preguntó Lucía [...].
- Don Sebastián se tapó la cara con ambas manos como un niño [...] (Matto de Turner, 2004, p. 69).

Lucía confrontava o governador e não temia em apontar os crimes dos poderosos na frente de todos, ao mesmo tempo percebemos também o desespero de don Sebastián ao ser denunciado publicamente já que ele não esperava que justamente uma mulher tivesse a coragem de demonstrar que conhecia os culpados pelas mortes. Lucía se colocou a favor dos indígenas que foram as vítimas do atentado à sua casa e desejava que os criminosos fossem punidos.

Ao longo da história aparece outra mulher também muito forte e perspicaz: a jovem Teodora que não aceitou o assédio do juiz Paredes um homem disposto a tudo para tê-la como sua amante apesar da moça não demonstrar nenhum interesse em corresponder. A jovem arquitetou um plano para fugir do assediador e conseguiu engana-lo saindo de casa com a ajuda do pai que ela convenceu a ajudá-la a enfrentar o tirano: “[...] — ¡Cataplum! Teodora, hablas como el misal de la parroquia — interrumpió el viejo deteniendo el caballo, y agregó con sonrisa

maliciosa —: Lo cierto es que las mujeres se pintan para urdir estos lances [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 120). Pelas palavras do pai de Teodora elogiando o plano de fuga percebemos o quanto ela foi corajosa em não ceder ao assédio e enfrentar o juiz da cidade que mais adiante perceberá o engano, porém, nada poderá fazer pois Teodora estará longe e segura.

No terceiro grupo de mulheres estão as duas jovens indígenas Margarita e Rosalía as filhas do casal Yupanqui que representam também uma terceira geração de mulheres na narrativa. As moças têm na educação a possibilidade de um destino mais justo e menos abusivo do que as mulheres das gerações anteriores e na impossibilidade do casamento com Manuel a jovem Margarita vê a educação como um caminho muito importante para sua vida como também para sua irmã mais nova Rosalía.

Essa é uma questão defendida pela autora por meio da narradora, ainda que as jovens sejam consideradas “aves sem ninho” e suas trajetórias de sofrimento e orfandade movimentam o enredo elas são amparadas por Lucía como protetora que as adota: “[...] yo voy a preparar el albergue presentado para las dos *aves sin nido* [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 76). Mesmo diante de uma tragédia como o assassinato dos pais as meninas conseguem encontrar em Lucía uma força e assim mudar a trajetória de suas vidas como “aves sem ninho”. A família Marín aparece como uma possibilidade de construir um ninho seguro para as jovens. A iniciativa de promover a educação na vida das meninas se inicia com a alfabetização de Margarita que se mostra muito interessada e faz bons progressos nas primeiras lições conforme a jovem relata em uma conversa com Manuel:

— Bien Manuel; ya conozco todas las letras del tablero — contestó la niña, sonriendo de contento.  
 — ¡Bravísimo!  
 — Parece broma, pero cada día me siento más satisfecha de mi ahijada, ¿no? — dijo Lucía mirando a la huérfana (Matto de Turner, 2004, p. 84).

O progresso de Margarita é admirado também por sua madrinha Lucía que percebendo o interesse da menina decidiu junto com o marido que o melhor era levar as jovens para estudar em Lima. Don Fernando também defende uma educação menos tendenciosa e mais livre da rigidez católica: “[...] — Ellas son nuestras hijas adoptivas, ellas irán con nosotros hasta Lima, y allá, como ya lo teníamos pensado y resuelto, las colocaremos en el colegio más a propósito para formar esposas y madres, sin la exagerada mojigatería de un rezo inmoderado, vacía de sentimientos [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 100). Nas palavras de don Fernando observamos a defesa de uma educação com menos influência da Igreja voltada à submissão total da mulher

ao lar e ao marido como o único destino possível.

No entanto, a autora direciona a protagonista Margarita para outro caminho permeado pela educação criando um obstáculo para impedir o casamento da jovem com Manuel. O destino de Margarita não será o casamento com seu grande amor, a ela caberá outra jornada desconstruindo a ideia de final feliz pelo casamento. Essa decisão pode ser lida por dois vieses: o primeiro que aponta a impossibilidade de união entre as duas etnias (brancos e indígenas) algo inconcebível para a mentalidade social da época mesmo que na ficção. Sendo assim se pensamos que a autora mais uma vez subverte a ordem ao aproveitar esse fato para denunciar o abuso que envolve o nascimento do casal filhos de mulheres que foram abusadas pelo antigo padre da cidade.

Outra possibilidade para esse final do casal representa a nosso ver uma posição defendida pela autora que via na educação outra perspectiva de vida para as mulheres além do casamento as jovens poderiam ter uma profissão estudando e escolhendo o que queriam para suas vidas, pois durante toda a narrativa percebemos o posicionamento de Clorinda Matto em favor das mulheres e da educação feminina. Nesse contexto no romance é pela intervenção dessas mulheres brancas e indígenas que as ações acontecem algumas são mais submissas e oprimidas já outras mais firmes e emancipadas.

A autora defende também de modo enfático o respeito aos povos indígenas e o reconhecimento dos seus direitos e um desses direitos é a educação da população andina. No romance as filhas do casal Yupanqui Margarita e Rosalía serão beneficiadas pelo conhecimento como uma instrução que deverá permitir às jovens lutarem pelos seus direitos,

Nessa reflexão, abraçamos o pensamento de José Carlos Mariátegui (2010) que preconiza que o indígena deva ir além da educação alfabetizadora: ele precisa de uma educação política, pois só assim irá enfrentar as instituições que o oprimem. Caso contrário, o camponês enfrentará somente o seu patrão, e todo o sistema por trás disso continuará vigente. No entanto, essa consciência se finca no início do século XX. Não temos dúvidas de que tais discussões já permeavam os meios revolucionários na época de Clorinda, mas não sabemos se ela teve acesso a eles. Logo, questionar sua atitude de limitar-se a propor somente a educação alfabetizadora, para nós, não é válido (Rigon, 2020, p. 64).

A postura de Clorinda Matto em propor a educação das jovens indígenas apresenta uma perspectiva bastante avançada para a época e mais um motivo para as tantas críticas que a escritora sofreu ao defender a educação para a mulher em um tempo que estas eram impedidas de estudar. Inevitavelmente essa instrução recebida também contribuiu para a perda da identidade indígena das moças privadas da convivência com os pais pela orfandade ao

abraçarem esse caminho como a única possibilidade de sobrevivência que tinham naquele momento.

### 4.3 MARCELA E MARGARITA: MULHERES INDÍGENAS NA GÊNESE DA EXCLUSÃO SOCIAL

Na presente seção analisaremos com mais detalhes a condição das duas mulheres indígenas que protagonizam a narrativa: Marcela e Margarita: mãe e filha demonstrando como estão inseridas em uma sociedade machista e opressora para as mulheres principalmente as indígenas que são as principais vítimas do machismo e do autoritarismo da sociedade, da Igreja e dos homens poderosos de Kíllac. A morte para uma a solidão para outra parece ser o destino daquelas que ousam contrariar o papel para elas pensado. Uma foi salva pela educação a outra não teve essa oportunidade e a partir do atentado à casa dos Marín que resultou na morte de Juan e, posteriormente na de Marcela percebemos que há por parte das personagens brancas o reconhecimento da generosidade dos indígenas conforme as palavras de don Fernando:

— Y volviendo a recordar al pobre Juan, ¿sabes, hija, que ese indio me ha despertado aún mayor interés después de su muerte? Dicen que los indios son ingratos, y Juan Yupanqui ha muerto por gratitud.

— Para mí no se ha extinguido en el Perú esa raza con principios de rectitud y nobleza, que caracterizó a los fundadores del imperio conquistado por Pizarro. Otra cosa es que todos los de la calaña de los *notables* de aquí, hayan puesto al indio en la misma esfera de las bestias productoras — contestó Lucía (Matto de Turner, 2004, p. 58).

Na citação além de relatar a injustiça com a morte de Juan don Fernando e Lucía reconhecem à importância e nobreza dos indígenas demonstrando a contradição sobre a imagem do homem americano. Enquanto para uns o nativo era tido como uma “fera” para outra corrente (indigenista) era um nobre dotado de valores morais superiores aos brancos.

Martina a indígena casada com Isidro também reflete sobre essa imagem do indígena como aquele que acaba sendo escravo de todos: “[...] — Nacimos indios, esclavos del cura, esclavos del gobierno, esclavos del cacique, esclavos de todos los que agarran la vara del mandón [...] ¡Indios, sí! ¡La muerte es nuestra dulce esperanza de libertad! [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 170). Os indígenas da obra estão conscientes de que são explorados e não há espaço para amizade com seus opressores nem a servidão eterna que vimos em algumas personagens literárias do romantismo tradicional. A autora opta por evidenciar os maus-tratos

aos indígenas mostrando a situação a partir da fala das próprias personagens nativas não apenas de um “branco” piedoso. Essa conscientização do indígena é outro ponto da narrativa de Clorinda Matto que merece destaque por se diferenciar dos escritores românticos canônicos da época.

Para o indígena o que parece restar é a morte como um sonho de liberdade segundo as palavras de Martina e como constatamos no assassinato do casal Yupanqui. O falecimento de Marcela representa para Margarita um caminho duro de solidão ainda que adotada por uma mulher branca a jovem sabe que em algum momento aparecerão às diferenças e por mais generosa que fosse, Lucía não era sua mãe:

¿Pero, Margarita?

Pobre huérfana, ave sin nido, tendría que buscar sombra de árbol extraño para entonar bajo el idilio de su alma enlazada a otra; tendría que esconder sus propios pensamientos; reír con los labios y llorar con el corazón.

Lucía era, para Margarita, la mejor de las mujeres, pero ¡Lucía no era su madre! (Matto de Turner, 2004, p. 118).

No trecho citado a narradora demonstra que a jovem indígena com a morte dos pais estará destinada ao exílio e mesmo sendo acolhida por Lucía, a indígena viverá na condição de uma estranha na família Marín. Essa união de fato não se efetiva e onde estiver Margarita será sempre a indígena acolhida pelos brancos. A morte de Marcela é um grande sofrimento para suas filhas que permanecem como aves sem ninho pela vida.

Ao longo da narrativa a jovem Margarita se encanta por Manuel o filho do don Sebastián e governador de Kíllac o mandante do assassinato dos pais dela, com o impasse da possibilidade de união entre o casal devido aos acontecimentos mais um crime é revelado: o jovem para poder ter seu pedido de casamento aceito pelos Marín confessa que não é filho biológico do governador:

— Señor, ya sé su argumento, y es necesario que comience por destruirlo.

Yo no soy hijo de don Sebastián Pancorbo. *Una desgracia, el abuso de un hombre sobre la debilidad de mi madre, me dio ser.* Estoy ligado a don Sebastián por la gratitud, porque al casarse con mi madre estando yo en su seno, le dio a ella el honor ya a mí... me prestó su apellido (Matto de Turner, 2004, p. 182).

Após a revelação da paternidade de Manuel também confessa que o abusador de dona Petronila foi o antigo bispo de Kíllac don Miranda y Claro. Por ser uma mulher jovem e indefesa perante o machismo da sociedade dona Petronila não conseguiu denunciar o abusador que se

tratava de uma autoridade da alta cúpula da Igreja e acabou se casando com outro agressor.

Na obra de Clorinda Matto fica evidente a situação da mulher independente de sua classe social visto que dona Petronila era uma mulher rica e de família tradicional não escapou do assédio e da violência sexual praticada pelo sacerdote. Assim como a mãe de Manuel não conseguiu escapar do abuso, Marcela também foi mais uma vítima do bispo e nos momentos finais de sua vida “[...] confió a Lucía el secreto del nacimiento de Margarita, quien no es la hija del indio Juan Yupanqui, sino... del obispo Claro [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 183). A situação das mulheres indígenas é ainda mais delicada uma vez que Marcela também foi vítima de abuso e sua filha diferente de Manuel não soube de nada. A vergonha e a humilhação da indígena foram silenciadas e ela nunca pode confessar nem mesmo ao seu marido tudo que sofreu, foi violentada e silenciada. Diante disso o destino da mãe de Margarita reforça a impossibilidade de união entre brancos e indígenas e o desfecho entre Margarita e Manuel faz deles também aves sem ninho devido à violência sofrida por suas mães,

Si en la primera parte de la novela las “aves sin nido” son Margarita y Rosalía y por extensión toda la desatendida población indígena, en la segunda parte, los desamparados son Manuel y Margarita cuyo amor sufre la mancha del incesto y del ultraje sufrido por sus madres. Ambos son hijos del obispo Miranda y Claro. Matto de Turner usa la melodramática trama amorosa para criticar la institución católica y mostrar la violencia contra la mujer que desata el lado oculto del celibato sacerdotal con la práctica de la explotación sexual (Ferreira, 2006, p. 05).

A partir da citação podemos confirmar que as mulheres indígenas são as que mais sofriam com os atos ocorridos em Kíllac desde o abuso que Marcela sofreu até o atentado. Além de uma vida toda fugindo do assédio do padre Pascual ela não teve outra chance e sua morte pode ser entendida também como a destruição do seu povo a partir da violência sofrida por tantas mulheres indígenas que é personificada em Marcela. Por outro lado a jovem Margarita também sofreu um apagamento da sua identidade indígena, com a adoção perdeu o nome dos pais e recebeu uma educação baseada nos moldes colonizatórios da sociedade branca que indicam a imposição de uma nova colonização sobre a jovem indígena.

A indiferença ou apagamento da identidade indígena mostra que não era “adequado” do ponto de vista dos brancos manifestar sua etnia. Margarita e sua irmã terão adquirido uma nova maneira de ser nesse contexto social excludente por meio da escolarização já que não poderão seguir com suas tradições e sua cultura nativa na metrópole, segundo Guardia (2010, p. 76) se reforça a ideia de que “la salvación del indio depende de su conversión en otro, en criollo”. Essa

transição entre a identidade branca e a indígena é uma recorrência nas narrativas indigenistas e a esperança é que as jovens encontrem na educação a força para enfrentarem os preconceitos que as esperam.

#### 4.4 EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA EM TERRAS PERUANAS

Na presente seção analisaremos de modo mais aprofundado o comportamento das autoridades de Kíllac envolvidas em todo tipo de prática criminosa que fosse por ação ou por omissão. Os que resolveram enfrentar a corrupção das autoridades foram perseguidos e ao final da narrativa o casal Marín percebeu que não teria como modificar a realidade da cidade por isso resolveram voltar para Lima a fim de proteger as filhas de Marcela de terem um destino semelhante ao dos pais.

O casal não conseguiu vencer a corrupção das autoridades da cidade pois sabia que o poder e o dinheiro falavam mais alto e compravam muitas consciências. Percebemos que a autora faz uma crítica à corrupção através de uma obra fictícia mas profundamente inspirada na realidade peruana. Além disso, dá voz aos excluídos e explorados por um sistema corrupto que via no indígena um escravo que deveria servir para executar as tarefas mais pesadas e humilhantes sem defesa e sujeitos a todas as violências como vimos acontecer com a indígena Marcela e sua família.

Notamos também que ao trazer para o romance as denúncias de abuso sexual por parte das autoridades da Igreja a autora tece críticas ao celibato imposto aos padres e na figura do padre Pascual demonstra um retrato da condição de vida imposta a alguns sacerdotes. Após a confissão de Marcela antes de morrer na qual ela relata o abuso e a paternidade da filha mais velha o pároco de Kíllac fica bastante impressionado e passa a refletir sobre sua própria conduta conforme uma longa conversa com don Fernando:

— No quiero detenerme don Fernando. Las resoluciones acompañadas de vacilación se desvirtúan. He sido más desgraciado que criminal. Mienten los que, sentando una teoría ilusoria, buscan la virtud de los curas lejos de la familia, arrojados en el centro de las cabañas, cuando la práctica y la experiencia, como dos punteros de la esfera que han de señalar con infalibilidad la hora, nos marcan que es imposible conseguir la degeneración de la naturaleza del hombre.

— Usted ha podido ser un sacerdote ejemplar, cura Pascual — contestó el esposo de Lucía, casi apoyando las últimas palabras de su interlocutor.

— Sí, en el seno de la familia, don Fernando, pero hoy, ¡puedo decirlo delante de usted!, solo, en el apartado curato, soy un mal padre de hijos que no han de

conocerme, el recuerdo de mujeres que no me han amado nunca, un ejemplo triste para mis feligreses [...] (Matto de Turner, 2004, p. 74).

A confissão de padre Pascual demonstra uma dura crítica à Igreja Católica que impõe aos sacerdotes o celibato, porém essas críticas da autora a doutrina católica da época incomodou muito a instituição já que não era aceitável por um Clero patriarcal e misógino que uma mulher ousasse criticar sua conduta ao defender abertamente o casamento dos sacerdotes além de denunciar os abusos cometidos por religiosos que deveriam ser modelos de conduta social. Clorinda Matto evidencia a hipocrisia da Igreja Católica não somente em relação ao celibato mas também nas questões de corrupção e exploração dos mais pobres e mostra o envolvimento com autoridades políticas e jurídicas na manutenção do estado de miséria e opressão da população indígena.

A autora argumenta por uma mudança na conduta dos religiosos inclusive se compadece em alguns momentos das realidades vivenciadas por eles nos lugares mais distantes mostrando suas fraquezas e seus pecados. Clorinda Matto aponta para as falhas da instituição religiosa que se mostra incapaz de solucionar esse impasse e impedir que mulheres e crianças continuem sendo violentadas pelos sacerdotes abusadores.

O sofrimento do padre Pascual acaba se convertendo em uma profunda depressão e sem rumo ele passa a vagar pelo povoado, entre delírios e alucinações “[...] En el silencio del claustro viose el cura Pascual de nuevo desnudo moralmente, solo, absolutamente solo en el mundo. ¡Ah! ¡No! Le seguían sus fantasmas y tomó al delirio calenturiento, diciendo entre sollozos y frases cortadas [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 103). Após mais um devaneio o padre falece e seus erros na narrativa são punidos com a vida uma vez que ele não sobrevive depois da exposição de seus crimes e o destino de viver na solidão o levam a loucura e a morte.

Os abusos são apenas um exemplo dos muitos delitos do padre Pascual além desses atos ele estava envolvido no assassinato dos indígenas como um dos mandantes. A partir disso, temos o relato do planejamento do atentado contra os Marín no qual o padre atuou como um dos articuladores junto com o governador don Sebastián pois

La influencia ejercida por los curas es tal en estos lugares, que su palabra toca los límites del mandato sagrado; y es tanta la docilidad de carácter del indio, que no obstante de que en el fondo de las cabañas, en la intimidad, critica ciertos actos de los párrocos con palabras veladas, el poder de la superstición conservada por éstos avasalla todo razonamiento y hace de su voz la ley de los feligreses (Matto de Turner, 2004, p. 38).

Nas palavras da narradora se nota como a influência dos sacerdotes se torna praticamente

uma lei em especial para os indígenas que apesar de fazerem críticas aos comportamentos equivocados destes não têm coragem de confrontá-los como vimos o casal Yupanqui que mesmo sofrendo uma injustiça não conseguiu enfrentar o padre. Quem resolve confronta-lo é Lucía e essa atitude teria consequência visto que o padre decreta a sentença de morte do casal Marín. O motivo do atentado se deve ao fato de que o padre e o governador se sentirem ameaçados quando Lucía os convocou para uma reunião em sua casa a fim de interceder em favor da dívida de Juan e Marcela. A partir disso, as autoridades temendo que os novos moradores de Kíllac – o casal Marín – pudessem interferir nas suas ações criminosas resolveram que eles deveriam morrer, ou seja, o motivo do crime se resume a uma possível revelação da verdade.

Após o atentado se iniciam as investigações mas as autoridades envolvidas nada temiam já que o juiz e seus assistentes também eram corruptos e todos sabiam que não seriam punidos. Novamente aqui temos uma crítica aos poderosos fossem eles políticos, religiosos ou pessoas do judiciário que violavam as leis a seu favor

Instaurado el juicio respectivo para descubrir a los verdaderos culpables del asalto, las diligencias preparatorias, con su tecnicismo jurídico, no había podido señalarlos, ni averiguar nada de lo que nosotros sabemos, siguiendo el proceso con la *lentitud* alentadora del reo, lentitud con que en el Perú se procede dejando impune el crimen y tal vez amenazada la inocencia (Matto de Turner, 2004, p. 79).

De acordo com a narradora o processo servia apenas para cumprir um mero protocolo mas de fato os únicos punidos foram os indígenas Juan e Marcela assassinados e o sineiro Isidro que acabou sendo responsabilizado pelos crimes quando na verdade foi enganado e envolvido na trama. As autoridades do povoado acreditavam que ninguém importante seria culpabilizado apenas as pessoas mais pobres como os indígenas e essa estratégia de culpabilizar os oprimidos ultrapassa a ficção e marca a trajetória colonial americana. Por isso a narrativa de Clorinda Matto ao retomar a história pelo viés do colonizado ressalta a necessidade de se aprender com as vivências, corrigir os erros cometidos contra os povos originários e reestabelecer uma nova perspectiva sobre o passado colonial marcado por abusos e apagamentos. Diante disso no que se refere à colonização da América é possível notar que,

Por la fuerza y con violencia: se han aniquilado físicamente pueblos enteros y se han diezmado otros; se han expropiado tierras y recursos; se ha obligado al trabajo esclavo, servil o asalariado; se ha hecho el mestizaje biológico; se han destruido logros de la civilización india y se ha reprimido su capacidad creadora; se han impuesto lenguas, religión y costumbres, al mismo tiempo

que se prohíben y persiguen la propias; se ha desindianizado a grande sectores haciéndoles perder memoria de su propio ser y orgullo de su propio rostro; se ha pretendido rebajar, envilecer y socavar la cultura india. Todo se sigue haciendo (Batalla, 1990, p. 198).

Nesse contexto a história do massacre dos povos indígenas continua sendo marcada pela desigualdade social e os meios de exploração continuam contribuindo para apagar a cultura indígena empurrando-a para fora da história oficial. As práticas sociais são muitas vezes formas de acentuar a exclusão dos indígenas e não contribuem verdadeiramente para uma mudança de pensamentos e atitudes.

A partir dessa perspectiva a autora propõe recontar essa história ressaltando que os verdadeiros culpados pelos crimes sejam investigados e punidos, para isso o jovem Manuel concluiu por meio de suas investigações sobre o atentado que os responsáveis pelo delito eram as autoridades da cidade e “[...] las investigaciones practicadas con las personas que a él se asociaron le conducían a entrever a los verdaderos autores del asalto de la casa de don Fernando Marín, y allí se destacaban las figuras de don Sebastián, el cura Pascual y Estéfano Benites [...]” (Matto de Turner, 2004, p. 60). Ao chegar a tais conclusões Manuel procurou provas e confrontou os envolvidos que passaram a buscar alternativas para se livrarem da culpa maquinando possibilidades de escapar conforme a conversa entre Estéfano Benites e seu comparsa Pedro Escobedo:

— Si vienen las justicias, ya saben ustedes lo que hay que hacer — instruyó Estéfano.  
 — ¿Y qué? ¿Y si nos llevan a declarar juramento? — observó Escobedo.  
 — No saber nada, compadre, y... eso lo acordaremos bien cuando comiencen las cosas; vale que soy el *secretario* del juez de paz.  
 — Culpemos a los indios muertos — opinó uno.  
 — Entregaremos al campanero; ese indio tiene vacas y puede pleitear [...] (Matto de Turner, 2004, p. 70).

Para se livrarem da justiça vale tudo inclusive culpar as vítimas mortas e o sineiro que de nada sabia apenas recebeu ordens do padre Pascual para tocar o sino. Com tudo planejado Estéfano resolveu colocar em prática as ações e como secretário do juiz fez uma intervenção para culpar o sineiro:

— Y ahora que recuerdo, señor, para que todo vaya bien aparejado, hay que decretar primeramente el embargo del ganado del campanero; porque hasta el presente *folio* resulta el único comprometido en esto — instruyó Benites, obedeciendo a un plan ya preconcebido.

— *Ajá, ya meiba* olvidando; ponga usted el decreto fuerte.  
 Autorizó el juez, y Benites redactó en seguida una especie de auto de embargo de las vacas, ovejas y alpacas de Isidro Champí, campanero de Kíllac, para quien aquel ganado representaba la suma de sacrificios sin nombre soportados por él y su familia durante su vida (Matto de Turner, 2004, p. 70).

Ao observar o plano dos poderosos que contava com a cumplicidade do juiz percebemos que o indígena Isidro não tinha como escapar e além de ser responsabilizado pelos crimes ainda perderia seus bens não tendo como se defender perante a justiça. Os verdadeiros culpados se beneficiariam com os bens embargados do sineiro já que o destino dos itens apreendidos seria para aumentar suas fortunas à custa dos sacrifícios de quem tanto trabalhou. A partir da prisão do sineiro que se mostrou muito abalado Martina não se intimidou e foi em busca de ajuda tentando pedir apoio às autoridades que obviamente não tinham o menor interesse em libertar Isidro visto que foram eles mesmos que tramaram sua prisão. Então, resolveu falar com don Fernando e Lucía e juntamente com Manuel decidiram ajudar os indígenas. A notícia animou Martina e ao visitar o sineiro na cadeia a esposa apela para a confiança na divina providência que tudo se resolveria:

— ¡Por la Virgen, Isidro, ¡nuestras penas pasarán también! Sin duda tú no has sabido encomendarte a la Virgen cuando tocabas las campanas del alba, y por esto nos ha caído tanta desgracia, como la helada que pone amarillas las hojas y malogra el choclo – dijo ella sentándose junto a Isidro.  
 — ¡Pudiera ser, Martina, ¡pero... nunca es tarde para llorar! ¡La tierra que está un año, dos, tres, hasta cuatro sin dar fruto, de repente se sacude y... llena el troje con la cosecha!  
 — ¡Bueno! Reza, pues, el Alabado. Y... hasta mañana; voy, por nuestros hijos (Matto de Turner, 2004, p. 144).

Temos também uma perspectiva dos indígenas catequisados que perderam sua crença em suas divindades e passaram a professar a fé católica representando um total apagamento das tradições e da cultura. Talvez esse seja um dos maiores danos causados pelos colonizadores tirando do indígena a sua identidade à medida que ele procurava parecer o homem branco, no entanto, não era aceito sendo exposto a todo tipo de ultraje. Esse é mais um traço indigenista presente no romance de Clorinda Matto que procura demonstrar como a colonização foi destrutiva na vida dos povos indígenas. O apagamento da fé que percebemos na fala da indígena Martina reflete o rompimento com

[...] o sagrado para, posteriormente, restringir-lhes a religiosidade ao estrondar dos trovões; satanizam as habitações; reduzem a língua a um simulacro linguístico que se pretende bilíngue e elemento de comunicação entre eles [...];

infundem a ignorada dilaceração cristã, manifesta pela dicotomia corpo x alma; disciplinam e martirizam o corpo, expropriam-lhes os filhos, desertam-lhes a alma, tornando-os apátridas na terra que sempre fora sua (Mendonça, 2012, p. 103).

Podemos compreender que o contato com a civilização europeia representou um total apagamento dos costumes e tradições originárias e por isso os indígenas eram forçados a todas essas condições. Depois de muito tempo preso Isidro conseguiu a liberdade e voltou para sua casa após muito sofrimento por ter que suportar os maus-tratos na prisão durante o período de investigações. No entanto, o martírio de Isidro não ficará impune pois nos momentos finais da narrativa pela intervenção de don Fernando que encontrou outro juiz honesto e com as provas colhidas por Manuel temos uma ordem de prisão para verdadeiros culpados:

En este instante apareció por el zaguán de la calle una partida de hombres armados, al mando de un teniente de caballería llamado José López que, dirigiéndose a don Sebastián y mientras la tropa rodeaba la casa, dijo:  
 — ¡De orden de la autoridad, dése usted preso, caballero!  
 Un rayo caído en medio aquella gente habría producido el efecto que causó la palabra del teniente López, quien sacando un papel del bolsillo del talismán, desdoblándolo y leyendo, agregó:  
 — Estéfano Benites, Pedro Escobedo, Hilarión Verdejo, se darán igualmente presos (Matto de Turner, 2004, p. 154).

A narrativa de Clorinda Matto apresenta a punição das autoridades com a prisão do governador, do juiz de paz e das demais personalidades com exceção do padre Pascual que já havia falecido. A autora faz justiça aos indígenas mortos pelas autoridades locais da fictícia Kíllac e ao sineiro apontando injustamente como culpado.

O desfecho dado aos brancos na narrativa demonstra como a escritora se posicionou em relação à situação dos povos indígenas dentro de sua obra. Ainda que o povoado seja permeado por violência e abusos por parte das autoridades eles não ficaram impunes como pensavam, sua conduta é reprovada e punida. Durante seu romance Clorinda Matto apresentou uma defesa enfática dos povos originários. “Além de se posicionar sobre os direitos indígenas, Matto de Turner empreendeu duras críticas a alguns membros da Igreja Católica e também propôs uma nova postura para a mulher na sociedade, fato que fez com que a autora enfrentasse vários desafios” (Cunha, 2019, p. 239). Nessa ótica entendemos a importância de sua narrativa para pensar as questões sociais apontadas a partir da fala da estudiosa.

Por fim, ressaltamos a partir da conclusão de nossa análise a postura corajosa e desafiadora de Clorinda Matto de Turner que por meio de uma obra de ficção advogava a favor

dos povos originários especialmente das mulheres indígenas mostrando que seu romance adotou uma perspectiva indigenista ao enfatizar como eram explorados sofrendo todo tipo de violência.

El hecho mismo de la conquista significó una circunstancia agravante que trastocó el equilibrio existente. Las mujeres indígenas la sufrieron convirtiéndose en las amantes, concubinas, sirvientas y las prostitutas de los vencedores [...] El cuerpo de las mujeres fue la frontera sobre la cual el poder se ejerció sin freno. La cultura occidental se apropió de las mujeres indígenas (Guardia, 2013, s/p.).

Conforme a citação ao relatar os abusos por parte da Igreja a escritora demonstra o compromisso de sua obra com a defesa das mulheres indígenas se opondo de modo enfático a realidade que se apresentava nas colônias espanholas. Clorinda Matto de Turner não critica somente a violência física e sexual mas também denuncia o apagamento da cultura e das tradições desses povos, sendo a Igreja uma das principais responsáveis pela imposição da cultura dominante e da fé cristã. A autora evidencia que todo esse processo foi feito utilizando a força, o derramamento de sangue inocente e a demonização das crenças indígenas e daquilo que era considerado sagrado para os povos originários.

## **5 SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA O TRABALHO COM OS ROMANCES *D. NARCISA DE VILLAR* E *AVES SIN NIDO* EM SALA DE AULA**

Neste capítulo da dissertação apresentaremos algumas reflexões sobre o trabalho com romances em sala de aula. Inicialmente mostramos o diálogo entre as duas obras e a partir disso como as obras e as autoras podem contribuir para a formação de leitores críticos através de uma prática docente emancipadora no ensino de literatura. No momento seguinte discutimos uma abordagem decolonial e feminista durante as aulas e como as obras não canônicas podem nos ajudar a repensar as questões relacionadas ao apagamento dessas outras vozes da literatura latino-americana, refletindo sobre o que os vencidos têm a dizer a respeito da história oficial na qual suas falas foram silenciadas. Por fim, na última seção apresentamos duas sequências didáticas: uma para o ensino superior e outra para o ensino médio como propostas de trabalho em sala de aula com as obras de Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner como uma possibilidade de contribuição com uma formação leitora crítica pensada por um viés feminista.

### **5.1 *D. NARCISA DE VILLAR* E *AVES SIN NIDO*: PONTOS DE ENCONTRO ENTRE AS DUAS OBRAS**

Ao longo de nossas análises sobre as narrativas destacamos que um dos principais pontos em comum nas duas obras está relacionado à temática indígena e a defesa desses povos que ocupam o protagonismo dos enredos criados por Ana Luísa e Clorinda Matto. Desde os títulos dos romances já se evidencia a preferência das escritoras pelos indígenas pois Ana Luísa assina seu romance como Indígena do Ypiranga e ressalta que a história que será contada vem da tradição oral transmita pelas mulheres indígenas ao mesmo tempo em que é o nome de uma mulher como protagonista que intitula o romance. Portanto, sua perspectiva é voltada para os indígenas e as mulheres.

[...] Assim, ao recuperar a perspectiva dos índios e mulheres dentro da narrativa indianista, Castro denuncia a violência do processo colonial, pois a voz narrativa está inscrita no gênero pelo pertencimento (a narradora de *D. Narcisa de Villar* é Taim, uma mulher, o que já declina a instância de enunciação no feminino) e pela afiliação solidária ao índio [...] (Alós, 2004, p. 06).

Entendemos conforme as palavras do estudioso que nessa estratégia Ana Luísa ressalta a importância desses dois grupos marginalizados socialmente durante o século XIX: os indígenas e as mulheres e juntos eles recontarão sua versão da história do período colonial com uma narradora mulher e a partir de um viés de gênero colocando a voz narrativa sob a responsabilidade do sexo feminino, já que nas duas narrativas temos como foco narrativo duas mulheres.

Nessa perspectiva de valorização dos indígenas Clorinda Matto intitula seu romance de *Aves sin nido* fazendo também referência aos povos originários do Peru, especialmente, as jovens indígenas que ao final da narrativa são vistas como as aves sem ninho por perderam seus pais e seu povo devido à ambição dos poderosos. Logo no início do seu Proêmio Clorinda Matto ressalta sua admiração pelos povos indígenas e como podemos perceber no modo enfático que ela se posiciona aos defender durante toda a narrativa. Essa opção pela causa indígena foi destacada pelas duas autoras como observamos, principalmente, nas denúncias de violências que eles estavam submetidos.

Em outros momentos a coragem dos indígenas pode ser percebida como um gesto nobre no qual Marcela e Juan arriscam suas vidas para salvar o casal Marín que os ajudou contrariando uma imagem que se tinha em narrativas do período de que os indígenas eram ingratos e traiçoeiros, sendo assim a autora peruana faz questão de mostrar o contrário ressaltando a lealdade e a nobreza no gesto dos indígenas. É pela voz da protagonista Marcela que a escritora denuncia os casos de abusos sexuais sofridos pelas mulheres indígenas e com a denúncia de Marcela vem à tona outros casos de violência como o caso de dona Petronila também vítima do bispo da cidade. A fala de Marcela possibilita outras vozes a relatarem as violações e diante disso a postura de Clorinda Matto em defender o fim do celibato como uma possível solução para as violências sexuais parece um tanto ingênua pois estavam em jogo outras questões,

[...] Clorinda manifesta, talvez, uma certa inocência em propor somente o fim do celibato eclesiástico, pensando em sanar o grave problema dos estupros sofridos pelas mulheres. Há todo um jogo de poderes que envolve a violência sexual, principalmente quando a vítima é uma mulher indígena, duplamente subalternizada [...] (Rigon, 2020, p. 66).

O abuso sexual das mulheres indígenas é uma recorrência nas narrativas e a denúncia do descaso com que eram tratadas visto que apesar de serem descobertos os abusadores continuam impunes mesmo sendo expostas suas identidades pelas vítimas.

Assim como Marcela a protagonista de Clorinda Matto, Efigênia a indígena de Ana

Luísa é quem também denuncia os crimes dos senhores de Villar ao confrontar e apresentar provas de que foi também vítima de abuso por um dos irmãos de Narcisa que enganou a ela e a toda sua aldeia para depois abandona-la grávida de Leonardo. Em vários momentos da narrativa é Efigênia quem enfrenta os colonizadores para proteger a jovem Narcisa da crueldade dos irmãos inclusive nos momentos finais ao revelar o abuso sofrido como uma tentativa última de impedir que os senhores de Villar destruíssem a vida da irmã como fizeram com a sua.

Desse modo, interpreta-se a figura do homem europeu, nesta obra, como um ser responsável pelas mazelas [...] fortalece a 'teimosia' dos grupos marginalizados em rebelar-se contra a classe dominante. Todas as personagens menos favorecidas do romance (Efigênia, Narcisa e Leonardo), posicionam-se contra a tirania gerada pelo colonizador europeu (Colaço; Pimentel, 2014, p. 1615).

A partir da citação entendemos que a crítica feita aos colonizadores europeus está presente na narrativa e se evidencia na revelação de Efigênia sobre a traição de D. Luís a seu povo ao fingir-se de amigo dos indígenas traindo a confiança da filha do cacique.

Essa imagem negativa dos colonizadores como responsáveis pela destruição das vidas indígenas se apresenta nas duas obras como também a resistência por meio das denúncias coube às mulheres indígenas Efigênia e Marcela serem essas vozes denunciantes que enfrentam os colonizadores. As indígenas não estão sozinhas nessa luta e as outras protagonistas não indígenas Narcisa e Lucía também apresentam uma postura combativa e de enfrentamento aos crimes dos antagonistas. Narcisa apesar de ter seu destino selado pelos homens da família não aceitou pacificamente essa condição enfrentando os irmãos e fugindo do casamento imposto com o homem que amava. Posteriormente renegou os tiranos e abriu mão dos seus direitos de herdeira para defender a vida de Leonardo permanecendo fiel ao lado dele e de sua mãe até ser assassinada pelos senhores de Villar de modo covarde.

Já Lucía desde o início ao saber da situação de exploração sofrida por Marcela e sua família se propõe a ajudar inclusive enfrentando as maiores autoridades do povoado: o governador e o padre que a consideram uma ameaça e a partir desse momento sua vida fica em perigo. Lucía também é quem fica responsável pelo cuidado e a educação das jovens indígenas órfãs com o assassinato dos pais, a ela foi dada a missão de cuidar das meninas para que se tornassem mulheres livres e conscientes do seu lugar na sociedade. Tanto Narcisa quanto Lucía apresentam atitudes e iniciativas muito evoluídas para a época ao recusarem obedecer às ordens do patriarcado enfrentando as estruturas de poder na sociedade. Dessa forma as protagonistas

lutam para terem assegurados os seus direitos principalmente a liberdade.

Além desses pontos em comum a perspectiva adotada pelas autoras para retratar os colonizadores, poderosos e autoridades políticas e religiosas também se assemelha, pois em ambas as obras eles são os inimigos declarados dos povos indígenas não havendo espaços para amizade ou aliança. As autoras contrariam as narrativas da época que privilegiavam uma suposta união entre os povos indígenas e os europeus encobrindo os crimes e colocando os próprios indígenas como inimigos, conforme observamos, por exemplo, nas narrativas de autores canônicos. As escritoras adotam o tom crítico e o desmascaramento dessa relação de exploração e abusos por parte dos colonizadores e de cumplicidade e omissão por parte dos religiosos. Em contraposição aos relatos da maioria dos cronistas da época que viam os religiosos como protetores dos povos indígenas nas narrativas de Ana Luísa e Clorinda Matto essa perspectiva é contrariada com a imagem de ambição e abusos cometidos pelos padres e demais autoridades da Igreja.

Ademais dos pontos de convergência das obras é possível perceber algumas diferenças nas abordagens das autoras em relação à temática. Clorinda Matto adota uma postura mais combativa de enfrentamento aos poderosos em todas as instâncias: autoridades políticas, judiciárias e religiosas denunciando seus crimes e abusos cometidos contra os povos indígenas e as mulheres. Ana Luísa por sua vez apresenta como principal alvo das críticas do romance apenas autoridades políticas, os governadores da colônia brasileira. Além disso, Ana Luísa tem uma postura mais sutil em relação à defesa de educação das mulheres diferentemente de Clorinda Matto que aponta a educação das jovens indígenas como uma possível solução para enfrentar a opressão machista vivida pelas mulheres na sociedade.

As autoras também se diferenciam em relação ao final dado aos casais de protagonistas e na convivência entre indígenas e brancos, enquanto os protagonistas Narcisa e Leonardo são assassinados e impossibilitados de ficarem juntos demonstrando que as questões raciais ainda imperavam na sociedade colonial e seria impensável a união do casal no plano material a eles é destinado apenas o plano espiritual visto que a autora os transforma em aves místicas que visitavam sempre a “Ilha do Mel”:

Quando a noite esta escura, e cai o vento noroeste, vê-se dois vultos brancos como a neve atravessarem o mar, vindos da *Ilha do Mel* à *Ponta Grossa*, e irem costeando até a *Ponta da Pedreira*. Dali se transformam em duas pombas brancas, e voam pelo mesmo caminho que vieram [...] É LEONARDO E D. NARCISA DE VILLAR, que vêm do céu fazer a sua peregrinação na terra onde tanto sofreram [...] (Castro, 2000, p. 126).

O impedimento do relacionamento dos personagens Leonardo e Narcisa também se dá pelo parentesco entre eles já que com a revelação da paternidade do rapaz, filho de D. Luís, Narcisa era sua tia, portanto, entra em cena sutilmente um tema polêmico da relação entre membros muito próximos da família. Na narrativa de Clorinda Matto a temática do incesto aparece de modo mais explícito após a revelação de que o casal de protagonistas são irmãos a relação entre eles se torna impossível e inaceitável pelo temor ao pecado. Porém, ainda que Margarita e Manuel sejam impedidos de formarem um casal terminam a narrativa com outra perspectiva como irmãos e aliados na luta pelos direitos dos povos indígenas.

As diferentes concepções entre as obras em alguns pontos também podem ser entendida entre outras questões pela distância temporal que há entre as publicações já que cerca de trinta anos separam *D. Narcisa de Villar* (1859) e *Aves sin nido* (1889) e ainda que Ana Luísa antecipe muitos dos temas que Clorinda Matto irá abordar em seu romance é a escritora peruana quem a nosso ver apresenta uma postura indigenista de combate as injustiças contra os povos indígenas, pois

Todos esses recursos utilizados pela intelectual ao longo do romance, mostram que ela estava imbuída de um espírito *indigenista*, que desejava dar visibilidade à exploração e aos problemas pelos quais passavam os indígenas da serra andina, e proporcionar o contato do público urbano que, segundo acreditava Matto de Turner, mesmo no Peru, não conhecia efetivamente essa cultura, a região e seus habitantes (Cunha, 2019, p. 238).

Essa postura da autora ultrapassou as páginas do seu romance e foi refletida em sua vivência e envolvimento com a causa indígena como sua atuação enquanto tradutora da língua quéchua e as polêmicas com o Clero que levaram a sua excomunhão pelas denúncias dos crimes sexuais de seus membros, entre outras questões.

Ana Luísa como uma mulher branca e de classe alta teve uma educação privilegiada e aparece mais limitada nas críticas sociais, porém, a falta de informações precisas sobre sua vida e sua história nos registros impendem uma clareza sobre sua postura também indigenista tal qual podemos observar em Clorinda Matto. Neste sentido, o silenciamento sobre a vida e demais obras de Ana Luísa reforçam a necessidade de se estudar ainda mais sua biografia e talvez em pesquisas futuras outras pesquisadoras possam encontrar as respostas para preencher essas lacunas que ficam suspensas pelo limite dos registros que temos acesso até o momento. Diante disso, pensamos que a leitura e o estudo do romance podem contribuir para sua circulação, além disso, de acordo com Colaço e Pimentel (2014), a releitura da obra é fundamental nesse processo

de resgate dessa voz dissonante de Ana Luísa para o público leitor e

A partir desta (re)leitura de “D. Narcisa de Villar”, espera-se resgatar uma voz dissonante do Romantismo brasileiro, há muito encarcerada nas masmorras patriarcais. Essa libertação é fundamental não somente por se tratar de uma escrita feminina daquela época (por sinal, pioneira), mas por toda a consciência crítica, seja literária, social, política, etc. apresentada na obra, além da mudança de cosmovisão e de ponto de vista que permite e promove [...] (Colaço; Pimentel, 2014, p. 1615).

Conforme a citação percebemos que o apagamento sobre a biografia de Ana Luísa resulta do machismo e patriarcalismo que imperava na sociedade do século XIX e ainda permanece impedindo que sua obra seja conhecida. Nesse sentido, diferentemente de Clorinda Matto que temos acesso a muitas informações de sua vida sua atuação como escritora e jornalista em muitas de suas obras podem ser encontradas suas ideias como uma intelectual a frente de seu tempo que lutou contra o machismo e a misoginia de uma das mais poderosas instituições do seu tempo: a Igreja Católica e seus religiosos abusadores ressaltando seus crimes e desvios de conduta principalmente contra os indígenas peruanos.

Assim, entendemos que as autoras Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner foram mulheres de muita coragem e se constituem como pioneiras em seus países durante o período colonial ao abordarem as questões indígenas pelo viés dos povos que foram oprimidos dando a estes o lugar principal em suas narrativas. As escritoras antecipam um discurso que se originou na oralidade a partir das mulheres nativas que transmitiram esses saberes e essas outras versões da história durante os séculos até chegarem ao período do século XIX em que se situam as autoras dispostas a fazerem um resgate dessas narrativas colhidas da oralidade por meio de seus romances como um doloroso relato sobre a colonização no continente americano.

## 5.2 ENSINO DE LITERATURA E FORMAÇÃO DE LEITORES A PARTIR DE UMA PRÁTICA EMANCIPADORA

Ao pensar no ensino de literatura não podemos esquecer a importância da formação do professor pois para formar leitores competentes é necessário que o docente seja um leitor ativo. Nesse contexto cabe ao educador adotar uma prática emancipadora, especialmente, a partir da escolha de obras que propiciem essa perspectiva nos estudantes uma vez que “[...] o leitor competente valoriza a obra emancipatória por esta oferecer-lhe condições de se superar como

sujeito [...]” (Mello, 2010, p. 178). Diante disso, é fundamental se pensar em um ensino de literatura que se direcione

[...] para a formação humana do sujeito, e não apenas para a assimilação de conteúdos enviados pelo governo, como um feixe de disciplinas. Por isso, essa ênfase no leitor como agente da produção do conhecimento não pode restringir-se ao professor de literatura, mas deve contar com todos os docentes envolvidos com o ensino de determinado grupo de alunos. A leitura literária, portanto, é um dos elementos de uma proposta pedagógica que envolve [...] a realidade social do aluno (Mello, 2010, p. 189).

Portanto, para que esse ensino de literatura seja eficiente e promova uma formação de leitores proficientes devemos priorizar uma leitura literária que permita o enriquecimento da produção de sentidos no contato do leitor com a obra. Assim, teremos uma prática transformadora que resulte na emancipação desses leitores, enquanto agentes sociais das mudanças que desejamos.

Nesta formação leitora uma das primeiras questões que precisamos considerar é que as práticas docentes possam levar a uma educação que possibilite a emancipação dos leitores. Neste sentido entendemos que uma educação emancipadora é aquela que permite aos excluídos terem voz nesse processo que deve ser iniciado por uma prática na qual nós enquanto educadores possamos fazer parte dessa construção promovendo uma educação comprometida com a transformação da realidade,

A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a clareza política dos educadores com relação a seu projeto. Demanda que o educador assuma a politicidade de sua prática. Não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação. Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro, com pouco ou quase nada a ver com a luta de classes, em que os alunos são vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico. Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem pratico (Freire, 2003, p. 46).

A partir da fala de Paulo Freire entendemos que uma prática educativa que vise o questionamento e a transformação social também passa pela formação de leitores críticos e autônomos que possam trilhar seus próprios caminhos questionando suas realidades. Ao adotar uma postura libertadora tanto de serem livres como também de lutarem para que na sociedade

outras pessoas ou grupos possam também exercer essa liberdade os direitos serão respeitados.

Nesse contexto e pensando em uma formação leitora que se volte para a transformação social é necessário ler textos que representem outras realidades e que se aproximem dos leitores para além do cânone, principalmente, obras de autores e autoras que pertençam a outros grupos sociais como textos de autoria feminina, LGBTQIAPN+, indígena, afrodiaspórica, entre outros que fazem parte da realidade à nossa volta. Aqui devido ao nosso *corpus* nos atemos a narrativas produzidas por mulheres mas que pode se estender aos demais grupos visto que o importante é que tenhamos uma profusão maior de vozes e perspectivas circulando nas salas de aula.

Outro ponto fundamental para o trabalho com a literatura em sala de aula é privilegiar a leitura literária que possibilite uma interação entre os textos e os leitores, pois “ao ler, estou abrindo uma porta entre meu mundo e o mundo do outro. O sentido do texto só se completa quando esse trânsito se efetiva, quando se faz a passagem de sentidos entre um e outro [...]” (Cosson, 2006, p. 27). Portanto, de acordo com o estudioso a leitura literária completará seu sentido no encontro com os leitores e nessa perspectiva é o leitor que dará significado completo ao texto por meio dele a leitura se efetiva já que “[...] a aprendizagem é resultado da interação de sujeitos” (Giroto, Souza, 2010, p. 52). Assim, é fundamental possibilitar o contato dos leitores com outros textos não canônicos e que não figuram nas “vitrines” literárias para que tenhamos contato com mais leituras de mundo a partir de lugares diferentes.

Ainda no que se refere à formação do leitor acreditamos que “[...] quando falamos em formar leitores estamos nos referindo àquele que, conscientemente, utilizam as estratégias de leitura quando leem” (Giroto, Souza, 2010, p. 47). Desse modo, as estratégias de leitura são importantes para a formação de leitores conscientes que estabeleçam uma relação de sentido com o texto conforme menciona Cosson (2006) nos parece bastante adequada para o trabalho em sala de aula. “Portanto a interação didática não é um dom da natureza, mas sempre o produto de uma atividade interpretativa, em que se origina uma imagem do outro, que é, simultaneamente, uma imagem de mim mesmo” (Jaus, 1979, p. 87). As relações que o leitor estabelece com o texto são fundamentais para sua compreensão e interpretação de significados.

Diante da necessidade de formar leitores críticos consideramos que as obras *D. Narcisa de Villar* (2000) e *Aves sin nido* (2004) podem ser aliadas nesse processo pois são importantes contribuições de autoras não canônicas como Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner que nos ajudam a entender o período colonial brasileiro e peruano por um viés que adota a perspectiva das vozes que foram silenciadas pela historiografia oficial. As mulheres que durante tanto tempo foram impedidas de se expressarem rompem a fronteira do permitido para

escrever a partir de outro olhar e conseqüentemente as autoras podem contribuir de modo significativo para a formação de leitores com outras versões apresentadas em suas narrativas.

Com uma perspectiva crítica que questiona a história oficial falando de temas que rompem com a nossa formação leitora permeada por textos canônicos sobre o período colonial por meio de narrativas que falavam sempre pela perspectiva dos vencedores. No entanto, é preciso olhar também pelo viés de quem foi vencido pois é justamente esse modo que as autoras Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner nos propõem em seus romances. Conforme podemos observar as obras trazem contribuições relevantes sobre a história dos povos indígenas latino-americanos e por meio da ficção podemos refletir sobre esse momento tão complexo da nossa história e como foi o processo de invasão e tomada das terras do continente americano resultando na morte e escravização de sua população.

A partir das reflexões apresentadas acreditamos que as obras *D. Narcisa de Villar* (2000) e *Aves sin nido* (2004) são exemplos de textos que podem ser utilizados no ensino de literatura para ampliar nossa formação de leitores. A leitura desses romances em sala de aula pode proporcionar o aprofundamento em temas que são tão importantes para nossa história como para os leitores através da leitura de narrativas cujas autoras tiveram que se ocultar por meio de um pseudônimo ou enfrentar a misoginia de seu tempo e certamente possibilitará uma reflexão sobre a importância da conquista do direito à leitura de literatura e a escrita como um valor fundamental para a formação do pensamento crítico em nossas salas de aula.

### 5.3 UMA ABORDAGEM FEMINISTA E DECOLONIAL COM A LITERATURA EM SALA DE AULA

O trabalho em sala aula com literatura requer de nós enquanto docentes uma abordagem que seja diferente do tradicional modelo de ensino de literatura muitas vezes atendo-se apenas a nomes de autores consagrados e obras amplamente conhecidas. É preciso entender que ensinar literatura é também um gesto político como mencionado por Freire (2003) e interessado em ouvir outras vozes marginalizadas para que esse ensino seja mais democrático e plural.

Para pensarmos em uma abordagem feminista e decolonial em sala de aula é importante destacar o que entendemos por feminismo decolonial. Conforme hooks (2019) o feminismo é entendido como esse movimento “por justiça social” que perpassa as relações de raça, classe, gênero e sexualidade, ou seja, trata-se de um movimento que deve olhar de modo interseccional para a sociedade ampliando o conceito de um pensamento feminista recorremos

as palavras de bell hooks:

O feminismo é a luta para acabar com a opressão sexista. Seu objetivo não é beneficiar apenas um grupo específico de mulheres, uma raça ou classe social de mulheres em particular. E não se trata de privilegiar a mulher em detrimento do homem. Ele pode transformar nossas vidas de um modo significativo. E o mais importante: o feminismo não é um estilo de vida, nem uma identidade pré-fabricada ou um papel a ser desempenhado em nossas vidas pessoais (hooks, 2019, p. 53).

O conceito de feminismo segundo a estudiosa visa lutar para acabar com a opressão sexista que predomina na sociedade e divide as pessoas. Deve ser entendido como uma possibilidade de mudança social que não privilegie um grupo em detrimento de outro mas que a igualdade de direitos possa prevalecer independente de raça, classe social, gênero ou sexualidade.

Em relação ao termo decolonial segundo Walsh (2017, p. 25) este pode ser entendido como “un camino de lucha continuo en el cual se puede identificar, visibilizar y alentar ‘lugares’ de exterioridad y construcciones alter-(n)ativas”. Essa perspectiva definida por Walsh nos permite pensar em uma prática além de feminista com um olhar decolonial nas salas de aula. Desde a escolha das autoras que contrariam o cânone e não estão presentes nos manuais da historiografia tradicional já nos propomos a ver a literatura do período colonial por outro olhar não hegemônico que traz um recorte de raça, classe e gênero. Tanto em relação às personagens analisadas mulheres e indígenas e grupos subalternizados historicamente como na perspectiva de autoria feminina como um modo alternativo reescrever a história, portanto,

[...] ao mesmo tempo em que se busca ressignificar autores e obras e a inclusão de uma perspectiva de gênero e de obras que dialogam com a história e a memória do mesmo modo em que se tenta desconstruir leituras que a crítica tradicional cristalizou ao longo do tempo. Também é necessário abarcar, nesse sentido, obras, autoras e autores fora do cânone literário que ainda contribuem para esse processo (Fiuza, 2023, p. 56).

Concordamos com a fala da estudiosa sobre a inclusão dessa outra perspectiva que dialogue com história e a memória no intuito de possibilitar outros questionamentos e reflexões críticas em sala de aula, a partir de um olhar decolonial nas aulas de literatura. No entanto, essa opção por outras vozes não visa ignorar o cânone mas a “[...] necessidade de ampliação do cânone, ao abordar autoras que não se encontram nos manuais da história da literatura, portanto, menos conhecidas ou totalmente desconhecidas [...]” (Fiuza, 2023, p. 57).

Diante desse cenário uma educação feminista em sala de aula passa necessariamente pela formação de educadores no que diz respeito ao conceito do feminismo para além das teorias feministas é preciso um movimento que se relacione com a prática e a realidade. Conforme bell hooks (2019) defende a criação de uma “agenda feminista” para incluir e educar as mulheres que não tiveram acesso à educação e essa deve ser uma preocupação primordial da luta feminista pelo direito de todas as mulheres.

[...] Se as ativistas feministas preocupadas em dar uma direção ao movimento considerassem essa questão da alfabetização, teriam previsto que a ênfase em material escrito tornaria as ideias feministas acessíveis a certas classes e grupos de mulheres. Saberiam que um movimento que depende da palavra escrita para transmitir sua mensagem teria que focar em medidas que fizessem chegar a todas as mulheres as condições para aprender a ler e escrever [...] (hooks, 2019, p. 143).

A partir dessa conscientização de que nem todas as mulheres têm condições de acessar as pautas feministas pela via escrita se faz necessário um movimento de educar e letrar essas mulheres e também os homens sobre as questões sexistas que nos rodeiam. Acreditamos que a educação básica é um espaço privilegiado para fazermos essa intervenção, pois através do que ensinamos e aprendemos na escola com adolescentes podemos também chegar aos pais e responsáveis para uma mudança de paradigma de como as relações sociais são estruturadas dentro de casa e na sociedade.

A autora defende também que a partir dessa tomada de consciência sobre a importância do letramento feminista e decolonial as feministas criem programas que ajudem na alfabetização dessas mulheres que não tiveram acesso a tais conhecimentos. “[...] Esses programas poderiam não apenas ensinar a ler e escrever, como também ajudá-las a pensar de forma crítica e analítica” (hooks, 2019, p. 143). Com o pensamento crítico a ação se tornaria mais assertiva e promoveria mudanças de impacto na vida das mulheres.

Enquanto a massa das mulheres não estiver alfabetizada, as ideias feministas precisam ser amplamente divulgadas de forma oral. Muitas mulheres não irão e nem podem sair de suas casas para participar de conferências e conversas públicas sobre o feminismo; as ideias feministas podem ser difundidas pela vizinhança através do contato porta a porta [...] (hooks, 2019, p. 144).

A estudiosa traz uma importante reflexão ao afirmar que as ideias feministas devem ser divulgadas de modo que abranja uma maior quantidade de mulheres e esse trabalho “porta a porta” deve ser iniciado na sala de aula através das nossas práticas docentes, visto que a “[...]”

importância da comunicação verbal se mostrou verdadeira para a disseminação das ideias feministas [...]” (hooks, 2019, p. 145) e mais do que estudar teorias sobre o feminismo criadas por mulheres brancas e burguesas se faz necessário falar das mulheres de cor e classe social baixa que estão na esfera social de exclusão e exploração.

Assim, a luta feminista por direitos e igualdade entre às mulheres não deve estar limitada apenas ao grupo de mulheres acadêmicas e de classe social privilegiada devemos agir “[...] de modo a retirar o feminismo das universidades e colocá-lo nas ruas e nas casas” (hooks, 2019, p. 145). O feminismo não deve ser um movimento elitizado e precisa fazer sentido e provocar mudança na vida de todas as mulheres independente das condições esse movimento só terá êxito se for entendido e abraçado por todas as esferas. De acordo com bell hooks (2019) as ideias feministas devem ser traduzidas e acessíveis a todas as mulheres

A habilidade de “traduzir” ideias para um público variado em termos de idade, sexo, etnia e grau de instrução é algo que as educadoras feministas precisam desenvolver. Quando ficam concentradas nas universidades, elas se prendem a um estilo que pode impossibilitar a comunicação com indivíduos que não possuem familiaridade com o estilo e o jargão acadêmico. Muito frequentemente os educadores, especialmente os professores universitários, temem que seus trabalhos não sejam bem avaliados por outros acadêmicos, caso sejam apresentados numa linguagem acessível ao grande público. Se eles procurassem apresentar suas obras em diferentes estilos, em diferentes “traduções”, poderiam atender aos critérios arbitrários da academia, ao mesmo tempo que se tornariam acessíveis ao grande público. A dificuldade de acesso tem sido o problema de muita teoria feminista (hooks, 2019, p. 146).

Consideramos de grande relevância o posicionamento defendido por hooks (2019) na citação acima, é essa mudança de postura enquanto estudiosas feministas que possibilita o engajamento de outras camadas sociais que não tiveram acesso à educação formal. Sem a participação da população em massa não haverá revolução nem mudanças significativas na sociedade.

Essa mudança de perspectiva pode ser concretizada a partir das nossas escolhas enquanto educadoras em sala de aula com pequenas atitudes que podem ir mudando a forma de ver e entender o que é ser feminista. Através da leitura de textos que tratem dessa temática, de palestras, rodas de conversa e produções audiovisuais, podemos adentrar nesse campo machista e sexista que ainda impera na nossa educação visto que

[...] Não haverá movimento feminista de massa enquanto as ideias feministas ficarem confinadas aos círculos das elites cultas. As necessidades de formação

das mulheres com pouca instrução precisam ser levadas em consideração pelas ativistas feministas que se comunicam preferencialmente por meio da palavra escrita (hooks, 2019, p. 147).

Conforme as palavras de bell hooks mencionadas na citação é urgente essa transposição da palavra escrita e que circula em espaços específicos para a oralidade de modo que fale as massas pois sem esse movimento de inclusão e transposição não haverá consolidação das práticas feministas na realidade vivenciada pela maioria das mulheres. Ainda de acordo com bell hooks (2019, p. 147) “Desde o começo, as participantes do movimento de libertação das mulheres lutaram para unir teoria e prática para criar a práxis feminista libertadora (definida por Paulo Freire como ‘ação e reflexão sobre o mundo no intuito de transformá-lo’)”. Para isso as nossas reflexões devem estar relacionadas às ações praticadas como pensar o feminismo para além da teoria e como esse pensamento fará sentido na vida cotidiana das mulheres em geral aquelas que estão a nossa volta.

Encorajar as mulheres a lutar por sua formação, a desenvolver seu intelecto, deveria ser o objetivo primordial do movimento feminista. A educação como “prática da liberdade” (para usar uma outra frase de Paulo Freire) só será uma realidade para as mulheres quando desenvolvermos uma metodologia voltada às necessidades de todas as mulheres. Essa é uma importante *agenda feminista* (hooks, 2019, p. 150).

Portanto, ao priorizar essa agenda feminista defendida pela estudiosa contribuiremos de modo efetivo para as mudanças sociais que realmente queremos que aconteçam. Através dessas transformações teremos uma sociedade mais igualitária e livre da opressão e do sexismo que tanto impendem à revolução feminista que desejamos. Essa realidade como defendia Paulo Freire (1996) será mudada por meio de uma educação libertadora e ao mesmo tempo com um olhar decolonial conforme Catharine Walsh (2017) e feminista como ressalta bell hooks (2019). Para isso precisamos pensar enquanto docentes de literatura e formadoras de leitores como podemos fazer esse movimento nas nossas práticas cotidianas nas salas de aula. Uma das muitas possibilidades de ações para formar leitores feministas se dá a partir do trabalho com as obras *D. Narcisa de Villar* e *Aves sin nido* que apresentamos na próxima seção. Como também outras sugestões de textos e iniciativas realizadas para alcançar uma educação feminista e libertadora.

#### 5.4 PROPOSTAS QUE PODEM SER UTILIZADAS NA PRÁTICA DOCENTE

Ao defender uma agenda feminista que eduque e ensine as mulheres a serem livres da opressão sexista precisamos pensar em práticas educativas que permitam alcançar esse objetivo. Nossas reflexões acadêmicas devem também resultar em ações concretas e efetivas durante as aulas. Para isso pensamos em como os romances *D. Narcisa de Villar* (2000) de Ana Luísa de Azevedo Castro e *Aves sin nido* (2004) de Clorinda Matto de Turner podem contribuir nas nossas aulas para formação de leitores críticos e feministas. A partir desse contexto apresentamos a seguir duas propostas de trabalhos como ações de teoria e prática com os ideais feministas tendo por base os pressupostos de bell hooks (2019) em transformar nossas reflexões em atitudes concretas e que impactem nossas aulas.

A primeira proposta que trazemos é uma sequência didática pensada para estudantes do ensino superior, especialmente, do curso de Letras Espanhol já que abordamos duas autoras (peruana e brasileira) que tratam da mesma temática. Em nossa segunda proposta temos uma sequência didática como um possível desdobramento da temática feminista com as obras aqui analisadas como também outras sugestões de autoras que podem ser trabalhadas no ensino médio da educação básica para dialogarem com o tema dos romances analisados. Essa proposta também pode ser apresentada como exemplificação para o ensino superior em suas práticas de estágio na educação básica.

## I – SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO SUPERIOR

**Público–alvo:** Estudantes do Curso de Letras (Espanhol)

**Disciplina:** Literatura Hispanoamericana I

**Obra:** *Aves sin nido* de Clorinda Matto de Turner

### 1ª ETAPA

Quadro 02: Apresentação da temática indígena e leitura/análise da 1ª parte do romance

AULAS / HORAS	TEMA / CONTEÚDOS	ATIVIDADES / PROCEDIMENTOS	MATERIAIS / RECURSOS
02 aulas	Poema: <i>Mujer guerrera</i> de Yana Lucila Lema <sup>5</sup>	• Leitura do poema com a turma e introdução do tema indígena na aula;	Notebook, slides do poema; Cópias do poema para a turma;

<sup>5</sup> Poema e informações a respeito da biografia da poeta equatoriana Yana Lucila Lema podem ser acessadas no link: <https://www.poesiabogota.org/lucila-lema/>. Acesso em: 07 jul. 2024.

	Romance <i>Aves sin nido</i> de Clorinda Matto de Turner	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussão sobre alguns dos temas apresentados no poema;</li> <li>• Questionamentos sobre a representação dos povos indígenas no poema;</li> <li>• Apresentação do romance para a turma, leitura do Proêmio e comentários; perspectivas sobre o romance.</li> </ul>	Livro físico e em PDF para a turma.
<b>02 aulas</b>	Romance <i>Aves sin nido</i> de Clorinda Matto de Turner	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Breve apresentação da biografia da autora;</li> <li>• Diagnóstico de leitura sobre a autora para saber se os estudantes conhecem ou leram algo sobre Clorinda Matto; o que sabem sobre a temática indígena; quais as obras conhecem ou que leram sobre o tema ao longo de sua formação leitora;</li> <li>• Leitura dos primeiros capítulos (1ª parte da obra).</li> </ul>	Livro físico e em PDF para a turma.
<b>02 aulas</b>	Romance <i>Aves sin nido</i> de Clorinda Matto de Turner	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuação da leitura romance (1ª parte da obra);</li> <li>• Análise do romance a partir da temática indígena;</li> <li>• Reflexão a respeito da representação dos indígenas pela autora (1ª parte da obra).</li> </ul>	Livro físico e em PDF para a turma.
<b>02 aulas</b>	Romance <i>Aves sin nido</i> de Clorinda Matto de Turner	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuação da leitura romance (1ª parte da obra);</li> </ul>	Livro físico, pincel de quadro, apagador, folhas

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade escrita sobre o romance e o poema lido na primeira semana com 3 ou 4 questões dissertativas a partir do que foi lido e discutido da 1ª parte da narrativa.</li> <li>• Orientações para leitura e seminários com a 2ª parte da obra (divisão grupos).</li> </ul>	de papel, canetas, lápis.
--	--	--	---------------------------

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação.

## 2ª ETAPA

Quadro 03: Leitura e Seminários com a 2ª parte do romance

AULAS / HORAS	TEMA / CONTEÚDOS	ATIVIDADES / PROCEDIMENTOS	MATERIAIS / RECURSOS
<b>02 aulas</b>	Romance <i>Aves sin nido</i> de Clorinda Matto de Turner (2ª parte)	<p><b>Grupo 01:</b><sup>6</sup></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação/análise dos capítulos I a V (40 minutos);</li> <li>• Atividade para a turma grupo 01 (20 minutos);<sup>7</sup></li> </ul> <p><b>Grupo 02:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação/análise dos capítulos VI a X (40 minutos);</li> <li>• Atividade para a turma grupo 02 (20 minutos).</li> </ul>	<p>Notebook, slides (opcional do grupo);</p> <p>Canetas, pincel quadro, apagador;</p> <p>Roteiro da apresentação;</p> <p>Livro físico e em PDF para a turma;</p> <p>Atividade para a turma.</p>
<b>02 aulas</b>	Romance <i>Aves sin nido</i> de Clorinda Matto de Turner (2ª parte)	<p><b>Grupo 03:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação/análise dos capítulos XI a XV (40 minutos);</li> </ul>	<p>Notebook, slides (opcional do grupo);</p> <p>Canetas, pincel quadro, apagador;</p>

<sup>6</sup> A quantidade de integrantes no grupo vai depender do número de estudantes matriculados na turma podendo ser duplas, trios ou com mais integrantes como máximo quatro pessoas por grupo.

<sup>7</sup> As atividades serão pensadas pelos estudantes devem ser sucintas com duas ou três questões escritas dissertativas ou de múltipla escolha, também podem ser utilizadas ferramentas digitais como *Forms*, *Padlet* ou outras que o grupo queira utilizar e que seja prática para o tempo que eles têm disponível (20 minutos).

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade para a turma grupo 03 (20 minutos);</li> </ul> <p><b>Grupo 04:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação/análise dos capítulos XVI a XX (40 minutos);</li> <li>• Atividade para a turma grupo 04 (20 minutos).</li> </ul>	<p>Roteiro da apresentação;</p> <p>Livro físico e em PDF para a turma;</p> <p>Atividade para a turma.</p>
<b>02 aulas</b>	Romance <i>Aves sin nido</i> de Clorinda Matto de Turner (2ª parte)	<p><b>Grupo 05:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação/análise dos capítulos XXI a XXV (40 minutos);</li> <li>• Atividade para a turma grupo 05 (20 minutos);</li> </ul> <p><b>Grupo 06:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação/análise dos capítulos XXVI a XXX (40 minutos);</li> <li>• Atividade para a turma grupo 06 (20 minutos).</li> </ul>	<p>Notebook, slides (opcional do grupo);</p> <p>Canetas, pincel quadro, apagador;</p> <p>Roteiro da apresentação;</p> <p>Livro físico e em PDF para a turma;</p> <p>Atividade para a turma.</p>
<b>02 aulas</b>	Romance <i>Aves sin nido</i> de Clorinda Matto de Turner (2ª parte)	<p><b>Professora:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação/análise dos capítulos XXXI e XXXII junto com a turma;</li> <li>• Indicação de outras obras e autoras que tratam da literatura indígena, especialmente escritoras e escritores indígenas;</li> <li>• Autoavaliação na qual cada grupo avaliará seu desempenho nas apresentações;</li> <li>• Produção escrita (que pode ser entregue na próxima aula) sobre a temática indígena em <i>Aves sin nido</i> pensando a partir da leitura do romance, qual a perspectiva sobre o</li> </ul>	<p>Notebook, slides;</p> <p>Canetas, pincel quadro, apagador;</p> <p>Livro físico e em PDF para a turma;</p> <p>Folhas de papel.</p>

		período colonial adotada pela escritora Clorinda Matto de Turner.	
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação.

## II – SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA – ENSINO MÉDIO

**Público-alvo:** Estudantes da 2ª série do Ensino Médio

**Período de tempo:** 10 aulas de 50 minutos cada

**Obra:** *D. Narcisa de Villar* de Ana Luísa de Azevedo Castro

Quadro 04: Apresentação da temática indígena e leitura/análise do romance

AULAS	CONTEÚDOS	OBJETIVOS	ATIVIDADES
<b>1º Momento:</b> <b>(02 aulas)</b> <i>O que sabemos sobre os povos indígenas do Brasil</i>	Imagens sobre os indígenas: <i>Os primeiros brasileiros / mundo colonial</i> (site) <sup>8</sup> ; Romance <i>D. Narcisa de Villar</i> de Ana Luísa de Azevedo Castro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar as imagens acerca dos povos indígenas;</li> <li>• Conhecer o romance.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Roda de conversa sobre a representação dos povos indígenas vistos nas imagens;</li> <li>• Apresentação do romance para a turma, leitura da apresentação e do prólogo;</li> <li>• Questionamento (atividade oral) sobre as primeiras impressões a respeito da narrativa, o que esperar com a leitura;</li> <li>• Leitura dos capítulos I e II.</li> </ul>
<b>2º Momento:</b> <b>(02 aulas)</b> <i>Indígenas na literatura colonial</i>	Música: <i>Curumim chama Cunhantã que eu vou contar (Todo dia era Dia de Índio)</i> Jorge Ben Jor <sup>9</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrar como a canção apresenta relação com o romance de Ana Luísa a respeito dos povos indígenas;</li> <li>• Ler criticamente o</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escuta e leitura da letra da canção estabelecendo uma relação com romance;</li> <li>• Leitura e análise dos capítulos III e IV.</li> </ul>

<sup>8</sup> Imagens do período colonial disponíveis no site: <https://osprimeirosbrasileiros.mn.ufjf.br/pt/mundo-colonial/o-abrigo-missionario/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

<sup>9</sup> Música e letra disponíveis no link: <https://www.lettras.mus.br/jorge-ben-jor/86240/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

	Romance <i>D. Narcisa de Villar</i> de Ana Luísa de Azevedo Castro	romance.	
<b>3º Momento:</b> <b>(02 aulas)</b>  <i>Indígenas em D. Narcisa de Villar</i>	Poema: <i>O segredo das mulheres</i> de Eliane Potiguara <sup>10</sup>  Romance <i>D. Narcisa de Villar</i> de Ana Luísa de Azevedo Castro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer um diálogo entre o poema de Eliane Potiguara e a narrativa no que se refere a participação feminina no período colonial;</li> <li>• Analisar o romance a partir de uma perspectiva decolonial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura do poema estabelecendo uma relação entre os temas e as autoras;</li> <li>• Leitura e análise dos capítulos V e VI;</li> <li>• Atividade escrita com duas ou três questões sobre o poema e os capítulos do romance.</li> </ul>
<b>4º Momento:</b> <b>(02 aulas)</b>  <i>A defesa dos direitos dos povos indígenas</i>	Vídeo de Ailton Krenak na Assembleia Constituinte de 1987 <sup>11</sup>  Romance <i>D. Narcisa de Villar</i> de Ana Luísa de Azevedo Castro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comparar os argumentos apresentados por Krenak no vídeo em defesa dos indígenas ao que a autora apresenta no romance;</li> <li>• Analisar a defesa da autora à causa indígena.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visualização do vídeo de Ailton Krenak, associando-o a defesa dos povos indígenas presente nos capítulos lidos do romance;</li> <li>• Leitura e análise dos capítulos VII e VIII.</li> </ul>
<b>5º Momento:</b> <b>(02 aulas)</b>	Poema: <i>Iracema tabajara</i> de Auritha	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer por meio do poema a crítica à literatura canônica sobre a mulher</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura do poema pensando em como as autoras Auritha Tabajara e Ana Luísa representaram</li> </ul>

<sup>10</sup> O poema “O segredo das mulheres” como também outros textos da escritora Eliane Potiguara fazem parte do seu livro *Metade cara, metade máscara* (2018), referenciado ao final da dissertação.

<sup>11</sup> Vídeo em que Ailton Krenak defende os direitos dos povos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte discurso proferido no dia 04 de setembro de 1987 em Brasília/DF. Disponível em: [https://youtu.be/kWMHidwdbM\\_Q?si=JzzgyPGzOaJcIJK](https://youtu.be/kWMHidwdbM_Q?si=JzzgyPGzOaJcIJK). Acesso em: 08 jul. 2024.

<p><b><i>As mulheres indígenas na literatura brasileira e na sociedade atual</i></b></p>	<p>Tabajara<sup>12</sup></p> <p>Romance <i>D. Narcisa de Villar</i> de Ana Luísa de Azevedo Castro</p>	<p>indígena. O cordel como contestação ao machismo colonial;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir leitura e análise do romance ressaltando a perspectiva diferenciada de Ana Luísa em relação aos demais escritores canônicos.</li> </ul>	<p>as mulheres em seus textos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura e análise do capítulo IX, Conclusão e Epílogo;</li> <li>• Atividade: produção escrita (pesquisa) sobre outras obras autoras e autores indígenas para serem apresentadas à turma nas próximas aulas em uma roda de conversa.</li> </ul>
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação.

Na sequência didática pensada para o ensino superior optamos por apresentar apenas a leitura do romance *Aves sin nido* (2004) de Clorinda Matto de Turner pois pensamos que ele seja mais direcionado para esse público específico, principalmente, pelo tempo/hora disponível para as aulas. Como sabemos no ensino médio quando muito são destinadas duas aulas para literatura por semana e o foco especificamente no Brasil é para obras da literatura brasileira. As aulas de espanhol quando existem no ensino médio tem apenas uma aula por semana cujo enfoque geralmente está relacionado às questões gramaticais.

Assim, devido à baixa carga horária na educação básica seria inviável na atual realidade das aulas do ensino médio nas nossas escolas o trabalho com o romance de Clorinda Matto na versão espanhol devido a essa e uma série de outras questões como por exemplo: a proficiência leitora em língua estrangeira, o tempo destinado às aulas de literatura nessa língua, a versão em português tão pouco seria possível uma vez que o foco do ensino de espanhol no ensino médio não está voltado para a literatura.

Para a elaboração da sequência com *Aves sin nido* (2004) privilegiamos a leitura literária da obra na íntegra possibilitando ao estudante de nível superior ter contato e acesso a uma obra e autora que não compõem a cânone dos clássicos literários do período colonial. Nossa atitude visa também despertar nos leitores um olhar para a leitura fora da tradição canônica que sempre decidiu o que era ou não literário e o que deveria ou não ser lido. Nesse movimento de ruptura com o tradicional na primeira etapa da sequência nos propomos a ler, discutir, analisar,

<sup>12</sup> Poema disponível no link: <https://encurtador.com.br/Ysr56>. Acesso em: 08 jul. 2024.

comparar e possibilitar que estudantes percebam também essa perspectiva decolonial da obra de Clorinda Matto de Turner.

A segunda etapa da sequência se volta para a formação leitora na prática, como nossos estudantes leem a segunda parte da narrativa a partir de seminários pensando em estratégias de leituras que podem ser utilizadas com a turma. Ao realizarem as leituras e a preparação para as apresentações cada grupo poderá entender melhor o que foi lido e apresentar a leitura para o restante da turma como um exercício de docência. Neste sentido as atividades que serão apresentadas pelos grupos para a turma são também uma possibilidade de “envolver” todos na leitura integral da obra para não incorrer na divisão rígida das apresentações na qual cada grupo se foca apenas na sua parte.

Com as atividades todos terão necessariamente que lê, analisar e participar das etapas de leitura dos demais colegas. Assim, acreditamos que contribuimos de modo prático para a formação leitora de estudantes de ensino superior para além da teoria, uma vez que, eles também exercerão atividades práticas com o romance em sala de aula. Por fim, cabe ressaltar que outros gêneros textuais também poderão ser utilizados para nos ajudar nas reflexões como poemas, canções, contos ou textos teóricos, privilegiando sempre a leitura do romance como prioridade.

A sequência com o romance *D. Narcisa de Villar* (2000) foi elaborada para estudantes de ensino médio para as aulas de literatura brasileira pois consideramos que o romance dialoga muito bem com os temas previstos para a segunda série do ensino médio como também a obra pode ser trabalhada nas outras duas séries. Assim como na sequência para o ensino superior na do ensino médio também priorizamos a leitura literária da obra em sua integralidade e como é um texto narrativo mais curto certamente o tempo das aulas dará para fazermos a leitura em sala de aula.

Em cada momento pensado nos propomos a iniciar as aulas sempre com outras representações literárias como poemas, música, vídeo e imagens, que nos ajudarão a tornar as aulas mais dinâmicas e próximas aos nossos leitores adolescentes. Cabe ressaltar que o uso desses outros textos têm o objetivo de facilitar a discussão e complementar os temas propostos para as aulas mas o foco principal será sempre o romance de Ana Luísa. Essas outras leituras por meio dos demais gêneros também nos permitem uma abordagem decolonial a partir de outras vozes e possibilidades de leitura do texto literário de modo lúdico que provoque nos estudantes maior proximidade com as discussões que a leitura dos capítulos do romance poderão nos trazer.

As atividades que sugerimos com questões e produção escrita, uma breve pesquisa e apresentação sobre outros nomes de obras, autores e autoras indígenas visam, sobretudo,

expandir o repertório dos nossos leitores para outras visões e possibilidades de leitura da realidade indígena. Acreditamos que por meio da leitura crítica e das reflexões e discussões fomentadas nas aulas se configura um exercício efetivo para a formação leitora com um olhar para outras perspectivas com vozes indígenas, negras e feministas. Ao ampliar o *corpus* de leitura nossos estudantes terão outros conhecimentos e poderão dialogar sobre questões raciais, de gênero e de classe social, tanto no âmbito dos textos como também nas vivências daqueles que escrevem ou ainda daqueles que durante tanto tempo foi tirado o direito à escrita da sua própria história.

Portanto, o trabalho com as sequências em sala de aula seja do ensino superior ou da educação básica visa, sobretudo, à formação de leitores proficientes e críticos que olhem para a literatura como uma possibilidade de ler outras versões da história oficial que durante tanto tempo nos foi ensinada por um único viés considerando apenas a perspectiva dos vencedores. As autoras e obras aqui apresentadas podem nos ajudar nesse percurso como exemplos dessas outras vozes insurgentes que apresentam outra abordagem sobre os acontecimentos do período colonial. Essa perspectiva pode também permitir que para além da teoria tenhamos ações práticas de mudanças rumo a uma agenda decolonial e feminista contra a opressão que ainda se faz presente na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o percurso realizado nessa dissertação em que iniciamos falando sobre nossa experiência e o incômodo com a ausência de autoras nas nossas vivências como estudante de educação básica percebemos o quanto a invisibilidade sobre essas narrativas representou uma lacuna em nossa formação e provocou uma mudança de postura. A partir de uma conscientização dessa ausência nos propomos a ir em busca dessas histórias das mulheres e de suas contribuições e nessa jornada nos deparamos com várias teorias e muitos apagamentos, mas principalmente encontramos vozes necessárias e aliadas que continuaram a lutar para que essas histórias não fossem perdidas.

Muitas dessas mulheres guardiãs não tiveram o direito de se expressarem pela escrita e as suas histórias ficaram gravadas em seus corpos, em suas falas e foram transmitidas de geração em geração como ocorreram com as nossas ancestrais indígenas. Durante séculos lutaram e ainda lutam para que suas vivências fossem consideradas como parte da existência do nosso povo independente do país (Brasil, Peru) somos fruto dessa nação perseguida e guerreira: os povos indígenas que continuam a nos ensinar tanto sobre existir e reexistir nesse continente marcado pela opressão e violência a que fomos submetidos pelos povos europeus.

Ao longo da pesquisa em que refletimos sobre as representações das mulheres indígenas nas obras analisadas e a sua importância para a continuidade da história do nosso povo e para emergir outra versão sobre o período colonial também pudemos pensar e entender que pertencemos a esse povo mais do que imaginávamos. Desde a infância na nossa família os traços físicos sempre eram questionados e as pessoas nos chamavam de “índios”, porém somente quarenta e dois anos depois em um curso de pós-graduação foi possível entender de onde vinham esses traços que estão em nossos corpos, pois a nossa história foi constantemente negada e silenciada, nunca havíamos nos entendido assim: como pessoas indígenas, ao final dessa dissertação mais do que uma pesquisadora nasce uma nova identidade para mim, hoje me reconheço pertencente a etnia indígena, não somente pela descendência ancestral do povo brasileiro como um todo, mas como parente direta dos povos indígenas que habitaram a região onde nasci, no interior da Paraíba, tudo isso é muito novo, estou em processo de entendimento, redescobrimo quem eu sou e de onde venho.

A partir de um sentimento de pertencimento a uma nação ferida pelo machismo e opressão contra suas mulheres me propus nessa dissertação a pensar em como as autoras Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner como vozes periféricas no século XIX por serem mulheres (re) constroem as imagens dos povos indígenas de seus países a partir de outra

perspectiva sobre a história oficial contada por homens brancos, heterossexuais, de classe média alta para falar de um lugar à margem sobre o tema. Como vozes não autorizadas as autoras contaram essa história por uma perspectiva que difere da perspectiva romantizada e exótica dos demais autores do período colonial dando destaque e protagonismo aos verdadeiros heróis: os povos indígenas e as mulheres que foram os que resistiram e lutaram contra todo tipo de violência ao mesmo em que eram sacrificados nesse processo doloroso da nossa história.

As autoras dos romances analisados se somam as muitas mulheres que foram e ainda são pouco estudadas nas aulas de literatura diante disso pensamos que trazer esses nomes e alguns dados de suas biografias para a dissertação é também um ato de trazê-las para a discussão, dando um lugar de destaque ao início da pesquisa, para que seus nomes continuem a serem lembrados, pesquisados e suas obras e ideias sejam perpetuadas. Ademais evidenciamos que a luta e o pioneirismo dessas autoras permitiu que o movimento feminista se fortalecesse e chegasse ao que temos hoje como direitos: o voto, a educação, a liberdade de escolher uma profissão, o acesso ao mercado de trabalho, entre tantos outros direitos que foram conquistados pelas mulheres tem sua origem na luta das primeiras que se engajaram nesse movimento. Acreditamos que a pesquisa também ajudará a dar visibilidade as essas mulheres e as lutas feministas para que tenhamos uma sociedade mais justa.

Nesse sentido além de analisar as representações que as autoras latino-americanas Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner trazem em suas obras sobre as mulheres indígenas a partir de um lugar periférico e não canônico devido ao patriarcado e a misoginia as escritoras ficaram fora da historiografia oficial do período colonial do século XIX pudemos refletir sobre os conceitos de indianismo e indigenismo e como esses conceitos estão presentes nos romances analisados. Tais conceitos foram utilizados nessas produções de autoria feminina não para perpetuar o escrito pela tradição, mas para possibilitar novas abordagens sobre os mesmos com um olhar marcado pelas opressões de raça e gênero contrariando os ideais do romantismo vigente no período colonial. As autoras se apropriam desses conceitos para mostrar outra perspectiva como foi possível notar por meio das análises das obras *D. Narcisa de Villar* (2000) e *Aves sin nido* (2004).

Diante desse olhar que subverte os conceitos e os modos de narrar à história dos povos originários da América Latina, as escritoras ressaltam a importante participação das mulheres nesse processo. Tanto por serem escritoras que viveram e leram a história por outro viés como também através de suas narradoras e protagonistas que foram as grandes aliadas dos povos indígenas durante o período colonial sendo encarregadas de guardar e transmitir essa outra versão dos acontecimentos às gerações futuras.

Conforme observamos ao longo da narrativa *D. Narcisa de Villar* (2000) de Ana Luísa de Azevedo Castro ao mesmo tempo em que demonstra a crueldade dos colonizadores não deixa de punir os algozes do romance pois eles têm também finais trágicos como um modo de conclamar a justiça para aqueles que foram tão injustiçados pela história oficial. Prova disso também pode ser lido na força e na resistência demonstrada pela personagem Efigênia que sobrevive ao massacre cometido pelos senhores de Villar e tem um final bem diferente dos demais, pois coube a ela ser a fundadora de uma nova parte população brasileira: “[...] É dela que descende a ilustre família dos F... da província de S. Paulo” (Castro, 2000, p. 125). Tal é a importância dada a Efigênia que ela é a fundadora de uma nova população.

Assim, a indígena passa a recontar a história colonial a partir de outro lugar com um espaço fundacional que lhe é de direito. Como observado ao início do romance são duas mulheres indígenas que narram os fatos que ouviram de outras gerações para ressaltar a valorização dos saberes indígenas guardados na memória e na tradição oral. Efigênia é quem de fato retoma o fio da história sendo uma mulher indígena que não era considerada pertencente à sociedade, ela é a voz insurgente que fala do passado para reconstruir o futuro.

No romance *Aves sin nido* (2004) de Clorinda Matto de Turner a perspectiva adotada pela autora é também de defesa dos povos indígenas e das mulheres a partir do “enfrentamiento entre los buenos y malos, entre los poderosos y los indios, se focaliza en la figura de dos mujeres la ‘dulce y culta’ Lucía Marín y la india ‘buena’ Marcela Yupanqui” (Guardia, 2010, p. 76). São as duas mulheres que estão dispostas a lutarem contra os donos do poder enfrentando a misoginia e o machismo principalmente do Clero. No protagonismo feminino na obra peruana se evidencia a importância das mulheres para a preservação da identidade dos povos andinos do país, ao valorizar os vencidos Clorinda Matto expõe a resistência das mulheres indígenas que além do colonizador patriarcal enfrentaram também toda a misoginia clerical.

Ademais a autora peruana não deixou impune os criminosos do romance e ao seu modo cada um pagou pelos crimes cometidos contra os povos indígenas. A liberdade vem junto com a educação para as meninas indígenas que sobreviveram ainda que órfãs devido ao assassinato dos pais elas têm a possibilidade de serem inseridas no mundo letrado para terem condições de se apropriarem da história e contarem também a sua versão. Entendemos que a educação defendida por Clorinda Matto para as indígenas trata-se de uma educação emancipadora e que lhes dará condições de lutarem pelos seus direitos projetando-se no mundo das ideias como também um modo de dar acesso as ferramentas que transformam a sociedade pois é pelas ideias que as meninas indígenas poderão perpetuar os saberes aprendidos de suas ancestrais. As jovens indígenas com os conhecimentos da sociedade não indígena preservarão esse saber ancestral

enfrentando o racismo e a misoginia. No romance *Aves sin nido* (2004) também são essas mulheres indígenas que continuam a história de seu povo, é a partir delas que se inicia a terceira geração de mulheres que encerra a narrativa.

Essa perspectiva adotada pelas escritoras dos romances analisados tem um papel decisivo na formação de leitores críticos uma vez que conhecendo outras narrativas e enfoques sobre parte da nossa história enquanto povos colonizados será possível um olhar mais inclusivo sobre o passado para aprender com ele. Os temas propostos nas obras podem e devem proporcionar reflexões e questionamentos nos novos leitores ao terem contato com essas obras também se permitirá o entendimento de temas relacionados à agenda feminista defendida por bell hooks (2019) a partir da luta das personagens por liberdade, por espaço e para escaparem as violências e ao machismo. Nesse sentido, a leitura das obras pode ser um primeiro passo para entendermos essas opressões e questionar esse sistema de exploração ao qual estivemos submetidas. É desse lugar de rompimento com os silêncios e preenchimento dessas lacunas que Ana Luísa e Clorinda Matto recontam suas versões da história latino-americana.

Com a leitura das obras pensamos no quanto essas discussões e temas propostos pelas autoras poderão ser significativos e contribuir efetivamente com a formação de leitores, para isso elaboramos as duas sequências didáticas como propostas para as salas de aula tanto da educação básica como do ensino superior. Nosso propósito com as sugestões foi exemplificar como as obras poderiam ser abordadas em sala de aula e que essas narrativas podem ser lidas e discutidas por meio de uma abordagem decolonial e feminista como defendemos no detalhamento das sequências. Uma vez que apesar de serem obras do século XIX as temáticas defendidas pelas autoras ainda são muito presentes na sociedade estabelecendo relação com questões que são debatidas na atualidade.

A partir das nossas inquietações que motivaram a escrita da presente dissertação esperamos contribuir para que autoras como Ana Luísa de Azevedo Castro e Clorinda Matto de Turner possam chegar às salas de aula da educação básica e superior espaços que acreditamos ser de grande relevância para a formação de leitores e leitoras críticas. Portanto, mais do que as obras são fundamentais que as ideias defendidas pelas autoras sobre o respeito aos direitos dos povos indígenas, a igualdade entre gêneros e classes sociais possam ecoar nas nossas aulas de modo a produzir mudanças e rupturas com esse sistema opressor e sexista que continua presente na sociedade nos dias atuais marginalizando as pessoas a partir de preconceitos e estereótipos.

Diante de um contexto de opressão e silenciamento sobre as contribuições das mulheres escritoras do século XIX para a história literária brasileira e peruana fica evidente que as autoras como as mulheres de modo geral sempre tiveram que travar duras lutas para poderiam se

expressar, independente das condições sociais e financeiras elas não estavam livres do machismo e da misoginia. As personagens das obras analisadas refletem a condição mulheres em geral do seu tempo, como um retrato social da realidade pois sempre lhes foi negado o direito de se expressarem e defenderem suas ideias, fazerem suas escolhas, sem que isso lhes custasse muito caro, em alguns casos até a própria vida, como ocorreu com as personagens dos romances de Ana Luísa e Clorinda Matto, que morreram lutando pela liberdade e o direito de serem donas de suas vidas e seus corpos, marcados pela dor e a violência. Portanto, estudar essas narrativas nos permite também uma revisão da história do processo de escrita como um ofício extremamente hostil para as primeiras escritoras que tiveram seu talento e suas ideias questionadas ao proporem outra versão para além do cânone.

Por fim, pensamos que assim como propõe bell hooks (2019) é necessário esse diálogo entre a crítica literária (teoria) e a formação de leitores (prática) para que tenhamos uma educação igualitária para todas as pessoas. A mudança se inicia por ações pensadas e escolhidas dentro das nossas práticas cotidianas no trabalho em sala de aula e das vivências em sociedade. Se cada uma de nós como docentes feministas fizermos uma parte nesse processo de transposição das ideias, as nossas ações poderão se converter em uma conscientização para a mudança nas gerações futuras. É preciso ter esperança e ação.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vera Teixeira; BORDINI, Maria da Glória. **Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- ALÓS, Anselmo Peres. O indianismo revisitado: a autoria feminina e a literatura brasileira do século XIX. **Organon**. Porto Alegre, v. 18, n. 37, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/31171>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- BATALLA, Guillermo Bonfil. Aculturación e Indigenismo: la respuesta india. In: FRANCH, José Alcina. (Org). **Indianismo e Indigenismo en América**. Madrid: Alianza Editorial, S.A., 1990.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- COLAÇO, Raul da Rocha; PIMENTEL, Renata. O século XIX e a autoria feminina: (re)leitura de “D. Narcisa de Villar”, de Ana de Castro. **18º REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero**. UFPB, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view/766/732>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- CORNEJO POLAR, Antonio. **Literatura y sociedad en el Perú: la novela indigenista**. 2ª Ed. Lima: CELACP, 2005.
- CORNEJO POLAR, Antonio. Aves sin nido como alegoría nacional. Prólogo. **Aves sin nido**. Por Clorinda Matto de Turner. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1994, IX-XXV.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- COSTA JUNIOR, José Veranildo Lopes da. **Lembrar para não esquecer: memória, história e ficção em aula de Língua Espanhola**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2017.
- CUNHA, Roseli Barros. **Aves sem ninho, de Clorinda Matto de Turner**. Tradução, notas e estudo crítico. Curitiba: CRV, 2019.
- DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Horizonte; Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**. 2003. 17 (49), Disponível em: <https://encurtador.com.br/juCN8>. Acesso em: 19 nov. 2023.
- DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org). **Escritoras Brasileiras do Século XIX**. 2. ed. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: vida e obra**. Natal: Editora Universitária, 1995.
- FERREIRA, Rocío. Introducción Antonio Cornejo Polar y Clorinda Matto de Turner.

**Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes** – Biblioteca Americana. Disponível em: [https://www.cervantesvirtual.com/portales/lorinda\\_matto\\_de\\_turner/](https://www.cervantesvirtual.com/portales/lorinda_matto_de_turner/). Acesso em: 27 jan. 2024.

FIUZA, Adriana Aparecida de Figueiredo. Perspectivas decoloniais para o ensino das literaturas hispânicas na formação de professores de Língua Espanhola. **Pedagogias decoloniais e ensino plural de espanhol no Sul Global** / Organizadores: Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista, Fernanda Tonelli e Diego Alexandre. 1. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2023; E-book: 7Mb; PDF.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROTTI, Cyntia Graziella Guizelim Simões; SOUZA, Renata Junqueira de. Estratégias de Leitura: Para ensinar alunos a compreender o que leem. **Ler e compreender: estratégias de leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

GRAÇA, Antônio Paulo. **Uma poética do genocídio**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS Editora e Distribuidora de Livros, 1998.

GRAÚNA, Graça. Literatura indígena no Brasil contemporâneo e outras questões em aberto. **Educação & Linguagem**, v. 15, n. 25, p.266-276, jan/jun. 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/quvG1>. Acesso em: 26 mar. 2023.

GUARDIA, Sara Beatriz. **Literatura e escrita feminina na América Latina**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3M6lnhW>. Acesso em: 22 mar. de 2023.

GUARDIA, Sara Beatriz. Escritura femenina del siglo XIX: voces de ruptura y cambio en nombre del desvalido y excluido por el poder. In: MARTIN, Claire Emilie (org.). **Cien años después: la literatura de mujeres en América Latina**. El legado de Mercedes Cabello de Carbonera y Clorinda Matto de Turner. Lima: Fondo Editorial de la Universidad San Martín de Porres, 2010.

GUARDIA, Sara Beatriz. (Edición). **Mujeres que escriben en América Latina**. Lima: CEMHAL, 2007.

GUARDIA, Sara Beatriz. **Escritura de la historia de las mujeres en América Latina: el retorno de las diosas**. Lima: CEMHAL, 2005.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais / organização e apresentação Heloisa Buarque de Hollanda; autoras Adriana Varejão [et al.]**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. – 1. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JAUSS, Hans Robert. et al. **A literatura e o leitor: textos de Estética da Recepção**. Trad. e sel. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAJOLO, Marisa. Ana Luísa de Azevedo Castro. In: CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. **D. Narcisa de Villar**. 4. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. Pseudônimo: Indígena do Ipiranga, 1ª edição: 1859.

LOBO, Luiza. **A literatura de autoria feminina na América Latina**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://filipe.tripod.com/LLobo.html>. Acesso em: 20 mar. de 2023.

MATTO DE TURNER, Clorinda. **Aves sin nido**. 1.ed. Buenos Aires: Stock Cero, 2004.

MELLO, Cláudio José de Almeida. Do incentivo à leitura: teoria da literatura, metodologia do ensino e a formação do leitor em questão. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras, linguística e suas interfaces** nº 40, p. 177-190, 2010.

MENDONÇA, Wilma. **Memórias de nós: o Brasil no redemoinho do capital**. João Pessoa, PB; Porto Alegre, RS: Editora Universitária da UFPB, 2012.

MIGNOLO, Walter D. Desafios decoloniais hoje. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. **Revista Epistemologias do Sul**. Foz do Iguaçu/PR, p. 12-32, 2017.

MILREU, Isis. A inclusão da literatura de autoria feminina latino-americana nas aulas de ELE: um desafio contemporâneo. **Revista Leia Escola**. Campina Grande, v. 19, n. 1, 2019. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/Leia/issue/view/73>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MOREIRA, Nadilza. Júlia Lopes de Almeida: uma trajetória feminina/feminista nas crônicas da belle époque brasileira. **Seminário Nacional Mulher e Literatura**. Ilhéus/Bahia, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3IZqrK8>. Acesso em: 31 mar. de 2023.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Ana Luísa de Azevedo Castro. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org). **Escritoras brasileiras do século XIX**. 2. ed. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma precursora: Ana Luísa de Azevedo Castro. In: CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. **D. Narcisa de Villar**. 4. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. Pseudônimo: Indígena do Ipiranga, 1ª edição: 1859.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. La politización de la identidad y el movimiento indígena. In: FRANCH, José Alcina. (Org). **Indianismo e Indigenismo en América**. Madrid: Alianza Editorial, S.A., 1990.

PINHEIRO, Hélder. Poesia e ensino: caminhos de pesquisa. In: PINTO, Francisco Neto Pereira et al. **Ensino de literatura no contexto contemporâneo**. Campinas: Mercado das Letras, 2021.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 3ª. Rio de Janeiro/RJ: Grumin, 2018.

QUEIROZ, Maria José de. **Do Indianismo ao Indigenismo: nas letras hispano-americanas**. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1962.

QUINTANILLA, Oscar Arze. Del Indigenismo a la Indianidad: cincuenta años de Indigenismo Continental. In: FRANCH, José Alcina. (Org). **Indianismo e Indigenismo en América**. Madrid: Alianza Editorial, S.A., 1990.

RÊGO, Florita. **Mito e Identidade**: a índia e a mestiça em Marabá de Gonçalves Dias. Recife: Editora Nova Presença, 2004.

RIGON, Heloisa Costa. **Clorinda Matto de Turner**: a literatura como denúncia dos conflitos políticos e sociais no Peru. 91 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, Campina Grande, 2020.

SCHNEIDER, Liane. **Linguagem, literatura e cultura na sala de aula**. Gelne 40 anos. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/380/20879>. Acesso em: 19 fev. 2023.

SHARPE, Peggy. **Entre resistir e identificar-se**: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina. Florianópolis: Mulheres, 1997.

SODRÉ, Néelson Werneck. **História da literatura brasileira**. 7. ed. atual. São Paulo: Ed. DIFEL, 1982.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, Catharine. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In: **Pedagogías decoloniales**: practicas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir – Tomo I. Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya-Yala. Ecuador, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/x6Uqd>. Acesso em: 25 jun. 2024.

XAVIER, Elódia Carvalho de Formiga. Para além do cânone. In: RAMALHO, Christina (Org.). **Literatura e feminismo**: propostas teóricas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Ed. Elo, 1999.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (Orgs.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 2.ed. Maringá: EDUEM, p. 217-242, 2005.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (Orgs.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 2.ed. Maringá: EDUEM, p. 326-336, 2005.